

Giane Mara Conte Vedovelli

**FATORES INFLUENTES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO  
DE UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Profa. Dra. Andressa Sasaki Vasques Pacheco

Florianópolis  
2014

V416f Vedovelli, Giane Mara Conte

Fatores influentes no processo de implantação de universidades federais / Giane Mara Conte Vedovelli; orientador, Andressa Sasaki Vasques Pacheco. - Florianópolis, SC, 2014.

147 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Educação superior - expansão. 2. Lei – diretrizes e bases. 3. Programa de expansão. 4. Desenvolvimento educacional. I. Pacheco, Andressa Sasaki Vasques. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

CDU 35

Giane Mara Conte Vedovelli

## **FATORES INFLUENTES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2014.

---

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.  
Coordenador do Curso

### **Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Andressa Sasaki Vasques Pacheco, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Alessandra de Linhares Jacobsen, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Marina Keiko Nakayama, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal Fronteira Sul



## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por me colocar no caminho certo.

Ao meu esposo Alexandre e, principalmente, ao meu filho Douglas que, por inúmeras vezes, tive que deixá-los, para poder realizar minha pesquisa.

À minha madrinha Clementina que, além de me criar com amor e sabedoria, me orientou e incentivou em minha formação. - Tia, acredite, eu cheguei até aqui: MESTRADO! Para muitos este é um caminho normal, mas para mim, é um recorde, a única da família.

À minha orientadora, amiga e conselheira Andressa que, com sua simplicidade, me incentivou a entrar no mestrado. Por todo o aprendizado nesses dois anos e pela forma com que me orientou e por sempre estar presente nos momentos em que precisei.

Ao Prof. Pedro, pela oportunidade de trabalhar como pesquisadora no projeto Observatório da Educação, inspirando-me nos rumos da minha dissertação, pela liberdade na construção da pesquisa e pelas oportunidades e experiências profissionais que me proporcionou.

À minha colega de mestrado Eliana, pelos tantos encontros que me ajudaram a elaborar a pesquisa, os artigos, surgindo assim uma verdadeira amizade.

Aos meus colegas do Laboratório IATE: Carol, Cecília e Sônia, por sempre estarem a postos para me ajudar na hora do sufoco e ao prof. Ricardo por me proporcionar um ambiente de pesquisa onde desenvolvi meu trabalho por muitas vezes.

A UFSC e ao PPGAU por me propiciarem um espaço de aprendizagem, experiências e criações.

Aos professores avaliadores da banca, pelas contribuições e atenção com este estudo.



"É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca."

(Dom Hélder Câmara)





## RESUMO

Com a expansão da Educação Superior através da criação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional junto com o PNE – Plano Nacional de Educação, o PDE – Plano de Desenvolvimento Educacional e os programas de Expansão, buscou-se compreender como ocorreu o processo de criação e implantação das novas instituições de ensino superior por todo o país, destacando os principais fatores influentes e agentes que intervieram neste longo processo de planejamento e elaboração das instituições, com o intuito de suprir a carência de ensino superior público e de qualidade principalmente nos interiores do Brasil. Metodologicamente, este estudo é resultado de uma pesquisa descritiva, fundamentada no conceito teórico relacionado ao tema, para entender melhor a trajetória destes processos foram realizadas entrevistas com os gestores de cinco instituições e enviado questionário para o restante destas novas universidades onde os participantes do processo de implantação puderam descrever a história de criação ou transformação da instituição. De posse destas informações, foi possível analisar, sob a ótica da abordagem mista, ou seja, envolvendo tanto dados qualitativos como dados quantitativos concomitantemente, com o objetivo de identificar as características e diretrizes de cada Universidade, seu processo de implantação bem como os fatores influentes e agentes intervenientes destas novas Instituições. Nesta análise ficou claro que o processo de expansão surgiu a partir do incentivo direto do Governo Federal, com a influência de agentes políticos, representantes regionais e a comunidade, com isso, foi possível a criação e transformação destas instituições, que, além da buscar de promover o desenvolvimento regional e internacional, ampliando o crescimento econômico de cada região, surgiram com a preocupação de atender estudantes oriundos de escolas públicas, promovendo currículos interdisciplinares, sendo uma instituição inovadora, de natureza multicampi.

**Palavras-chave:** Expansão da Educação Superior. Lei de Diretrizes e Base. Plano Nacional de Educação. Plano de Desenvolvimento Educacional. Programa de Expansão da Educação Superior.



## ABSTRACT

Higher education in Brazil has experienced significant growth in recent years, some government actions influenced this process, among which is the creation of the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, the Plano Nacional de Educação and the Plano de Desenvolvimento Educacional, support programme Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Programa Universidade para todos and Universidade Aberta do Brasil. This work has as objective to understand how occurred the process of creation and deployment of new institutions of higher education in the country, highlighting the main influential factors and agents that they intervened in the process of planning and preparation of the institutions, with the aim of supplying the shortage of public higher education and quality especially in the interiors of Brazil. Methodologically this study is the result of a descriptive research, based on theoretical concept related to the theme, to better understand the trajectory of these processes were carried out interviews with managers of five institutions and sent questionnaire to the other new universities where the participants of the deployment process could describe the story of creation or transformation of the institution. In possession of this information it was possible to analyze under the perspective of the mixed approach, involving both qualitative data and quantitative data, identify the characteristics and policies of each University, your deployment process as well as the influencing factors and players of these new institutions. In this analysis it became clear that the process of expansion arose from the direct encouragement of the Federal Government, through the influence of politicians, regional representatives and the community, it was possible the creation and transformation of these institutions, which, in addition to seeking to promote regional and international development, enhancing the economic growth of each region, emerged with the concern to meet students from public schools, promoting interdisciplinary curricula, being an innovative institution in *multicampi* nature.

**Keywords:** Expansion of Higher Education. Law of Guidelines and Base. National Education Plan. Educational Development Plan. Expansion Programme of Higher Education.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Mapa do Brasil por Região. ....	84
Figura 2 - Processo de Implantação da UFFS. ....	112
Figura 3 - Principais fatores influentes no processo de implantação...	121



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Número de Matrículas em Curso de Graduação no Brasil 2001-2010 .....	45
Gráfico 2 - Evolução do número de matrículas por Modalidade de Ensino – Brasil 2001 a 2010.....	46
Gráfico 3 - Evolução do Número de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) por Categoria Administrativa Brasil – 2001-2010.....	47





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desafios para a Educação Superior Brasileira.....	51
Quadro 2 – Lista dos sites das Universidades pesquisadas. ....	74
Quadro 3 - Universidades Federais Recém-Implantadas.....	76
Quadro 4 - Instrumento de coleta de dados .....	78
Quadro 5 - Fatores influentes e agentes intervenientes a priori.....	79
Quadro 6 - Componentes do Processo e agentes intervenientes a priori. ....	80
Quadro 7 – Dados Resumidos dos Cursos oferecidos pelas novas Universidades. ....	97
Quadro 8 - Dados Resumidos dos Cursos oferecidos pelas Universidades transformadas.....	108
Quadro 9 - Caracterização da Fonte de Coleta de Dados.....	120



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Administrativa de 1996 a 2000.....	43
Tabela 2 - Número de Instituição de Educação Superior por Organização Acadêmica e Administrativa 2001 a 2010.....	43
Tabela 3 - Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010 .....	44
Tabela 4 - Número de matrícula por Região Geográfica Segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2001 e 2010.....	49
Tabela 5 - Número de Matrícula em Curso Presencial por Região Geográfica Segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2010.....	49
Tabela 6 -Estatística Básica de Graduação (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil 2010.....	50



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento  
*BPM – Business Process Management*  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola  
CEFETS – Centro de Educação Federal Tecnológica  
CF – Constituição Federal  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CPLP – Comunidade dos Países da língua Portuguesa  
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras  
DIRED - Diretoria de Estudos Educacionais  
EAD – Educação a Distância  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IF – Instituto Federal  
IFES – Instituição Federal de Educação Superior  
IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira  
INPEAU – Instituto de Pesquisa em Administração Universitária  
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
ONG – Organização Não Governamental  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação  
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UDF – Universidade do Distrito Federal  
UFABC – Universidade Federal do ABC  
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande  
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semiárido  
UFFS – Universidade Fronteira Sul  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará  
UFRA – Universidade Federal Rural do Amazonas  
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano  
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei  
UFT – Universidade Federal de Tocantins  
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri  
UNB – Universidade de Brasília  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas  
UNIFEI – Universidade Federal do Itajubá  
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
UNILAB – Universidade Federal da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa  
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco  
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas)  
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA</b> .....	<b>26</b>
1.2 OBJETIVOS.....	30
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>30</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>30</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	30
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>33</b>
2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS .....	33
2.2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	41
<b>2.2.1 Políticas da Educação Superior Brasileira</b> .....	<b>51</b>
2.2.1.2 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE .....	56
2.2.1.3 REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais .....	58
2.2.1.4 PROUNI – Programa Universidade Para Todos .....	60
2.2.1.5 UAB – Universidade Aberta Do Brasil .....	62
2.3 ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	64
2.4 MAPEAMENTO DE PROCESSO .....	68
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>71</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	73
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	75
3.3 COLETA DE DADOS .....	77
3.4 TERMOS E VARIÁVEIS DA PESQUISA .....	78
3.5 MÉTODO DE ANÁLISE .....	80
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>83</b>
4.1 DIRETRIZES E ESTRUTURAS DE CADA UNIVERSIDADE... 83	
<b>4.1.1 Universidade Federal de Tocantins - UFT – Palmas /TO</b> .....	<b>84</b>
<b>4.1.2 Universidade Federal do Vale Do São Francisco - UNIVASF – Petrolina/PE</b> .....	<b>86</b>
<b>4.1.3 Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD – Dourados/MS</b> .....	<b>87</b>
<b>4.1.4 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB –Cruz das Almas/BA</b> .....	<b>88</b>
<b>4.1.5 Universidade Federal do Abc - UFABC –Santo André/SP</b> .....	<b>89</b>
<b>4.1.6 Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA – Bagé/RS</b> .....	<b>91</b>
<b>4.1.7 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA – Foz do Iguaçu/PR</b> .....	<b>92</b>
<b>4.1.8 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB – Redenção/CE</b> .....	<b>93</b>

<b>4.1.9 Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS - Chapecó/SC .....</b>	<b>95</b>
<b>4.1.10 Resumo das Universidades Criadas.....</b>	<b>96</b>
<b>4.1.11 Universidade Federal do Itajubá - UNIFEI – Itajubá/MG ..</b>	<b>98</b>
<b>4.1.12 Universidade Federal Rural Do Amazonas – UFRA – Belém/PA .....</b>	<b>99</b>
<b>4.1.13 - Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ – São João Del-Rei/MG.....</b>	<b>100</b>
<b>4.1.14 Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - Campina Grande/PB.....</b>	<b>100</b>
<b>4.1.15 Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – Uberlândia/MG .....</b>	<b>101</b>
<b>4.1.16 Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA – Mossoró/RN.....</b>	<b>102</b>
<b>4.1.17 Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL –Alfenas/MG</b>	<b>103</b>
<b>4.1.18 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – UFVJM – Diamantina/MG.....</b>	<b>104</b>
<b>4.1.19 Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Curitiba/PR .....</b>	<b>104</b>
<b>4.1.20 Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA – Porto Alegre/RS.....</b>	<b>105</b>
<b>4.1.21 Universidade Federal de Integração da Amazônia - UFOPA .....</b>	<b>106</b>
<b>4.1.22 Resumo das Universidades Transformadas.....</b>	<b>108</b>
<b>4.2 MAPEAMENTO DE PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PESQUISADAS .....</b>	<b>110</b>
<b>4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES INFLUENTES E AGENTES INTERVENIENTES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXO A - Lista de Universidades Transformadas e Criadas Após a LDB/1996 .....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO B – Categorias de Análise dos Fatores.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro para Entrevista / Questionário Eletrônico.....</b>	<b>147</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos mais significativos que envolvem a sociedade contemporânea é a ampliação e estruturação das diretrizes que norteiam a educação superior. Libâneo (1994) coloca que não existe sociedade sem práticas educativas, nem práticas educacionais sem sociedade.

A Constituição Federal Brasileira traz em sua essência que é dever do Estado garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, como um caminho para o desenvolvimento humano e como direito adquirido intransferível das pessoas, devendo perpassar os limites políticos e governamentais, para que os cidadãos possam alcançar seus objetivos pessoais e sociais (CEZNE, 2006).

Delors (1998), no relatório da UNESCO, faz uma reflexão a respeito da importância da educação para o desenvolvimento das pessoas. Segundo o autor, futuramente, a educação deve ser encarada de uma forma diferente, como uma nova problemática em que não pareça apenas como um meio de desenvolvimento, entre outros, mas, como um dos elementos obrigatórios e uma das fases essenciais desse desenvolvimento.

Em diversas partes do mundo, tal conceito vem refletindo cada vez mais fortemente como uma verdade, seja nos países tecnologicamente desenvolvidos, seja nos emergentes ou até mesmo nos subdesenvolvidos. Investir em educação atualmente tem sido o caminho que permite aos cidadãos e aos países saírem da miséria para uma vida de melhor qualidade (MELO; MELO; NUNES 2009).

Cruz (2009) considera que, nos países desenvolvidos, o ensino superior tem assumido um papel de destaque no impacto do desenvolvimento econômico e cultural da sociedade e no desenvolvimento da humanidade. As Instituições de Ensino Superior têm como regra institucional promover o conhecimento de todas as formas, oportunizando o aprendizado ao longo da vida de cada cidadão, não só dos estudantes em tempo de escolaridade, mas de qualquer pessoa que almeja o conhecimento, pois a educação é a base de uma sociedade pluralista, democrática, em que a cidadania deixa de ser apenas uma teoria formalizada em lei e passa a ser exercida plena e conscientemente por todos os cidadãos.

E, para melhorar o país através da educação, os governantes estão investindo nas instituições de educação superior, ampliando as ofertas para todos os interessados através do aumento no número de instituições públicas, ampliação no número de campus e consequentemente

elevando o número de cursos e de matrículas. Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, foram criadas diversas universidades e centenas de campi espalhados por todo o Brasil, principalmente nas regiões mais afastadas e com falta de instituições (BRASIL, 2008). Neste trabalho, apresenta-se um estudo sobre a criação ou transformação das novas instituições de ensino superior, desde a aprovação da LDB, em 1996, até o ano de 2010.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

A taxa de inclusão dos estudantes brasileiros oriundos de escolas públicas com idade entre 18 e 24 anos ainda é uma das mais baixas de toda a América Latina: somente 12%, enquanto que países sul-americanos que apresentam taxas muito mais elevadas, a exemplo do Chile com 21%, da Venezuela 26% e da Argentina 40%. Com estes índices o Brasil destaca-se negativamente, não apenas entre os países com níveis de desenvolvimento semelhante, mas também entre aqueles economicamente inferiores, tornando-se um dos maiores desafios da educação superior no país (MELO; MELO; NUNES, 2009).

Uma das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, de 2001 previa para o final da década um aumento de 30% na oferta na educação superior para a população de 18 a 24 anos, no entanto, o aumento ficou em 26,7% da taxa bruta, sendo 14,4% da taxa líquida em 2009 em vez de atingir o esperado de 17,2%. Apesar deste avanço significativo, mesmo assim, ainda não atingiu o salto projetado pela Meta 12 do projeto de Lei nº 8.035 relativo ao PNE 2011-2020, que esperava um aumento de 50% na taxa bruta e de 33% de taxa líquida desta população, sendo uma taxa desafiadora para o país<sup>1</sup> (BRASIL, 2000).

O Sistema Federal de Educação Superior, que compreende instituições públicas e privadas, saltou de 1.391 Instituições de Ensino Superior – IES, em 2001, para 2.378 em 2010, sendo a maior parte das matrículas agrupadas nas universidades (54,3%) no ano de 2010. Para as

---

<sup>1</sup> Taxa de escolarização bruta consiste em um indicador que permite comparar o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária teoricamente adequada a esse nível. O indicador taxa de escolarização líquida, por sua vez, identifica o percentual da população matriculada em determinado nível de ensino na faixa etária teoricamente adequada em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino (INEP, 2012).

demais instituições de ensino superior, a participação no atendimento referente à matrícula corresponde a 31,2% para faculdades, 13,1% para os centros universitários e 1,4% para IFs e CEFETs. Resultando, para 2010, um total de 6.379.299 matrículas de alunos de graduação, considerado o maior sistema educacional da América Latina, que representa  $\frac{1}{3}$  de toda esta região. Apesar disto, apenas 14% da população brasileira entre 19 e 24 anos obtiveram o acesso ao ensino superior em 2008, enquanto os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em média, apresentaram uma taxa de escolarização bruta de 56% em 2007, com taxa líquida aproximadamente de 40% (INEP, 2012).

Segundo entendimento de Melo, Melo e Nunes (2009), a educação firma-se num ambiente competitivo como desafio que deve ser seguido por dirigentes e governantes, indistintamente como um princípio *sine qua non* para a competitividade organizacional e das nações. No Brasil, durante o longo período da história republicana, esse princípio não obteve a devida importância e seriedade que deveria ter, e, em determinadas épocas foi até mesmo deixado de lado.

Algumas tentativas têm sido realizadas para expandir e melhorar a qualidade da educação brasileira. Até o momento, percebe-se que o sistema educacional tem evoluído gradativamente, mas ainda é preciso melhorar sua eficiência para atender as demandas requeridas pela sociedade e pela atual conjuntura socioeconômica.

Pode-se citar a reforma da educação apresentada pelo Ministério da Educação em 2004 que, segundo Melo, Melo e Nunes (2009, p. 282), “a proposta estabelece normas gerais para a educação no país, regulando a educação superior no sistema federal e alterando uma série de leis, inclusive, revendo ações do Plano Nacional de Educação de 2001”.

O anteprojeto contempla três questões importantes: a) vincular a Universidade ao projeto de nação, como elemento estratégico na busca de um novo modelo de desenvolvimento, central para a consolidação de uma nação soberana, democrática, inclusiva; b) republicanizar a Universidade, como um espaço público e plural de produção de conhecimento e saberes e de diálogo e interação com a sociedade civil; e; c) constituição de um marco regulatório orientador de regras claras, precisas e permanentes que promovam a qualificação contínua do sistema

federal de ensino e que impeçam a mercantilização da educação (BRASIL, 20--).

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que define e regulariza o sistema educacional brasileiro, ser aprovada em 1996, houve pelo menos dois momentos de expansão que merecem destaque e que foram seguidos no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que iniciou com um modelo de privatização fornecendo as bases para o desenvolvimento da educação superior nacional, e continuou no Governo Lula, por meio da expansão das IES públicas, finalizando com a criação de 14 novas Universidades Federais, bem como a instalação de novos *campi* (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2012).

Ainda assim, falta um longo caminho a percorrer no campo dos desafios estruturais da Educação Superior. No âmbito do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que vigora no decênio 2011 a 2020, para atingir 33% de jovens entre 18 e 24 anos na educação superior, será necessário aumentar mais de 100% da taxa atual de alunos. Considerando todas as idades, até 2020, serão necessários alcançar 12.225.876 alunos. Para o alcance deste objetivo, seria necessário o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), no momento o que está previsto é o investimento de 7% do PIB em Educação, e que, conforme o Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), é considerada meta insuficiente para atender a demanda atual. O investimento previsto no PNE 2001 era de 7% do PIB, mas ela foi rejeitada pelo Governo FHC, sendo investido apenas 5% do PIB em Educação.

Passando para o campo dos desafios de funcionamento institucional, algumas destas Universidades recém-criadas possuem características inovadoras, nunca vistas antes no Brasil, como a integração entre os povos, no caso da UNILA (Integração Latino-Americana), e da UNILAB (Integração Luso-Afro-Brasileira), ou ainda, outras universidades que passaram a funcionar em Estados diferentes, como é o caso da UFFS (Federal da Fronteira Sul), que conta atualmente com *campi* no Rio Grande do Sul e *campi* no Paraná, tendo a sede em Santa Catarina e a UNIVASF (Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco) que atende o Estado da Bahia, de Piauí com sede no Estado de Pernambuco.

A mesma instituição, além de promover a interiorização, a união entre os estados do Sul; desafia-se a consolidar uma instituição “pública, popular, gratuita e de qualidade” (UFFS, 2012).

De acordo com o primeiro Reitor da UFFS, Dr. Dilvo Ristoff, “91% dos estudantes vieram de escola pública, 79% não fizeram curso pré-vestibular (51% alegaram dificuldades financeiras), 56% são de famílias com renda de até três salários mínimos, e 87% representam a primeira geração da família que chegou a uma universidade”. (SIMIONI, 2012).

Após um longo período de estagnação, desde a década de 50, o Brasil não assistia um significativo aumento do número de universidades e vagas no ensino superior público. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem proporcionado a obtenção de um maior número de recursos indispensáveis à manutenção e desenvolvimento das Universidades Federais. Além de aumentar o número de alunos matriculados, com o processo de interiorização das unidades universitárias, o programa tem por finalidade garantir a permanência dos jovens em suas cidades de origem, permitindo assim que esses futuros profissionais não abandonem suas regiões e possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento local (BRASIL, 1999).

Tal movimento possibilita a promoção do desenvolvimento regional integrado; a permanência de cidadãos graduados no interior do Brasil; o cumprimento do compromisso social da universidade pública de estabelecer dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais e a reversão do processo de litoralização do ensino, da pesquisa e da extensão (BRASIL, 1999).

Diante da necessidade de inclusão social e da transformação do sistema educacional brasileiro, torna-se fundamental a implantação de novas estruturas de funcionamento de IES que estejam preparadas para o atendimento desta parcela da população.

Para cumprir a demanda nacional, instituída pela LDB, são exigências das novas Universidades que seus dirigentes sejam responsáveis por corresponder com as expectativas da comunidade interna e externa, promovendo o conhecimento que vai além do ensino, pesquisa e extensão.

Perante o desafio de desenvolver a educação superior pública por todo o território nacional e compreender o processo de implantação das IFES recém-criadas, faz-se a pergunta de pesquisa: ***Como fatores e agentes influenciam no processo de implantação de Universidades Federais, no contexto de expansão da educação superior no período pós-LDB/1996?***

## 1.2 OBJETIVOS

A seguir, apresentam-se os objetivos geral e específicos deste trabalho, com o intuito de apontar o entendimento dos processos de implantação das novas universidades.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar fatores influentes e agentes intervenientes no processo de implantação de Universidades Federais, no contexto de expansão da educação superior pós-LDB/1996 até o ano de 2010.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para a consecução do objetivo geral, o presente projeto tem como objetivos específicos:

- a) caracterizar as diretrizes e estruturas de cada Universidade Federal;
- b) mapear o processo de implantação das Universidades Federais;
- e
- c) identificar fatores influentes e agentes intervenientes no processo de implantação das Universidades Federais.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo justifica-se, conforme Castro (1978), pela sua importância, originalidade e viabilidade. O autor coloca que um estudo torna-se importante quando está, de alguma forma, ligado a uma questão crucial que afeta boa parte da sociedade.

Sabendo do atual momento de desenvolvimento das Universidades Públicas brasileiras, frente ao distinto momento de expansão e interiorização da educação superior pública e para que seja possível a proposição de ações e políticas de implantação de forma ordenada e efetiva em território nacional, torna-se fundamental entender o processo de implantação das estruturas de funcionamento das IFES.

A importância do estudo direciona-se tanto no âmbito teórico como prático. No que concerne à teoria, o estudo pretende levantar os documentos históricos referentes aos principais momentos de expansão e interiorização da educação superior brasileira; identificar as estruturas de funcionamento das Universidades Federais recém-criadas e suas diretrizes norteadoras durante o processo de implantação; apontar os

principais fatores influenciadores neste processo, expondo as relações complexas da Universidade com a Sociedade e o Estado; bem como analisar os componentes do processo de implantação das IFES. Assim, almeja-se, como todo trabalho científico, contribuir para o aumento do referencial teórico-empírico do tema e objeto de análise em questão.

Na ordem prática, busca-se obter subsídios para a formulação de políticas públicas e institucionais que propiciem uma expansão ordenada, direcionada ao interior do Brasil, voltada para atender aos anseios da sociedade e, conseqüentemente, poderá contribuir para um desenvolvimento amplo, local, regional e nacional.

O estudo aqui proposto, basicamente, engloba dois assuntos amplos dentro da educação e que se apresentam:

- a) processo de implantação de universidades federais o qual identificará a forma de credenciamento da instituição, considerando os aspectos de administração como (docentes, servidores, seleção de discentes, instalações físicas, projeto político-pedagógico e escolha de cursos), e o processo de implantação em relação as formas legais;
- b) fatores que influenciaram no processo de implantação destas novas instituições de ensino, como: fatores políticos, econômicos, legais e sociais..

Evidentemente que, para o Programa de Pós-Graduação em Administração universitária – PPGAU, o presente estudo contribuirá para o entendimento do funcionamento dessas instituições inovadoras, possibilitando o conhecimento destas novas regras institucionais em concordância com as políticas de ensino superior, e assim, por abranger as áreas nacional e internacional, possibilitando fortalecer o diálogo entre instituições de diferentes estados e países com múltiplas realidades.

Alta significância para a acadêmica, qualificando sua formação como pesquisadora, possibilitando melhor compreensão das teorias e práticas que envolvem esta temática, construindo um novo conhecimento e prática na área de Administração Universitária, efetivando, desta forma, a formação acadêmica e ampliando o conhecimento de gestão.

O tema é tratado como original, no sentido de ter potencial para surpreender (CASTRO, 1978), por se tratar de um modelo educacional, relacionado à expansão da educação superior, bem como das características geopolíticas e socioeducacionais das regiões onde as instituições foram implantadas; e, também, sobre o processo de

implantação de Universidades Federais e as influências sofridas pelas comissões de implantação durante o processo. Este último considerado uma lacuna teórica a ser preenchida no campo da Educação Superior e na Administração Universitária.

Este estudo é viável pelos seguintes aspectos: quanto ao tempo, pelo detalhamento e conhecimento a respeito das fontes de informação sobre Expansão, Implantação e Administração Universitária; quanto à disponibilidade de acervo bibliográfico e documental a respeito do tema tratado; e quanto ao acesso às informações a serem disponibilizadas pelas Universidades Federais, tanto quanto os dados coletados e as informações dos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na visão de Severino (2007), a oportunidade deve ser considerada. Sendo assim, este estudo pode ser oportuno, visto que a acadêmica está em fase de ampliação e aprofundamento na área educacional, na busca de uma profissão voltada à Gestão Universitária.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para um melhor embasamento e compreensão da expansão da educação superior ocorrida no Brasil na última década, são apresentados os seguintes tópicos: Universidades, Administração Universitária, Expansão da Educação Superior no Brasil e as políticas desenvolvidas e implantadas pelo Governo Federal para a Educação como: Plano Nacional de Educação - PNE, Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Programa Universidade para Todos - PROUNI e a Universidade Aberta do Brasil – UAB.

### 2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Ao transcorrer da história do ensino superior durante o século XIX, entre os diversos debates sobre a criação de universidades, o ano de 1920 chega ao final com a criação da primeira Universidade brasileira na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, carecia de muitas definições, pois se pensava em universidade além do ensino, geradora de conhecimento e cultura através da pesquisa (BARRETO; FIGUEIRAS, 2007).

A partir do século XX, houve transformações intensas e fatos relevantes no processo de mudança da política brasileira. Realizaram-se reformas e movimentos para modernizar o ensino e a educação, formando uma nova consciência educacional.

Em 1931, com a Reforma Educacional Francisco Campos, criou-se o decreto nº 19.851, que consistia no Estatuto das Universidades Brasileiras. Essa reforma foi de extrema importância, pois tratava da investigação científica e da difusão da cultura, como um dos objetivos do ensino universitário. Também instituiu que as universidades deveriam contar com uma unidade cuja função seria a formação do professor para o ensino secundário (ROTHEN, 2008).

A primeira universidade criada a partir desta reforma foi a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, que surge com a finalidade de promover a ciência pela pesquisa, o conhecimento através do ensino, formar especialistas, técnicos e profissionais com base científica e realizar a obra social de publicação da ciência (FÁVERO, 2006).

No ano de 1935, a partir de um decreto municipal, foi criada a universidade do Distrito Federal, por Anísio Teixeira, então Diretor de Instrução do Distrito Federal. Mesmo enfrentando escassez de recursos

econômicos, as atividades de pesquisa foram estimuladas com o aproveitamento de laboratórios já existentes e o apoio de professores interessados à iniciativa. Essa foi uma vitória do grupo de educadores liberais, liderados por Anísio Teixeira, titulado como o grande defensor da escola pública, leiga, gratuita e para todos (SOARES, 2002).

Com o clima político autoritário da época, a Universidade do Distrito Federal precisou da ajuda do Ministério da Educação e, por influência direta do governo federal, teve uma breve existência: em janeiro de 1939, menos de quatro anos depois, foi fechada, por decreto presidencial. Seus cursos ofertados foram transferidos para a Universidade do Brasil, nome que foi dado a nossa primeira universidade, a antiga Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. A Universidade do Distrito Federal foi muito criticada pelos setores conservadores ligados à Igreja Católica, sobre os valores católicos, humanistas e personalistas, considerados essenciais na cultura brasileira (SOARES, 2002).

Durante a Nova República foram criadas 22 universidades federais, formando um sistema de universidades públicas federais. Cada unidade passou a contar com uma universidade pública federal. Nesta mesma época, foram criadas 9 universidades religiosas, sendo 8 católicas e 1 presbiteriana. Simultaneamente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas, acentuando a mobilização dos universitários, e tornando-se elemento importante para a sua organização, convergindo para a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1938 (SAMPAIO, 2000).

Neste período, com a criação das universidades, não foram contempladas as propostas de instituição pública dedicada à pesquisa e à produção de conhecimento, pois houve disputa pelo controle do ensino superior entre as elites laica e católica. Neste contexto foram fundadas as faculdades isoladas que ofertavam cursos de artes, profissionais e de formação de professores (SAMPAIO, 2000).

No ano de 1946, inicia-se o movimento de redemocratização do país, surgindo movimentos pela modernização do ensino superior, que tinha a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Assim, surgiu a luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade, que visava à democratização e a ampliação do acesso, rigor no exame vestibular e a proposta de universidade a serviço da sociedade (FÁVERO, 2006).

Vale destacar as conquistas impulsionadas com a volta de Getúlio Vargas ao poder pelo voto popular direto. De acordo com Figueiredo (2005), com objetivos populistas, Vargas agrupou educadores em torno

da liderança de Anísio Teixeira, tornando-se responsável pela ampliação do ensino superior.

Anísio Teixeira que assumia a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e criaria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), cujo objetivo era estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para o conhecimento da realidade nacional, regional e local com vistas a reorientar a condução das políticas educacionais. Dessa forma, esperava-se criar condições para adequar o ensino às condições, aspirações e particularidades das comunidades assistidas pela escola pública. Neste momento com a volta do governo Vargas amplia o ensino superior gratuito e cria as universidades federais que hoje existem no país. Inclusive no segmento militar, com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1947, que significou uma inovação acadêmica, seguindo os padrões dos EUA. O modelo do ITA influenciou na modernização do ensino superior no Brasil, principalmente na criação da Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília foi criada com o intuito de atender a necessidade de formar para a burocracia governamental especialista bem qualificado, além de servir como modelo, criando um paradigma moderno para o ensino superior tal qual o ITA, mas só que mais amplo, abrangendo mais áreas do conhecimento que pudessem influenciar nos rumos das universidades do país. Devido à necessidade de modernização das universidades e o estímulo à formação do docente-pesquisador (principalmente na USP desde a sua criação), foram criadas neste período a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e as agências governamentais CNPq e Capes (FIGUEIREDO, 2005, p. 3).

Entre os anos de 50 a 70, houve um período de crescimento das instituições de ensino superior, criaram-se universidades federais em todo o território brasileiro, inclusive as universidades estaduais, municipais e particulares. Apesar de haver uma padronização curricular

nas universidades, ou estabelecimentos isolados, eram muito seletivas e notadamente devotadas ao ensino (LUCE, 2001).

Com o ritmo acelerado do desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico, surge, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação problemática em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), sobretudo na segunda metade dos anos 1950, com a discussão em torno da questão escola pública e escola privada. Limitados inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes, para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país (FÁVERO, 2006).

Os trabalhos pela modernização do ensino superior vieram com a criação da Universidade de Brasília (UnB), dezembro de 1961. Surgindo como a universidade mais moderna do país, naquele período, era um diferencial na história das instituições universitárias, como o foram a USP e a UDF, nos anos 30, por sua finalidade e organização institucional (FÁVERO, 2006).

Ressalta-se, ainda, como fator relevante, a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, que definiu normas para autorização e reconhecimento das instituições de ensino superior (SAMPAIO, 2000). A LDB ficou muito além das reivindicações estudantis que almejavam impulsionar uma universidade construída com valores nacionais. Isso somado ao crescimento desordenado do sistema, como forma isolada e distante do controle governamental gerou uma demanda pela reforma universitária (BARREYRO, 2008).

Esta reforma teve início, em 1968, como uma nova fase da educação superior brasileira que tinha como base a eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como regra das Instituições de Ensino Superior. Além disso, trouxe mudanças como a unificação do vestibular, criou carreira de curta duração, estabeleceu matrículas por disciplina em forma de créditos, implementou o sistema de pós-graduação direcionados aos cientistas e professores, criou carreira de docente baseada em títulos e incluiu o princípio da dedicação exclusiva, impulsionando o desenvolvimento de cursos de pós-graduação realizado no exterior, com vistas à capacitação avançada do corpo docente brasileiro (STALLIVIERI, 2012).

Segundo Cristovam Buarque (2003), ex-ministro da Educação do Brasil, essa reforma universitária foi reafirmada em 1985, com a implantação da isonomia total e a criação de um conjunto de normas formuladas para regular esse sistema, aplicando-se a todas as universidades, públicas ou privadas e incorporando como parte do sistema de produção do conhecimento superior, como institutos de pesquisa, empresas, hospitais, repartições públicas e entidades de formação de nível superior. O sistema brasileiro deve atuar no sentido de garantir autonomia a cada entidade, gerando um conjunto harmônico, capaz de funcionar com sinergia.

Na metade do século XX, a expansão de universidades atingiu vários países e diversos grupos sociais, gerando novos comportamentos e afetando concepções sociológicas. Esse crescimento aconteceu principalmente nas áreas tradicionais como Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras (ROSSATO, 2005).

A universidade tornou-se uma instituição universal; originou uma multiplicidade de modelos; renovou na gestão, estimulada por condições sociais emergentes; implementou a formação, ao lado de novas áreas de conhecimento; desenvolveu a educação a distância; cresceu na área técnica, em alguns países ocorreu o crescimento da autonomia da instituição; e, por fim, a pesquisa cresceu nas universidades, aumentando sua credibilidade (ROSSATO, 2005).

Ainda, segundo Buarque (2003), mesmo diante das infinitas dificuldades de organização de um sistema único de Ensino Superior, diversos estudos têm sido realizados através do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e de outras entidades representativas como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), para sistematizar a educação superior brasileira (SOARES, 2002).

Diante dessas discussões, as universidades ainda formam um conjunto que não possui clareza de um sistema integrado. A proposta do governo federal é apresentar a criação do sistema universitário brasileiro, com inter-relação e interdependência de seus diversos componentes, pensando no desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura em geral e evidenciando, também, a relação entre a universidade e o setor privado e as instituições governamentais. A ideia desse sistema universitário brasileiro é definir o futuro da construção do saber superior no Brasil, para o século XXI. Buarque (2003) expõe a tendência de as universidades brasileiras ingressarem num novo século com um governo comprometido com as transformações de universidade

para uma instituição de ponta, em termos mundiais. Para tal, será necessário:

- a) atender as necessidades emergenciais de uma instituição abandonada;
- b) organizar um sistema universitário que se tornou confuso devido ao crescimento desordenado do setor privado, e o encolhimento do setor público;
- c) reestruturar a universidade, segundo exigências do momento histórico pelo qual passa a humanidade (FÁVERO, 2006).

Ainda no início dos anos 60, algumas universidades, entre elas a Universidade do Brasil, elaboraram planos de reformulação estrutural. De seus trabalhos, resultou o documento Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil (RODRIGUES; LOIS, 2012). Em junho de 1963, essas diretrizes são aprovadas pelo Conselho Universitário, mas, com o golpe militar de 1964, sua implantação é cancelada (FÁVERO, 2006).

Em 1966, o documento “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira” foi modificado para se adequar ao ensino superior, sendo incluso, no documento, algumas normas para as instituições universitárias:

- a) defesa dos princípios de autonomia e autoridade;
- b) dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior;
- c) ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente;
- d) criação de centro de estudos básicos
- e) criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras CRUB).

Este último não deveria confundir-se com o Fórum de Reitores, já existente. Esta recomendação foi imediatamente executada, sendo fundada em 29 de abril de 1966 e reconhecida como entidade de utilidade pública em 1972, por meio do Decreto nº 70.904 (FÁVERO, 2006).

No fim de 1967, muitos encontros aconteceram entre as comissões de diversas representações para discutirem as propostas. Preocupados em alinhar o documento existente, no qual algumas das recomendações validadas são absorvidas no Projeto de Reforma Universitária como: a) fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; b) ampliação de vagas; c)

implantação do vestibular unificado; d) criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos (FÁVERO, 2006).

A partir de então, os departamentos substituíram os cargos, passando as respectivas chefias a terem caráter rotativo. O exame vestibular, por sua vez, deixou de ser eliminatório, adotando uma função classificatória. Foi implantado o estabelecimento do tripé entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica. Essa reforma permitiu o avanço no conhecimento dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. A Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária, primeiramente conduzia-se apenas às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Entretanto, como grande parte do setor privado dependia de auxílios governamentais, seu alcance ultrapassou as fronteiras do sistema público federal, atingindo as instituições privadas, que procuraram afeiçoar-se a algumas de suas orientações (SOARES, 2002).

Como a necessidade do aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após a reforma de 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, onde havia concentração de demanda, como as periferias das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com o consentimento do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estavam matriculados em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas (SOARES, 2002).

Entre a década de 70 e meados de 80, houve a aglutinação de instituições: primeiro pela transformação de estabelecimentos isolados em escolas federais e depois pela transformação desses estabelecimentos isolados ou federalizados em universidades privadas (SAMPAIO, 2000).

No ano de 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo ano, os números de estabelecimentos isolados de ensino superior somavam oitocentos, os quais se dedicavam apenas ao ensino. O setor público foi o responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa, por conta disso modernizou um segmento importante do sistema universitário brasileiro (SOARES, 2002).

Nos anos 90, houve uma reformulação nas políticas públicas o que ocasionou uma mudança nas políticas educacionais o que levou a

aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LAGO, 2013).

A LDB traz para a educação superior um conjunto de princípios que indicam alterações para o nível de ensino superior, formado, de um lado, pelos processos de descentralização e flexibilização e, de outro, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos.

Essa Lei foi criada desde 1971 e reconhecida como tal em 1996 no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), veio para acrescentar informações e obrigatoriedades de extrema importância na educação brasileira. Traz as normas constitucionais que dizem respeito à educação, tais como o artigo 205 da CF que dita: “A educação é um direito de todos e dever do Estado visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No âmbito restrito da educação superior, cita-se, a título de comparação, o artigo 207 “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão bem como a autonomia das universidades” (BRASIL, 1988).

Outro aspecto relevante da nova LDB/96 está relacionado aos tipos de instituições de educação superior e suas atribuições de autonomia próprias, somente de instituições credenciadas como universidades.

No entanto, no atual sistema de Ensino Superior brasileiro, podem ser identificadas ou credenciadas, originalmente, a saber:

- a) **Universidades:** se caracterizam pela indissociabilidade do tripé entre ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação de quadro profissional de nível superior de pesquisa, extensão e cultivo do saber humano;
- b) **Centros Universitários:** não existe a obrigatoriedade do tripé, apenas pela oferta do ensino, pela qualificação do seu corpo docente e pela condição de trabalhos acadêmicos oferecidos à comunidade escolar;
- c) **Faculdades:** embora também devam zelar pela qualidade do ensino superior ministrado, não estão obrigadas a manterem programas institucionais de pesquisa e,
- d) **Institutos Federais de Educação (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs):** são instituições especializadas em educação profissional pública, com a finalidade de qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar atividades de



pesquisa e desenvolvimento, direcionadas para os setores produtivos da sociedade, oferecendo estrutura para a educação continuada (BRASIL, 2001).

Essa nova Lei incluiu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seu próprio credenciamento e credenciamentos ao desempenho alcançado por esta avaliação. Em caso de serem assinaladas deficiências, a Lei estabelece um prazo para saná-las; caso isso não ocorra, poderá haver descredenciamento das IES (SOARES, 2002).

O Ministério da Educação (MEC) iniciou o processo de avaliação a partir dos cursos de graduação com o maior número de matrículas. Os alunos formandos são submetidos a um teste de conhecimentos relacionado ao seu curso. A avaliação não faz parte do currículo dos alunos, apenas representa um instrumento para avaliar a qualidade do ensino oferecido pela instituição. Além da avaliação do aluno, a instituição também é avaliada quanto à situação das bibliotecas, laboratórios e qualificação dos professores. A comparação das médias de desempenho dos alunos tem apontado que os cursos das universidades públicas vêm apresentando os melhores resultados, as instituições estão investindo na qualidade no ensino (SOARES, 2002).

Sendo assim, conforme o conceito de Chauí (2003), a universidade é uma instituição social que exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, sendo uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de distinção, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais. Em outras palavras, a universidade é uma instituição social que promove a investigação, criação do conhecimento e habilidades técnicas.

## 2.2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A Educação Superior no Brasil abrange um sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas, com os mais variados cursos de graduação e programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, o qual está evoluindo principalmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (OLIVEN, 2002).

Souza (2008) considera que a ampliação do ensino superior ocorreu somente na década de 70. O número de matrículas aumentou de

300.000 para um milhão e meio, em 1980. A concentração urbana e a exigência de qualificação para mão de obra industrial forçaram o aumento de vagas e promoveram alterações no processo de seleção, no qual as provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha. Diante disso, o governo considerou impossível atender essa demanda, permitindo então, que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de novos cursos.

Ainda, na visão de Souza (2008), o aumento súbito das vagas sem o tempo necessário para planejamento resultou negativamente, por falta de fiscalização por parte do governo. Como consequência, ocorreu uma queda na qualidade do ensino, impulsionando a mercantilização do ensino superior privado, ao contrário do que prevê a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB).

Logo após, a aprovação da Lei nº 9.394/1996 – LDB contribuiu para a expansão das instituições privadas, em vez de frear o processo expansionista destas IES. Desta forma, constam na Lei alguns pontos importantes que foram implantados, conforme Bittar, Oliveira e Morosini (2008), como:

- a) criou os cursos sequenciais e os centros universitários;
- b) fundou o formato das universidades especializadas por campo do saber;
- c) implantou Centros de Educação Tecnológica;
- d) substituiu o vestibular por processos seletivos;
- e) acabou com os currículos mínimos flexibilizando-os;
- f) criou os cursos de tecnologia e os institutos superiores de educação.

Para demonstrar essa expansão após LDB/96, foi identificada através dos gráficos e tabelas, a evolução das Instituições de Educação Superior (IES), referente ao período de 1996 a 2010, e analisados os números que se referem à educação superior no Brasil.

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Administrativa de 1996 a 2000.

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		Centro Tecnológico	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1996	922	72	64	11	132	128	515	-	-
1997	900	77	73	1	90	133	526	-	-
1998	973	77	76	0	93	132	595	-	-
1999	1097	72	83	2	111	102	711	16	0
2000	1180	71	85	3	137	83	782	19	0

Fonte: INEP (2010).

De acordo com a tabela 1, há um equilíbrio na quantidade de Universidades Públicas e Privadas, no período de 1996 a 2000, e um crescimento importante, entre 1996 a 1997. Entretanto, as universidades privadas foram as que mais cresceram, totalizando 85 instituições no ano de 2000. Este resultado é fruto do incentivo à privatização do governo FHC.

Já, os Centros Universitários e as Faculdades privadas obtiveram um grande crescimento em comparação às públicas neste mesmo período. As Faculdades públicas mantiveram-se em equilíbrio durante esse período, finalizando o ano de 2000 com 83 faculdades. Já as faculdades privadas obtiveram um aumento de 90% neste mesmo período. Ainda, nesta tabela observa-se que somente em 1999, surgem os Centros Tecnológicos públicos no Brasil.

Tabela 2 - Número de Instituição de Educação Superior por Organização Acadêmica e Administrativa 2001 a 2010.

Ano	Total	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades	%	Institutos Federais e CEFETs	%
2001	1391	156	11,2	66	4,7	1143	82,2	26	1,9
2002	1637	162	9,9	77	4,7	1367	83,5	31	1,9
2003	1859	163	8,8	81	4,4	1576	84,8	39	2,1
2004	2013	169	8,4	107	5,3	1703	84,6	34	1,7
2005	2165	176	8,1	114	5,3	1842	85,1	33	1,5
2006	2270	178	7,8	120	5,2	1940	85,5	33	1,5
2007	2281	183	8	120	5,3	1945	85,3	33	1,4
2008	2252	183	8,1	124	5,5	1911	84,9	34	1,5
2009	2314	186	8	127	5,5	1966	85	35	1,5
2010	2377	189	8	126	5,3	2025	85,2	37	1,6

Fonte: INEP (2010).

Comparando com a tabela 1, observou-se que, após a LDB 96, houve um crescimento constante de IES no Brasil. No Censo de 2010, participaram 2.377 IES. As faculdades tiveram maior crescimento, 85%. Já as Universidades tiveram uma redução modesta no período de 2001 a 2010, finalizando em 8%, apesar de manter crescimento constante de novas instituições. Mesmo com a diminuição de Universidades, o Brasil teve uma expansão considerável de IES no período.

Em 10 anos, o Brasil quase que duplicou a quantidade de IES. A tabela 2 mostra claramente esse crescimento em números.

Tabela 3 - Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil – 2001- 2010

Ano	Matrículas										
	Total Pública		Pública						Privada		Total Geral
	Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privado	%	
2001	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9	3.036.113
2002	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3	2.434.650	69,2	3.520.627
2003	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1	3.936.933
2004	1.214.317	28,8	592.705	14	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2	4.223.344
2005	1.246.704	27,3	595.327	13	514.726	11,3	136.651	3	3.321.094	72,7	4.567.798
2006	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4	4.883.852
2007	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6	5.250.147
2008	1.552.953	26,7	698.319	12	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3	5.808.017
2009	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2	4.430.157	74,4	5.954.021
2010	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2	6.379.299

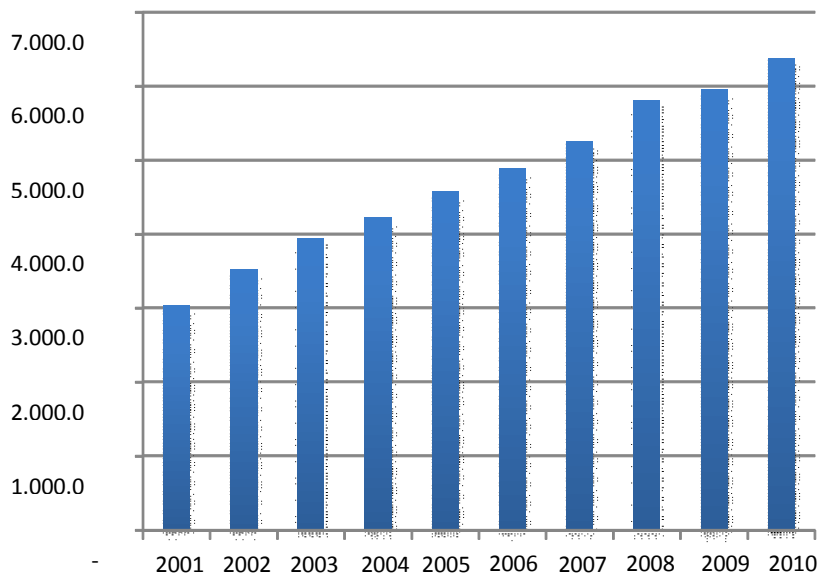
Fonte: INEP (2010).

Observa-se um grande avanço no aumento de matrículas em 10 anos, o número de matrículas no ano de 2010 foi mais do que o dobro das matrículas de 2001. No entanto, verifica-se um aumento de matrículas nas instituições privadas, representando 74% no ano de 2010. Por outro lado, nesse mesmo período, a Educação Pública nas categorias Federais e Estaduais, apresentou crescimento de 85% e 66% respectivamente, nesta mesma categoria (INEP, 2010).

Fazendo uma comparação com a população no mesmo período, em 2010, o IBGE divulgou o censo com população brasileira de 190.755.799 habitantes, em 2000 eram aproximadamente 169.799.170 de habitantes, totalizando 12,3% de crescimento populacional (IBGE, 2011 apud MOURA; CINTRA, 2014). Mesmo com aumento do número de habitantes, o censo também revelou que houve uma defasagem no grupo de pessoas com 15 a 24 anos que frequentavam estabelecimentos de ensino, e atingiu cerca de 50% das pessoas que estavam no ensino

fundamental enquanto deveriam estar no ensino médio ou superior (IBGE, 2012).

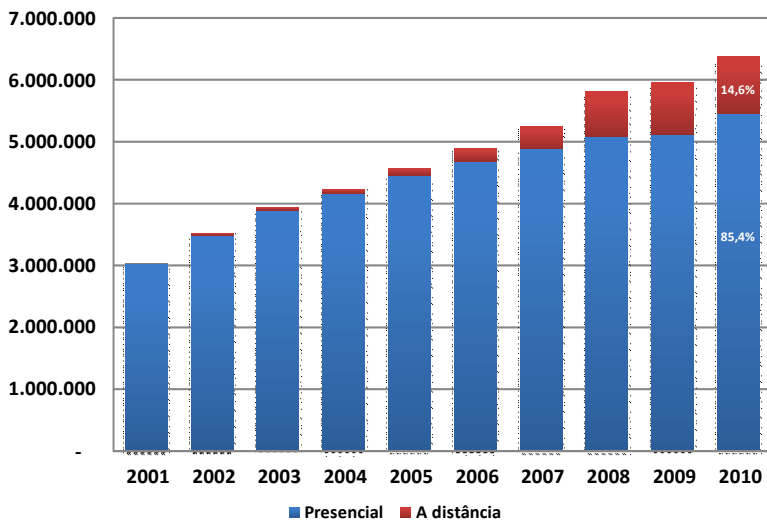
Gráfico 1 - Número de Matrículas em Curso de Graduação no Brasil 2001-2010



Fonte: INEP (2010).

O gráfico 1 demonstra a evolução do número de matrículas, que passou de 3.036.113 em 2001 para 6.379.299 em 2010, no total geral. O maior crescimento que a Educação Superior teve foi no ano de 2008, isso ocorreu pela evolução dos cursos em EAD conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução do número de matrículas por Modalidade de Ensino – Brasil 2001 a 2010.



Fonte: INEP (2010).

A Educação a Distância teve expansão considerável no ano de 2008, isso ocorreu devido à ampliação dos polos de apoio presenciais com uma estimativa de 187.154 novas vagas (UAB, 2012).

Os cursos presenciais atingiram um total de 5.433.136 matrículas no ano de 2010 e os cursos a distância chegaram a um total de 930.179 matrículas, isso representa um total de 14,6% de cursos na modalidade a distância.

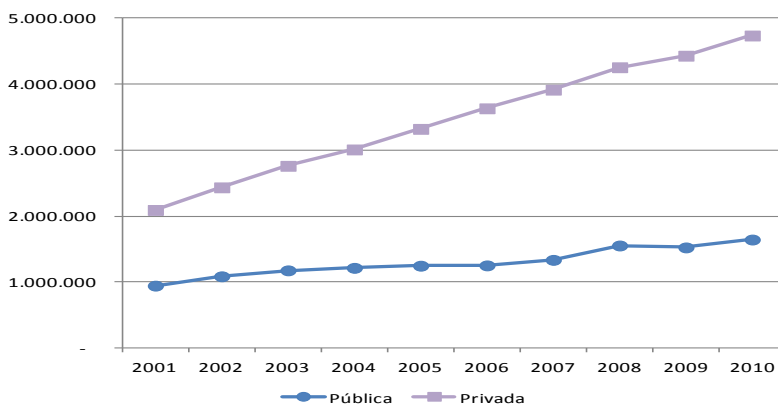
A educação a distância, conforme traz o Decreto 5.622 de dezembro de 2005, é uma modalidade de ensino (EAD). Neste sentido, o EAD apresenta-se como um importante instrumento de ensino e aprendizagem com uma maior amplitude.

A educação a distancia - EaD é uma forma de ensino que ganhou impulso após a elaboração da lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o objetivo de atender a demanda de ensino superior da população que morava distante dos centros urbanos ou que tinha dificuldade de acesso (SOARES, 2007).

A educação a distância vem oportunizar o ensino de graduação para todos os indivíduos que tenham dificuldade de frequentar um ambiente físico de aprendizado, e assim, possam adquirir conhecimento. Estes processos de ensino e aprendizagem acontecem com a utilização

de tecnologias, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diferentes. Pode-se dizer que a EaD vem oportunizar o acesso, sendo um instrumento facilitador da educação superior no Brasil. No gráfico 3 apresenta-se um panorama de crescimento nas matrículas em instituições públicas e privadas, no âmbito da educação a distância e presencial.

Gráfico 3 - Evolução do Número de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) por Categoria Administrativa Brasil – 2001-2010

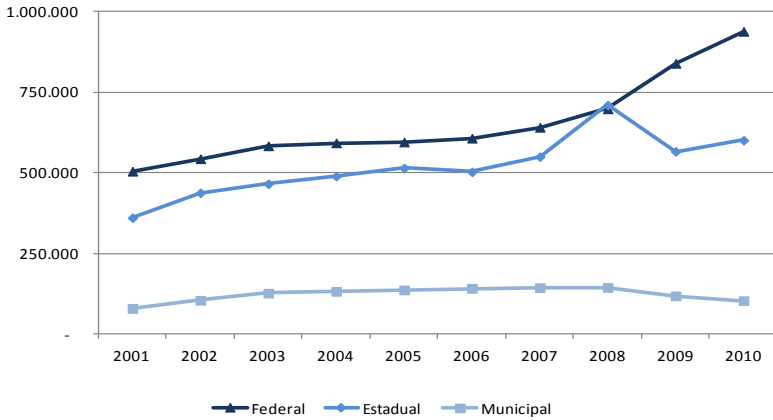


Fonte: INEP (2010).

O aumento de IES vem ocorrendo ano após ano. Sendo a privada com o maior índice de crescimento.

No gráfico 4, observa-se um crescimento significativo no ano de 2008 nas Instituições Estaduais Públicas. Como já mencionado anteriormente, esse fato ocorreu por causa da ampliação dos cursos a distância.

Gráfico 4 - Evolução do Número de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) das Instituições Públicas do Brasil 2001-2010



Fonte: INEP (2010).

A seguir, a tabela 4, apresenta-se o crescimento em números das matrículas por Região 2001-2010.

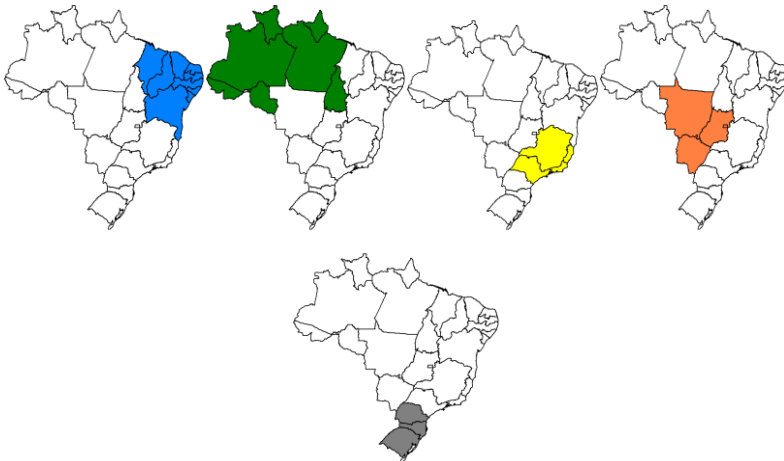




Tabela 4 - Número de matrícula por Região Geográfica Segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2001 e 2010.

Região Geográfica	2001			2010		
	Número de Matrículas	% Matrícula	% População <sup>1</sup>	Número de Matrículas	% Matrícula	% População <sup>2</sup>
<b>Brasil</b>	<b>3.030.754</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>5.449.120</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Nordeste</b>	460.315	15,2	28,7	1.052.161	19,3	27,8
<b>Norte</b>	141.892	4,7	5,8	352.358	6,5	8,3
<b>Sudeste</b>	1.566.610	51,7	43,4	2.656.231	48,7	42,1
<b>Centro Oeste</b>	260.349	8,6	7,1	495.240	9,1	7,4
<b>Sul</b>	601.588	19,8	15,0	893.130	16,4	14,4

Fonte: INEP (2010).

A tabela 4 demonstra que, nas regiões Sudeste e Sul, houve diminuição nas matrículas de graduação. Nas outras regiões ocorreu um aumento no número de matriculados no ano de 2001 e 2010.

Tabela 5 - Número de Matrícula em Curso Presencial por Região Geográfica Segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2010

Região	Categoria Administrativa							
	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
<b>Brasil</b>	<b>833.934</b>	<b>100</b>	<b>524.698</b>	<b>100</b>	<b>103.064</b>	<b>100</b>	<b>3.987.424</b>	<b>100</b>
Norte	105.257	13	39.348	7	7.863	8	194.970	5
Nordeste	260.147	31	157.411	30	20.533	20	608.353	15
Sudeste	249.262	30	204.197	39	40.422	39	2.195.640	55
Centro Oeste	84.136	10	41.260	8	9.493	9	337.698	8
Sul	135.132	16	82.482	16	24.753	24	650.763	16

Fonte: INEP (2010).

Conforme a tabela 5, a região que mais cresceu em termos de número de vagas para graduação, no ano de 2010, foi a Sudeste, tanto na instituição pública como na privada. A região Centro Oeste é a região com menos investimento na Educação Superior.

Diante do exposto, verifica-se que houve grande expansão do ensino superior público pós-LDB, de norte ao sul do Brasil.

Na tabela 6, observa-se uma visão geral do quantitativo desta expansão no ano de 2010.

Tabela 6 -Estatística Básica de Graduação (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil 2010

	Total Geral	Pública			Privada	
		Total	Federal	Estadual		Municipal
Instituições	2.377	278	99	108	71	2.099
Cursos	29.507	9.245	5.326	3.286	633	20.262
Matrículas de Graduação	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
Ingressos (todas as formas)	2.182.229	475.884	302.359	141.413	32.112	1.706.345
Concluintes	973.839	190.597	99.945	72.530	18.122	783.242

Fonte: INEP (2010).

Das 2.377 instituições apresentadas na tabela 6, são oferecidos 29.507 cursos de graduação presencial e a distância no ano de 2010. O número de matrícula foi 6.379.299 e o número de concluinte 937.839 e de ingresso (considerando todas as formas de ingresso) 2.182.229 (INEP, 2010).

Com esses números, percebeu-se que as ações políticas governamentais recentes voltadas para expansão da oferta e a democratização do acesso ao ensino superior estão sendo ampliadas, mas esse crescimento precisa continuar para atender a meta esperada de elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos (PNE, 2011).

Considerando a expansão dos últimos 10 anos, o total de estabelecimentos de educação superior cresceu muito: em 2001, havia 1.391 IES e, no ano de 2010, esse número aumentou para 2.377, um aumento aproximadamente de 171%. A expansão também foi maior no segmento de IES privadas: neste mesmo período, houve um crescimento de 66%. Essa expansão é ainda mais evidenciada pelo crescimento do número de matrículas que passou de 3.036.113 em 2001, para 6.379.299, em 2010 – aumento de 210%. Também aqui, a predominância é do setor privado, com crescimento de 226% (CASTRO, 2007).

Mesmo com essa expansão, no decorrer dos 10 anos da aprovação da LDB, ainda permanecem grandes desafios para a educação superior brasileira, pois uma grande parcela dos jovens, principalmente da classe trabalhadora, continua sem acesso ao ensino superior. Para

entender melhor, são listados alguns dos principais desafios que a LDB trouxe para a educação superior (BITTAR, 2008), que são mostrados por meio do quadro 1.

Quadro 1 - Desafios para a Educação Superior Brasileira

Desafios para a Educação Superior brasileira.	
1	Superar a expansão da oferta de vagas para chegar à efetiva democratização do acesso e da permanência dos estudantes de baixa renda.
2	Buscar um equilíbrio mais adequado entre o público e o privado. A meta estabelecida deve ser buscada por meio da aceleração do crescimento das matrículas públicas, em ritmo consideravelmente superior ao das matrículas privadas, sem desacelerar o ritmo de crescimento do setor privado.
3	Trabalhar a diversidade institucional em estreita relação de seus objetivos aos objetivos maiores do Estado brasileiro, de seu desenvolvimento, de sua economia, de sua cultura, e das necessidades da população.
4	Organizar uma cooperação mais intensa da União com os entes Federados, de modo a evitar a comercialização do sistema da educação superior.
5	Buscar, por meio de políticas compensatórias, um equilíbrio entre a oferta de educação nas diversas regiões do País e a representação percentual da população na sociedade brasileira.
6	Manter a oferta de financiamento estudantil para filhos de classe média baixa e ampliar o financiamento para jovens de classe baixa, entre eles os do ProUni, que por vezes são tão pobres que mesmo com a bolsa do ProUni encontram dificuldades para se sustentarem no campus.
7	Induzir o desenvolvimento com a criação de novos cursos de graduação em áreas do conhecimento que têm papel estratégico para o desenvolvimento do País.
8	Superar a ociosidade das vagas no ensino superior privado com programas de valorização do ensino médio e de políticas mais agressivas de financiamento estudantil, acompanhada da expansão da oferta pública e de racionalização da oferta no setor privado.
9	Manter a política de apoio à titulação no setor público e induzir o setor privado a ampliar seus investimentos em capacitação de mestres e doutores.
10	Não abrir mão do sonho de chegarmos a 2011 com 30% dos jovens da faixa etária apropriada na educação superior, aumentando gradativamente os investimentos públicos em educação até chegar a 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte: Adaptado de BITTAR (2008).

### 2.2.1 Políticas da Educação Superior Brasileira

Segundo Melo, Melo e Nunes (2009), a expansão da educação brasileira está fundamentada em três momentos importantes: aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996; o lançamento do Plano Nacional da

Educação (PNE), em 2001 e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007.

### 2.2.1.1 Plano Nacional de Educação – PNE

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961(PNE, 2001). Primeiramente era um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, foram revisadas e incluídas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos Estaduais. Um ano depois, uma nova validação foi feita, chamando-se Plano Complementar de Educação, acrescentando importantes modificações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios adequados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos (PNE, 2001).

O assunto foi tema de discussão em vários momentos da história. De acordo com a Lei nº 9.394, de 1996, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", originadas nos artigos 9º e 87, cabe à União a elaboração do Plano em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e a União encaminha o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores (PNE, 2001).

Nas duas primeiras décadas, várias reformas educacionais ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional, cuja finalidade era elaborar um plano que tratasse da educação para todo o território nacional, que se concretizaria somente no início do Século XXI, através da Lei nº 10.172, em 09 de janeiro de 2001, com o lançamento do Plano Nacional de Educação (PNE), por um período de 10 anos (PNE, 2001).

Esse plano trazia, em sua redação, o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação de forma colaborativa, no qual estão definidos diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para garantir a sustentação e o desenvolvimento do ensino em todos os níveis, por meio de ações integradas dos poderes públicos (SPELLER, ROBL; MENEGHEL, 2012).

O PNE 2001-2010 foi aprovado com 35 metas direcionadas para a educação superior, que se preocupava com a expansão do ensino de qualidade, como: o aumento da oferta de vagas, em especial para a população de 18 a 24 anos; a expansão regional; a diversificação do sistema pelo estímulo ao desenvolvimento da EaD e a

institucionalização de um sistema nacional de avaliação (SPELLER, ROBL; MENEGHEL, 2012).

Em sua aprovação, o PNE sofreu nove vetos presidenciais, por meio dos quais se anulavam os itens que ampliavam a participação do Estado no que diz respeito aos recursos financeiros, sendo quatro deles direcionados à educação superior. As metas diziam respeito a reserva de 40% do total de vagas para o ensino público; a criação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior para as instituições federais; ao aumento do crédito educativo para atender, pelo menos, 30% da população matriculada no setor privado e triplicar os recursos públicos para pesquisa científica e tecnológica (SPELLER, ROBL; MENEGHEL, 2012).

Os objetivos iniciais do PNE pretendiam concretizar:

- a) o aumento global do nível de escolaridade da população através da melhoria na qualidade do ensino;
- b) a diminuição das desigualdades sociais e regionais em relação ao acesso e a permanência na educação pública; e
- c) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, apoiado aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (PNE, 2001).

O Art. 2<sup>o</sup> do PNE, diz que “a partir da vigência desta Lei, os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, formar planos decenais apropriados”, ficando assim estabelecida a criação dos projetos de Lei para a consecução das metas do PNE em cada decênio, e o Governo Federal ficará responsável pelo envio desses planos ao Congresso Nacional (PNE, 2001).

Para concretizar uma das metas do PNE, implanta-se o sistema de educação a distância, que vem se firmando no país, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB, em 2005. Sua criação teve como finalidade expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e vem ampliando as possibilidades de formação profissional em praticamente todos os estados brasileiros.

Desde a sua aprovação, o PNE vem adequando seus objetivos e metas para atingir esse seguimento educacional. Pode-se enumerar: a oferta de cursos a distância, em nível superior, com o foco na formação de professores para a educação básica; e a ampliação, gradativa na

formação em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação credenciadas.

Considerando os dados computados pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2012), em 2007, o Brasil possuía 4.880.331 alunos matriculados em cursos de graduação presenciais, nas 2.281 instituições de ensino superior. Deste total, apenas 12% encontra-se na faixa compreendida entre 18 e 24 anos, número muito além dos 30% previstos no PNE, em 2001. Este cenário foi alterado, conforme demonstrado no Censo de 2010 quando o Brasil chegou a 6.379.299 matrículas em cursos de graduação, nas 2.377 instituições de ensino superior. Observa-se uma evolução do número de IES por categoria administrativa segundo os dados do Censo 2010. De 1.371 instituições em 2001, passou para 2.377, em 2010 (INEP, 2010).

Quando se verifica a expansão nas Instituições privadas, tais resultados assinalam para certa estabilização da participação deste setor, que, em 2010 atende a 74,2% das matrículas. Por outro lado, nesse mesmo período, o setor público demonstra um considerável aumento. As categorias federal e estadual apresentam crescimento no número de matrículas de 2001 a 2010 na ordem de 85,9% e 66,7%, respectivamente (INEP, 2010).

O PNE de 2001 surgiu através de um amplo movimento social que terminou sendo frustrado. Porque o que se aprovou como Lei não foram exatamente as reivindicações da vontade e da participação democrática de tantos educadores e da população, mas foi aquele elaborado pelo Poder Executivo, incluindo parte das propostas da sociedade. O problema maior é que, apesar de sua origem governamental, a Lei do PNE sofreu muitos vetos, resultando em um conjunto de metas de difícil acompanhamento, tornando-se uma proposta descomprometedora. Isso talvez ajude a explicar parte da fragilidade do PNE e por que ele jamais tenha se transformado num instrumento de luta política a favor da educação. Os críticos defendem que o PNE somente terá vida e poderá realizar o seu efetivo potencial quando vem da vontade de muitos, que muitos tenham elaborado e sejam por muitos defendidos e permanentemente avaliado e legitimado na dinâmica social (CALLEGARI, 2013).

Com a finalidade de diminuir os muitos desafios da educação, surge o novo PNE, o qual reúne as principais metas discutidas e selecionadas que precisam ser alcançadas para superar o baixo índice educacional do país, visando a erradicação do analfabetismo e a superação das desigualdades e melhoria na qualidade do ensino

(BRASIL, 2010a). O plano apresenta uma série de obrigações dos governos: Federal, Estadual e Municipal, para todos os níveis educacionais. Cabe à educação superior destacar algumas dentre suas 20 metas aprovadas no Projeto de Lei para o Decênio 2011-2020, tais como: **Meta 8:** ampliação da escolaridade média da população de 18 a 24 anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com intuito de reduzir a desigualdade educacional; **Meta 12:** ampliar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, garantindo a qualidade da oferta; **Meta 13:** ampliar a qualidade da educação superior pelo aumento da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores, e, **Meta 14:** ampliar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* para atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores (BRASIL, 2010a).

O bom aproveitamento e o sucesso do plano estão na qualidade da escolha das metas necessárias, bem como na excelência da implantação das mesmas. Esse esforço deve ser o principal objetivo nos próximos 10 anos de vigência do plano, uma vez que não foi possível atingir as metas do último plano, frente aos direitos de todas as crianças e jovens a uma educação de qualidade, que prepara para uma vida autônoma digna e com as oportunidades para seu desenvolvimento.

Neste contexto, o novo Plano Nacional de Educação, de 2011 a 2020, que se encontra em aprovação, agregou alterações de melhoria no plano por dois grandes motivos: primeiro, porque nos últimos anos, com os diversos programas voltados para a educação, a sociedade brasileira parece ter evoluído na conscientização de que Educação com Qualidade é direito a ser cobrado e um dever do Estado, que precisa ser realizado sem intervenções perante as exigências do mercado de trabalho e da vida em sociedade. Segundo, porque o Brasil está evoluindo no âmbito da educação, contando com sistemas mais avançados de financiamento, monitoramento, avaliação e controle social das ações educacionais, contribuindo para o acompanhamento do que vier a ser planejado (CALLEGARI, 2013).

### 2.2.1.2 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

O Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado em 24 de abril de 2007 e tem como um de seus principais objetivos estabelecer autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo, melhorando a educação do País, atendendo às demandas da educação superior (BRASIL, 2008). O PDE é mais um caminho em direção à construção institucional para melhoria da educação.

O PDE prevê várias ações que visam solucionar os problemas que afetam diretamente a educação brasileira, mas não para por aí, vai mais além, incluindo ações de combate a problemas sociais que fragilizam o ensino e o aprendizado com qualidade (BRASIL, 2008).

Pode-se considerar o PDE como um conjunto de estratégias que visam dar consequência às metas estabelecidas, procura dar uma visão sistêmica reconhecendo as conexões intrínsecas entre alfabetização, educação básica, educação superior e educação tecnológica. A partir dessas conexões, potencializar as políticas de educação de forma a que se reforcem reciprocamente (BRASIL, 2012).

O PDE está amparado em seis pilares:

- a) visão sistêmica da educação;
- b) territorialidade;
- c) desenvolvimento;
- d) regime de colaboração;
- e) responsabilização e
- f) mobilização social.

Tais pilares são os desdobramentos dos princípios e objetivos constitucionais, com o envolvimento necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o envolvimento entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro (BRASIL, 2012).

Os princípios do PDE para a Educação Superior visam:

- a) a expansão de oferta de vagas;
- b) a garantia de qualidade;
- c) a promoção de inclusão social pela educação;
- d) a ordenação territorial, permitindo que o ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do país e,
- e) o desenvolvimento econômico e social, (BRASIL, 2008).



Seus princípios são interligados, pois, à medida que cada um é atendido, reflete nos demais, não havendo a possibilidade de serem executados isolados, sendo que seus resultados formam o todo.

As universidades possuem um papel estratégico relevante no cumprimento desses objetivos, principalmente as instituições do setor público. Houve uma ampliação significativa do acesso ao ensino superior; pode-se destacar a fundação de quatorze novas universidades: dez universidades implantadas, duas universidades consolidadas por meio de desdobramento de outras universidades já existentes e mais duas transformadas a partir de escolas e faculdades. Além disso, outros 111 *campi* universitários foram criados atendendo todas as regiões do país (BRASIL, 2012).

Como se observa neste estudo, tanto a LDB, quanto o PNE e o PDE são agentes transformadores do desenvolvimento da educação nos últimos anos e servem de guia para todas as ações governamentais e institucionais. Entretanto, a expansão da educação superior brasileira não é um fato isolado, diversos fatores têm colaborado ao longo do tempo para que ela começasse a se transformar e se projetasse para um futuro com o intuito de atingir a meta de um país que visa qualidade na educação.

Cinco programas, considerados os pilares para a democratização do acesso à educação superior, foram implantados pelo Ministério da Educação:

- a) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, tem como fim imediato o aumento de vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação;
- b) Programa Universidade para Todos PROUNI, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais;
- c) Universidade Aberta do Brasil – UAB, sistema nacional de educação a distância com a participação de instituições públicas em parceria com estados e municípios;
- d) FIES; e,
- e) Institutos Federais.

Entretanto, para este estudo, foram analisados as ações e os resultados obtidos com os três primeiros.

### 2.2.1.3 REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e tem como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, a partir do aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (REUNI, 2010).

É um programa responsável pela expansão do sistema público federal de educação superior e associado ao aumento de vagas de graduação, aplicação da oferta superior pública, reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos humanos e materiais, colocados à disposição das universidades federais.

Esse é um momento importante para promover, ampliar e aprofundar processos de transformação das universidades públicas, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico.

O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18%, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (REUNI, 2010).

O REUNI apresenta-se como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa de 18 a 24 anos, até o final da década. É possível caracterizar e qualificar as três etapas da expansão recente das universidades federais brasileiras a partir de três ciclos:

- a) **Primeiro Ciclo** - Expansão para o Interior (2003/2006) - Criação de dez novas universidades federais em todas as regiões; consolidação de duas universidades federais; criação e consolidação de 49 *campi* universitários.
- b) **Segundo Ciclo**- Expansão com Reestruturação (2007/2012) - Adesão da totalidade das instituições federais de ensino superior; implantação de 95 *campi* universitários; ampliação do número de vagas da educação superior, especialmente no período noturno.

- c) **Terceiro Ciclo** - Expansão de instituições com ênfase internacionais (2008) - Criação de universidades federais em regiões territoriais estratégicas. Encontra-se em processo de criação e/ou implantação: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu (PR); Universidade Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção (CE) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), implantada em Chapecó (SC) (REUNI, 2010).

O REUNI pode ser resumido em seis desafios importantes:

- a) ampliação da oferta de educação superior pública;
- b) reestruturação curricular;
- c) renovação Pedagógica da Educação Superior;
- d) mobilidade interinstitucional;
- e) compromisso social da Instituição; e
- f) suporte de pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (REUNI, 2010).

Além dessas dimensões, as universidades precisam assegurar que a reestruturação e expansão programada sejam realizadas com garantia de qualidade acadêmica e que devem ser tratadas prioritariamente pelas universidades. Entre essas, destacam-se as diretrizes:

- a) a flexibilidade curricular nos cursos de graduação que permita a construção de itinerários diversificados e que facilite a mobilidade estudantil;
- b) a oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; e
- c) a disponibilidade de mecanismos de inclusão social, a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso a todos os cidadãos (REUNI, 2010).

A expansão de IES Federais de educação superior teve início, em 2003, com a interiorização dos campi das universidades federais. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, por exemplo, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 230 até o final de 2010. Desde o início da expansão foram criadas diversas novas universidades

e centenas de novos *campi* que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (REUNI, 2010).

Até o final de 2014, está prevista a criação de mais 47 novos campi universitários e 208 novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFETs), ampliando o atendimento aos municípios (PASSARINHO, 2011).

#### 2.2.1 4 PROUNI – Programa Universidade para Todos

O Programa Universidade para Todos – PROUNI foi criado pelo Governo Federal, em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. É um programa com objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais, de formação em instituições privadas de educação superior (BRASIL, 2012).

O programa é oferecido aos estudantes vindos do ensino médio tanto da rede pública, quanto da rede particular, na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima que não ultrapasse a três salários mínimos (MELO; MELO; NUNES, 2009).

Os alunos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no qual a inclusão ocorre pela qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos (BRASIL, 2012).

Para as IES privadas beneficiadas por isenções fiscais é instituída a concessão de bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção. Foi estipulado dois tipos de bolsas, integral ou parcial de 50%, e que os beneficiários fossem selecionados pelo exame do ENEM, sendo classificados os estudantes com maior nota. Além disso, foi definido o perfil socioeconômico dos bolsistas: egressos de escola pública com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio para bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial de 50%. A nota mínima no ENEM para obtenção da bolsa foi definida em 45 pontos, mas a nota média dos beneficiados atingiu marca superior a 60 pontos (BRASIL, 2012).

O PROUNI já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2012, mais de um milhão de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais (PROUNI, 2012).

Para aprimorar o acesso no Programa, o MEC buscou alternativas para facilitar o processo de inscrição daqueles candidatos que não possuem computador, efetivarem sua inscrição em locais mais próximos

de suas residências. Para tanto, estabeleceu uma rede de parceiros do PROUNI, composta atualmente pela FUNAI, em suas Administrações Executivas Regionais, Centros de Integração Empresa-Escola – CIEE e pelos pontos de presença do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC (PROUNI, 2012).

Desde 2007, o PROUNI, juntamente com o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, é uma das ações integrantes do PDE e possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o FIES, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa (PROUNI, 2012).

Em 2007, foram locadas 163.584 bolsas em todo o Brasil, sendo 97.361 integrais e 66.223 parciais, com o passar dos anos o programa foi ampliando, chegando, em 2010, com um total de 125.922 bolsas integrais e 115.351 bolsas parciais, atingindo o montante de 241.273 estudantes com bolsa de estudo. O Estado de São Paulo ficou com a maior parcela de bolsas, totalizando, no ano de 2010, 84.817 bolsas integrais e parciais, enquanto que o Estado de Roraima aparece com apenas 336 bolsas, em último lugar (PROUNI, 2012).

Para Almeida Junior (2009), o PROUNI é uma iniciativa louvável de inclusão no ensino superior, mas, como política isolada, não resolve. Entende que é preciso apoiar o aluno na Universidade e assegurar sua capacitação, para que ele possa concorrer a uma vaga no acirrado mercado de trabalho. Para o autor, os mecanismos de financiamento do governo federal são desestimulantes e excludentes. É partidário de uma política de financiamento estudantil que contemple juros mais baixos, a partir de bancos como BNDES, o que facilitaria aos estudantes a escolha da instituição por sua identificação com a filosofia e a qualidade do estabelecimento.

É de extrema importância lembrar que o assunto “Educação Superior” permanece em aberto, pois a gratuidade integral ou parcial para estudar, assim como o financiamento, não são suficientes para seus beneficiários, ou seja, os estudantes, necessitam de assistência estudantil e direito à qualidade de ensino.

Apesar das dificuldades no gerenciamento do FIES e inúmeras críticas em relação aos programas de expansão como um todo, estes devem ser revistos e aprimorados frequentemente, pois essas medidas simbolizam um grande marco rumo à expansão no ensino brasileiro, assunto amplamente discutido nos últimos anos.

### 2.2.1.5 UAB – Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema voltado para a expansão da educação superior, na qual se apresenta como uma das principais ferramentas governamentais para incrementar a expansão através da Educação a Distância (EaD). Tem como objetivo reduzir a desigualdade na oferta do ensino superior e desenvolver um extenso sistema nacional de educação superior a distância. Essa modalidade de ensino vai facilitar o acesso à interiorização e contemplar a inclusão social em curso de graduação (BRASIL, 2012).

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2005, estabelecendo parceria com a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e Empresas Estatais. Foi nomeado pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a intenção de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País" (UAB, 2012). Esse sistema sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

1. expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
2. aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
3. avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
4. estímulo à investigação em educação superior a distância no País; e
5. financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância (UAB, 2012).

Um dos objetivos de criação da UAB foi a melhoria nos índices de ingresso e permanência de estudantes nos cursos de ensino superior conforme o Plano Nacional de Educação (UAB, 2012).

Os primeiros cursos executados no âmbito do Sistema UAB resultaram da publicação de editais. Sendo que o primeiro edital chamado UAB1, publicado em 20 de dezembro de 2005, permitiu a

realização do Sistema UAB, através da seleção de propostas de cursos, apresentadas por instituições federais de ensino superior (UAB, 2012).

O segundo edital, publicado em 18 de outubro de 2006, designado UAB2, distinguiu da primeira experiência por admitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais (UAB, 2012).

A expansão se deu pela interiorização, a oferta de cursos e programas de educação superior em educação a distância, com o apoio das instituições públicas de ensino superior e tecnologias de informação e comunicação. Além do que, incentivou a colaboração entre União, Estados e Municípios, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial, localizados em microrregiões e municípios com pouca ou nenhuma oferta de educação superior (UAB, 2012).

Esses polos são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior, os quais devem ser equipados com laboratório de informática, biologia, química, física e uma biblioteca. Os polos servem de referência para os estudantes, podendo ser acessados para realização das provas, trabalhos ou pesquisa. Os alunos contam com o apoio de tutores e professores, que os guiarão durante o curso. Já, a elaboração dos cursos é de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior as quais desenvolvem o material didático e pedagógico (BRASIL, 2012).

Segundo Melo; Melo e Nunes (2009), o sistema UAB oferece cursos cujo foco está na formação de professores e em diversas áreas da administração, além dos cursos direcionados aos professores da rede pública da educação básica, procurando melhorar suas qualificações e qualidade da educação nas regiões atendidas. Os cursos de ensino superior ofertados são os definidos pela LDB em níveis de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. Além desses, contempla, ainda, os cursos sequenciais e de pós-graduações *lato e stricto sensu*.

O programa Universidade Aberta do Brasil já disponibilizou milhares de vagas em cursos superiores, na modalidade EAD e a intenção do governo federal é clara: utilizar essa ferramenta para expandir, objetivando atingir a meta de interiorização e democratização do acesso à educação superior prevista no PNE, mas, principalmente aumentar a oferta de ensino público e gratuito no país. A UAB apresenta as bases para a educação de adultos que trazem experiências

prévias do mundo do trabalho e retornam aos bancos escolares a procura de uma formação inicial ou continuada (UAB,2012).

Os dados mais recentes da educação superior a distância levantados pelo INEP apontam para números. Num total de 97 instituições, foram oferecidos 408 cursos de graduação, isso representa um incremento no número de vagas na ordem de 89,4% em relação a 2006. As matrículas aumentaram 78,5% no mesmo período e já representam uma fatia de 7% do total de matrículas no ensino superior. Os dados apontam para um crescimento exponencial nesta categoria, 908,2% em apenas cinco anos. O total de alunos matriculados em 2002 era de 40.714, e em 2007, esse número saltou para 369.766 (INEP, 2012).

Conforme ressalta Teatini (2011), o crescente desenvolvimento do sistema UAB e a grande expansão ocorreram a partir de 2008. O número de alunos soma mais de 190 mil e 618 polos ativos de apoio presencial, algo inédito no Brasil sabendo que o sistema foi construído em três ou quatro anos.

Deste modo, os acontecimentos recentes, anteriormente expostos, dão suporte inicial para a compreensão do fenômeno político e social da expansão e interiorização da educação superior pública brasileira.

### 2.3 ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Ano após ano, o mundo vem se transformando no contexto das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e econômicas, o que causa inovações na vida cotidiana das pessoas, interferindo diretamente nas atividades, na realização do trabalho, nas unidades de comércio, nas estruturas empresariais e financeiras e no setor educacional, incorporando debates sobre seus efeitos em todas as nações que pretendam participar do fluxo de desenvolvimento (CASTELLS, 1999).

Castells (1999) ainda expõe que a forma de desenvolvimento informacional, utilizada pelos países centrais, tem a característica de aplicar conhecimentos sobre os próprios conhecimentos configurando como principal fonte de produtividade, vinculando a educação aos temas globalização e participação das nações nos fluxos de desenvolvimento.

Esta transformação deixa evidenciada a urgência em inserir o tema gestão universitária nas discussões organizacionais, frente ao seu relevante papel na formação do capital humano que atuará nesta nova realidade.

Silva Filho e Roberto Leal Lobo (1998) chama a atenção, em relação ao papel das universidades, considerando a universidade como



uma prestadora de serviços para seus alunos, lembrando que não podem confundir serviços educacionais com serviços de apoio ao estudante, também indispensável, e que não influenciam diretamente na qualidade acadêmica do profissional formado. Por outro lado, o aluno é cliente, mas também agente de sua própria formação, o que deve ser levado em conta quando se definem a visão, os objetivos e as metas institucionais. E é, neste conjunto, da visão acadêmica e da técnica administrativa que reside a ciência da gestão universitária.

Segundo o autor, esta aglutinação permitirá o controle institucional, a busca de objetivos comuns e globais, sem bloquear a capacidade individual de gerar ideias, conhecimentos e tecnologias. É um equilíbrio difícil de alcançar, que precisa ser estudado e que depende da atitude dos dirigentes, sendo exigida uma postura diferente dos gestores, executivos e técnicos da educação, voltados para uma gestão universitária estruturada no desempenho dos seus recursos humanos, que atenda, em suas ações, os princípios da administração no meio acadêmico.

Com a complexidade e crescente ampliação das instituições nos últimos anos, não é mais possível tratar as questões educativas de forma isolada dos acontecimentos ocorridos na sociedade em geral. Essas questões educacionais começaram a despertar o interesse da sociedade e dos governos. Todo o processo de abertura democrática por que passa a sociedade brasileira, encontra nas instituições espaços de reivindicação por maior participação (ELPO, 2004).

É necessário rediscutir o papel que as universidades ocupam na sociedade, suas contribuições e possibilidades de atuação mais abrangente. Formulando a construção de sua identidade institucional, constituída pela formação de habilidade organizacional para elaborar seu projeto educacional. Essas habilidades precisam rever a distribuição das responsabilidades, assumindo compromissos com os acertos e erros ocorridos durante seu processo de efetivação. Ou seja, é fazer com que as ações planejadas realmente sejam levadas para a prática institucional (ELPO, 2004).

Diante da autonomia das universidades que traz o Art. 207, da Constituição federal, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Luck (2000) assinala algumas características do processo de construção desta autonomia de instituições educativas, como:

- a) autonomia como construção cotidiana da ação coletiva e responsável;
- b) aumento das bases na tomada de decisão;
- c) interdependência de responsabilidades entre dirigentes do sistema, instituições e a comunidade;
- d) equilíbrio entre a lei e a autonomia institucional;
- e) autonomia como um processo contraditório;
- f) responsabilidade;
- g) transparência nos processos;
- h) processo de construção da cidadania;
- i) interação entre as esferas pequenas e grandes da gestão; e
- j) gestão participativa.

Pensando em avaliar as habilidades e processos das instituições, na busca do aperfeiçoamento na gestão nas universidades, em 2004 foi aprovado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.861 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), contendo três elementos de avaliação: das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia toda a instituição incluindo um tópico específico da gestão universitária. O que, até então, era tarefa quase que exclusiva dos pesquisadores da área, respondendo pelo princípio de gestão democrática garantida pela Constituição Federal de 1988, tornou-se preocupação também do Ministério (INEP, 2013).

Na proposta do SINAES, a questão da avaliação da gestão universitária ganha um espaço específico:

Avaliar a administração geral da Instituição e de seus principais setores, na perspectiva da globalidade. Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da democracia interna, especialmente nos órgãos colegiados, as relações profissionais. Avaliar as políticas de desenvolvimento e expansão institucional. Pessoal administrativo: seu perfil, sua capacitação, políticas de melhora, quanto à qualidade de vida e qualificação profissional. Orçamento: eficiência e eficácia na utilização dos recursos, etc. (INEP, 2013).

No documento, a proposta de avaliação da gestão universitária abrange de forma inovadora a administração da instituição como um

todo. A avaliação das atividades universitárias promove a melhoria no ensino, na produção científica e na distribuição de recursos, pois

a avaliação institucional de uma universidade terá que estar sempre relativizando as inter-relações existentes nos processos acadêmicos. No entanto, terá também que avaliar o atendimento as expectativas da sociedade no qual a universidade está inserida, sem perder de vista as suas funções de ensino, pesquisa e extensão (TURBINO, 1997 p. 59).

Não há, portanto, uma receita que possa ser universalizada para atender todos os setores, é preciso levar em conta que as universidades são instituições educativas e, por isso, respondem de forma diferente aos princípios de gestão (SILVA FILHO, 1998).

Silva Filho e Roberto Leal Lobo (1998) Elpo (2004) defende a ideia de que a instituição de ensino superior tem o compromisso de voltar seus conhecimentos para a sociedade como um todo. É uma via de mão dupla, pois a universidade deve estar inserida na sociedade assim como trazer para dentro dela as temáticas e demandas sociais mais urgentes. Vinculando o mundo acadêmico com a realidade do país.

Na visão de Drucker (2000), no futuro, as universidades poderão sofrer mudanças e inovações mais severas que nos últimos séculos. As novas tecnologias de informação e comunicação, a informática e a telemática, a perspectiva da aprendizagem contínua, ou seja, da “*life long learning*”, têm criado novas demandas sociais, exigindo das organizações soluções e atitudes inovadoras.

Essas mudanças, nas organizações, requerem um alto grau de descentralização, isto porque a organização deve ser estruturada de forma que tomem as decisões rapidamente. E, essas decisões devem ser baseadas no seu entorno, levando em consideração o desempenho com o mercado, com a tecnologia e com todas as muitas mudanças ocorrentes na sociedade, no meio ambiente, na demografia e no conhecimento que propiciarão as oportunidades para a inovação (DRUCKER, 2000, p.7).

Para Senge (1996), é preciso prestar atenção nos processos informativos e de comunicação. As atuais demandas da “Sociedade do Conhecimento” levam a uma crise das próprias carreiras profissionais, pela exigência de novas habilidades e competências, somando-se a competência técnica de cada profissional como: trabalho em equipe, adaptação a situações novas, aplicação de conhecimento e

aprendizagens, atualização contínua pela pesquisa, abertura à crítica, busca de soluções criativas, inovadoras, conhecimento em vários idiomas, domínio da informática, gestão de equipe e um bom relacionamento com os colegas. Todas essas exigências afetam inteiramente a universidade em seu papel de formação do profissional exigido pela sociedade atual, o que necessariamente leva a se pensar em inovação na educação superior.

Entretanto, as atuais políticas governamentais para a Educação Superior vêm implementando as propostas de inovação no ensino de graduação e na pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, envolvendo parcerias entre organizações da mesma área, com objetivos comuns, ou entre organizações de áreas diferentes com objetivos afins. As pesquisas, dentro das universidades estão exigindo, cada vez mais, o conhecimento interdisciplinar, cooperativo e integrado.

## 2.4 MAPEAMENTO DE PROCESSO

Processos podem ser definidos como um conjunto de atividades que tem por objetivo demonstrar um produto ou serviço relacionado à empresa. Para Davenport (1994), um processo é uma classificação detalhada das atividades no tempo e no espaço, com começo e fim, claramente identificados. Os processos demonstram como as atividades são realizadas em uma empresa, como elas agregam valor aos serviços para atender satisfatoriamente seus clientes e seus objetivos organizacionais. Entretanto, nem sempre estão bem definidos ou descritos. Conforme Slack et al. (2008), isto ocorre porque geralmente as atividades se desenvolveram com o tempo, sem mesmo serem formalmente registradas. A importância de ter o mapeamento dos processos é para que todos saibam como é o desenvolvimento dessas atividades de uma forma cronológica.

Segundo Leal (2003), o mapeamento de processo é uma técnica usada para detalhar as atividades de uma determinada área, descrevendo as fases importantes que influenciam em seu comportamento cotidiano. Já, para Villela (2000), o mapeamento de processos é uma ferramenta gerencial analítica e de comunicação que tem a intenção de ajudar a melhorar os processos existentes ou de implantar uma nova estrutura voltada para processos.

Slack et al. (2008) afirmam que são muitas técnicas que podem ser usadas para mapear o processo, dentre elas existem duas principais características necessárias em sua aplicabilidade que são:

- a) identificam os diferentes tipos de atividade que ocorrem durante o processo, e
- b) mostram o fluxo das informações através do processo, ou seja, a sequência de atividades que as pessoas devem realizar.

O resultado desta técnica de mapeamento de processos pode ser representado através de fluxogramas, diagramas, lista de etapas ou *Business Process Management* (BPM), sendo o último um dos mais utilizado, atualmente, pelas empresas. A metodologia adotada deve ser selecionada de maneira que atendam as necessidades da instituição. Essa técnica permite que todos os envolvidos conheçam e saibam desenvolver as atividades relacionadas ao seu trabalho, até chegar ao resultado pretendido, otimizando o tempo e minimizando os gargalos. Muitas vezes, as pessoas realizam atividades, mas não conseguem enxergar o processo global do qual o seu trabalho faz parte. É importante ter a visão do todo para poder chegar ao padrão desejado para o trabalho (SLACK et al. 2008).

Deste modo, o mapeamento de processos apresenta os detalhes do processo de modo temporal; descreve com precisão as etapas do processo; foca a atenção na interface do mapa do processo e ilustra uma análise de processos consistente com projeto (HUNT, 1996).

Villela (2000) coloca que, para a elaboração do mapa, analisam-se as atividades, informações e restrições de interface de forma simultânea, com a sua representação iniciando-se a partir do todo, ou seja, do sistema inteiro de processos, como uma única unidade que será dividida em diversas outras unidades mais detalhadas, chamado subprocessos que, por sua vez, serão transformadas em maiores detalhes de forma sucessiva, que segundo o autor, essa transformação é que garantirá a validade do mapeamento final.

O detalhamento hierárquico de cada atividade dependerá da complexidade do processo. No entanto, nem sempre é viável ou necessário detalhar ao máximo todas as atividades de interação. Na fase de análise de processos, o nível de detalhamento está associado ao grau de melhoria que se deseja alcançar, o que não necessariamente significa que um detalhamento excessivo traga o retorno esperado (SANTOS, 2000). De acordo com Soliman (1998), existe um ponto crítico ao mapear processos, em que não se consegue mais informações relevantes. Isso significa que há um momento em que o benefício alcançado com o mapeamento não justifica o custo do detalhamento excessivo.

Por fim, mapear um processo é fundamental para verificar como funcionam todas as etapas de um procedimento, facilita a análise de sua

eficácia e a localização de deficiências. É importante, também, o entendimento de qualquer alteração que se proponha nos processos existentes e ainda fornecer subsídio ao tomador de decisão para avaliar as atividades que agregam ou não, valor à operação.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos e métodos adotados para a realização da pesquisa, assim como suas limitações.

Em se tratando da natureza deste estudo, classifica-se como pesquisa descritiva, por descrever características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2010). Para Triviños (2006), a pesquisa descritiva visa apresentar com precisão os fenômenos de um fato real, uma vez que busca conhecer de que forma foram realizadas as implantações ou transformações das novas universidades federais, identificando fatores de influência nos processos de implantação destas Instituições.

No tocante a esta investigação, utilizou-se a abordagem mista, que é uma integração da abordagem quantitativa com a abordagem qualitativa.

Reichardt e Cook (1979) defendem que há uma complementação na prática de investigação utilizando o método misto, pois possibilita, simultaneamente, a realização de análises comparativas em busca de resultados compreensivos e em profundidade. Utilizar o método misto permite a superação das limitações impostas tanto da metodologia qualitativa quanto da quantitativa, permitindo a ampliação dos dados, com maior abrangência, o qual não seria possível se utilizado cada um dos métodos isoladamente.

Para Almeida Junior (2008), uma pesquisa pode iniciar com uma abordagem quantitativa, estudando as variáveis, e em uma próxima etapa, pode-se realizar uma análise qualitativa, com entrevistas e ou questionários que busquem explicar melhor os dados que se destacaram em relação ao esperado. Seguindo este conceito, para melhor analisar os dados estatísticos relacionando aos dados coletados, esta pesquisa utilizou a abordagem mista concomitante. De acordo com Creswell (2010), esse tipo de pesquisa permite analisar os dados qualitativos e quantitativos em um único estudo e em diversas fases ao mesmo tempo da investigação.

Quanto aos métodos, Lakatos e Marconi (2010) conceituam como conjunto de atividades sistemáticas e coerentes que, com maior garantia e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, estruturando o caminho a ser seguido. Zanella (2006) define método como uma adição de procedimentos necessários para alcançar os fins de uma investigação. O conhecimento científico depende de investigação ordenada da realidade, por isso, aplica procedimentos e técnicas para atingir os resultados.

A pesquisa seguiu um método histórico que, segundo Lakatos e Marconi (1992), consiste na busca de informações, acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de transformações e validações de suas partes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Quanto à metodologia de pesquisa aplicada neste estudo, apresenta-se como: bibliográfica, documental e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica, ou pesquisa de fonte secundária, conforme Lakatos e Marconi (2010), é uma investigação feita em todo o material bibliográfico, sobre o assunto da pesquisa, que já esteja público, citam-se como exemplos: livros, teses e revistas.

A pesquisa documental refere-se à coleta de dados em material que não recebeu tratamento analítico ou que, ainda, podem ser aprimorados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2010). Neste caso pode-se encontrar tanto dados primários como ofício, documentos e arquivos privados ou públicos como o Estatuto, Regimentos e a Lei de criação; quanto dados secundários como relatórios de pesquisas que tenham sido transcritas de fontes primárias, como, por exemplo, planilhas e arquivos que as são disponibilizadas no site das instituições para consulta (LAKATOS; MARCONI, 2010).

E, finalmente, a pesquisa de campo, geralmente realizada após as anteriores. Segundo Lakatos e Marconi (2010) é uma pesquisa que busca informações acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou uma hipótese que se queira validar. Ainda, o autor coloca que é uma observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados. Sendo assim, com essa pesquisa facilitou o entendimento de como foi o processo de criação da instituição, podendo identificar as influencias ocorridas durante o processo bem como as dificuldades encontradas na trajetória da criação ou da transformação.

Para que isto seja colocado em prática, detalha-se o método em cinco partes: Delineamento da Pesquisa; População e Amostra; Coleta de Dados; Termos e Variáveis da Pesquisa e Método de Análise.



### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No que tange à consecução dos dois primeiros objetivos específicos deste projeto, a presente pesquisa buscou seguir a abordagem qualitativa. Neste sentido, realizou-se a coleta dos dados primários e secundários. A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas e questionários enviados por meio eletrônico, para os participantes do processo de implantação ou ex-integrantes das Comissões de Implantação das Universidades Federais. A coleta de dados secundários foi por meio de consultas a documentos, leis, decretos, dissertações, teses, artigos, *sites* institucionais das Universidades pesquisadas e outras fontes de dados secundários.

O estudo foi desenvolvido, principalmente, com base na pesquisa histórica oral. Vergara (2006, p. 121), afirma que a “história oral é uma metodologia de pesquisa que visa ao estudo e ao registro de acontecimentos, história de vida, trajetórias de organizações, enfim, de temas históricos contemporâneos que permitam acessar pessoas que ainda estejam vivas”. Considera-se que as principais técnicas de coleta de dados foram realizadas por meio de entrevistas nas cinco universidades criadas a partir do zero, nas quais foram entrevistados os reitores atuais ou ex-reitores destas instituições. A entrevista seguiu um roteiro de perguntas elaboradas pela pesquisadora, e com o consentimento dos entrevistados, essas entrevistas foram gravadas contendo depoimentos importantes dos entrevistados. Além disso, foram enviados questionários por e-mail para todas as outras instituições, sendo que somente cinco instituições responderam a solicitação.

Vergara (2006) aponta como características deste tipo de pesquisa: a reconstrução do caminho das instituições, comunidades e de indivíduos; o registro de aspectos relacionados a um tema específico, mas desconhecido do público em geral; o privilégio da lembrança do vivido, conforme concebido por quem viveu; a aplicabilidade em temas relacionados à história, antropologia e administração; e a possibilidade do entrevistado, no decorrer do depoimento ou entrevista, refletir e apresentar novas ideias e soluções.

Ainda, no que diz respeito ao primeiro objetivo específico buscou-se evidenciar as diretrizes norteadoras do processo de implantação das Universidades Federais, as informações sobre missão, visão, valores e princípios, tanto por meio de sites institucionais das 20 Universidades Federais pesquisadas, listadas no quadro 1, como também

junto aos integrantes, no momento das entrevistas ou através do questionário.

Quadro 2 - Lista dos sites das Universidades pesquisadas.

UNIFEI – Universidade Federal do Itajubá	<a href="http://www.unifei.edu.br">www.unifei.edu.br</a>
UFABC – Universidade Federal do ABC	<a href="http://www.site.uft.edu.br">www.site.uft.edu.br</a>
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	<a href="http://www.ufcg.edu.br">www.ufcg.edu.br</a>
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	<a href="http://www.ufcspa.edu.br">www.ufcspa.edu.br</a>
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido	<a href="http://www2.ufersa.edu.br">www2.ufersa.edu.br</a>
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	<a href="http://www.uffs.edu.br">www.uffs.edu.br</a>
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados	<a href="http://www.ufgd.edu.br">www.ufgd.edu.br</a>
UFOPÀ – Universidade Federal do Oeste do Pará	<a href="http://www.ufopa.edu.br">www.ufopa.edu.br</a>
UFRA - Universidade Federal Rural do Amazonas	<a href="http://www.portal.ufra.edu.br">www.portal.ufra.edu.br</a>
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	<a href="http://www.ufrb.edu.br">www.ufrb.edu.br</a>
UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei	<a href="http://www.ufsj.edu.br">www.ufsj.edu.br</a>
UFT – Universidade Federal de Tocantins	<a href="http://www.site.uft.edu.br">www.site.uft.edu.br</a>
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro	<a href="http://www.uftm.edu.br">www.uftm.edu.br</a>
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri	<a href="http://www.ufvjm.edu.br">www.ufvjm.edu.br</a>
UNIFAL – Universidade Federal de Alfêns	<a href="http://www.unifal-mg.edu.br">www.unifal-mg.edu.br</a>
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana	<a href="http://www.unila.edu.br">www.unila.edu.br</a>
UNILAB – Universidade Federal da Integração Internacional Lusófona Afro-Brasileira	<a href="http://www.unilab.edu.br">www.unilab.edu.br</a>
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa	<a href="http://www.unipampa.edu.br">www.unipampa.edu.br</a>
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco	<a href="http://www.univasf.edu.br">www.univasf.edu.br</a>
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	<a href="http://www.utfpr.edu.br">www.utfpr.edu.br</a>

Fonte: Elaborado pela Autora (2013).

Em outras palavras, foram utilizadas tanto fontes primárias como secundárias de dados qualitativos para atingir este objetivo. Também foram levantados os dados que identificam a estrutura de funcionamento das Universidades Públicas recém-criadas e transformadas, as informações que dizem respeito à estrutura geográfica de funcionamento das instituições, bem como os dados quantitativos com relação aos cursos e número de campi.

O segundo objetivo específico exigiu da pesquisadora maior grau de abstração e correlação de fatos, uma vez que foram levantadas informações junto aos sites institucionais, relacionados no quadro 01, bem como a legislação e documentos técnicos para implantação ou transformação das instituições de ensino superior.

Como parte imprescindível ao estudo, o último objetivo específico resultou em um levantamento de informações inéditas a respeito do processo de implantação de Universidades Federais tanto das universidades criadas como das universidades transformadas. Para isso, foram utilizados os mesmos métodos dos itens anteriores, buscando-se em fontes primárias e secundárias, para identificar o maior número

possível de agentes intervenientes no processo de implantação de Universidades Federais para, em seguida, separar tais agentes em fatores influenciadores e, assim, seguir uma classificação e análise das informações.

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A seguir, apresenta-se a delimitação da pesquisa e a amostra utilizada. O presente projeto delimitou seu enfoque no processo de implantação das Universidades Federais, no período pós-LDB/1996 até o ano de 2010. Sendo que são apresentados, na análise final, o processo de implantação, fatores influentes e agentes intervenientes de dois modelos de universidades: Universidade que foi criada a partir do zero, considerando neste modelo dois exemplos de Instituição: as que atendem somente um Estado e a Instituição que ultrapassou as fronteiras Estaduais, ou seja, que atendem mais de um Estado. O segundo modelo é apresentar as Universidades que foram transformadas, ou seja, foram criadas a partir de outra Instituição já existente.

Citam-se quatro formas de criação de uma Universidade Federal, conforme Barros (2007):

- a) transformação: mudança de instituição federal em Universidade Federal;
- b) transformação mista: mudança de instituições federais, estaduais e municipais em Universidade Federal;
- c) federalização: mudança de instituição privada, estadual ou municipal – podendo ser escola, faculdade ou outro); e
- d) criação: sem vínculos anteriores.

Tal recorte, anteriormente apresentado, justifica-se primeiramente pelo aumento expressivo do número de Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e pela oportunidade que a pesquisadora teve, realizando contato direto com os dirigentes destas instituições em um projeto anterior chamado Observatório da Educação, com o foco no tema Administração Universitária: Teoria e Prática em Movimento, esse projeto foi desenvolvido em parceria com o MEC/Capes, onde os pesquisadores puderam contribuir com diversos estudos, todos voltadas para a educação superior no Brasil.

Para esclarecer como esta pesquisa foi conduzida, cabe informar que o público-alvo da investigação foi focado no dirigente como reitor, vice-reitor, ex-reitor ou professor, ou seja, um representante da

instituição que tenha participado do processo de implantação/transformação das Universidades Federais.

A seguir, no quadro 2, são listadas todas as Universidades Federais que foram implantadas através do processo de criação ou de transformação, no período Pós-LDB até o ano de 2010. Destacam-se as cinco universidades onde foram realizadas as entrevistas com os dirigentes *in loco*. Para as demais foi enviado questionário eletrônico, sendo que outras cinco Universidades contribuíram com a pesquisa.

Quadro 3 - Universidades Federais Recém-Implantadas.

Universidades Federais Criadas	Campus -Sede	Criação
UFT – Universidade Federal de Tocantins	Palmas – TO	2003
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco	Petrolina – PE	2005
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados	Dourados – MS	2005
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Cruz das Almas – BA	2005
UFABC – Universidade Federal do ABC	Santo André – SP	2006
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa	Bagé – RS	2008
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana	Foz do Iguaçu - PR	2010
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	Chapecó – SC	2010
UNILAB – Universidade Federal da Integração Internacional Lusófona Afro-Brasileira	Redenção – CE	2010
Universidades Federais Transformadas	Campus - Sede	Transformação
UNIFEI – Universidade Federal do Itajubá	Itajubá – MG	2002
UFRA - Universidade Federal Rural do Amazonas	Belém – PA	2002
UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei	São João Del Rei – MG	2002
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	Campina Grande - PB	2002
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Uberlândia – MB	2005
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Mossoró – RN	2005
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas	Alfenas – MB	2005
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri	Diamantina – MG	2005
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Curitiba – PR	2005
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Porto Alegre – RS	2006
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará	Santarém – PA	2009

Fonte: Dados primários (2012).

### 3.3 COLETA DE DADOS

Para completar esses objetivos, foi elaborado um questionário para servir de roteiro nas entrevistas e também para ser enviado via correio eletrônico, o qual se encontra no Apêndice A (Roteiro para Entrevista/Questionário eletrônico). Para a realização das entrevistas, a pesquisadora entrou em contato, por telefone ou por correio eletrônico, com as universidades, marcando um momento para a realização dessa entrevista, no período de novembro de 2012 a janeiro de 2013. Como diz Kerlinger (1988, p. 1), “podemos ler a respeito do mundo e das pessoas e aprender muita coisa [...] outra maneira de nos informarmos a respeito do mundo é ouvir os outros [...] tal conhecimento é derivado de autoridade; alguma fonte que aceitamos como digna de crédito, nos dá esse conhecimento”. Assim como definiu Kerlinger, a realização dessas entrevistas com pessoas consideradas “chave”, neste caso, com os gestores das novas Universidades Federais, ou seja, do universo de vinte universidades pesquisadas, foram realizadas as entrevistas em cinco instituições, com um representante da instituição e, para as outras 15 instituições foi enviado o questionário, sendo que, outras cinco participaram da pesquisa. Foi um valioso momento, no qual a pesquisadora pode gravar (áudio) as entrevistas, para consulta posterior das informações necessárias para a verificação dos fatores de influência e os agentes intervenientes nos processos de criação e transformação dessas instituições.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, *in loco*, sendo utilizado o questionário como roteiro durante as entrevistas, elaborado com o intuito de identificar como foi o processo de planejamento das novas Universidades, qual foi a equipe de comissão e planejamento, as diretrizes e estrutura-física, influências durante o processo de implantação, como foi a escolha dos cursos, se teve algum apoio, e as dificuldades encontradas.

Para entender melhor como foi realizada a conclusão, o quadro 3 apresenta como foi a utilização desses instrumentos de pesquisa. Esse levantamento é fundamental para atingir os objetivos deste trabalho.

Quadro 4 - Instrumento de coleta de dados

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Coleta de dados</b>
a) Caracterizar as diretrizes e estruturas de cada Universidade Federal;	Pesquisa Bibliográfica, documental e entrevista.
b) Mapear o processo de implantação das Universidades Federais;	Pesquisa Bibliográfica, documental e entrevista.
c) Identificar fatores influentes e agentes intervenientes no processo de implantação das Universidades Federais.	Pesquisa Bibliográfica, documental, entrevista e questionário.

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

### 3.4 TERMOS E VARIÁVEIS DA PESQUISA

Esta parte do capítulo de procedimentos metodológicos define os termos conceituais para que fique mais claro qual o entendimento que foi utilizado para descrição da pesquisa.

Cabe ainda perceber que os fenômenos estudados estão posicionados em um contexto histórico distinto. Além disso, a pesquisadora reconhece que os “fatores influentes”, elencados em outras pesquisas, podem ser diferentes dos realizados neste estudo. Portanto, estão elencadas categorias de análise *a priori*, bem como os “agentes intervenientes” *a priori*, que podem ter influenciado no processo de implantação (baseados em suposições da pesquisadora apenas como possibilidades para ilustração). A respeito dos fatores influentes, apresenta-se no quadro 4 a seguir, os seus significados, considerando os respectivos agentes intervenientes que podem ter participado no processo:

Quadro 5 - Fatores influentes e agentes intervenientes a priori.

<b>Categorias de Análise dos FATORES</b>	<b>Variáveis de Análise</b>
<b>Fatores Influentes</b>	<b>Agentes/Órgãos Intervenientes</b>
Políticos:	Agentes Políticos Regionais Agentes Políticos Municipais Agentes Políticos Estaduais Agentes Políticos Federais Agentes Políticos Internacional
Técnico-Burocráticos e Legais:	Agentes Legais (MP, Legislação) Agentes Avaliadores (INEP, CONAES) Agentes Executores (Comissão de Imp.) Agentes Reguladores de Cursos (CNE) Agentes Reg. do Governo (MPOG)
Demográfico-sociais:	Agentes da Comunidade (Ongs) Agentes Comerciais (CDL, FIESC) Agentes Populares (não organizados)
Econômicos e Financeiros	Agentes de Controle de Financiamento Agentes de Controle de Orçamento Agentes de Controle dos Recursos

Fonte: Elaborados pela autora (2012).

Importa observar que os “agentes intervenientes” no processo foram apresentados de forma genérica, observando-se que foram considerados: pessoas físicas, como deputado federal ou organizações, como o INEP.

Como segundo fenômeno em análise estão as “Fases do Processo de Implantação” de Universidades Federais, distribuído em “Componentes das Fases”.

Diferentemente dos “fatores influentes” – gerados por indução – as “Fases do Processo de Implantação” são originados de legislação de credenciamento de Instituição, Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006.

Quadro 6 - Componentes do Processo e agentes intervenientes a priori

<b>Categorias de Análise do PROCESSO</b>	<b>Variável de Análise</b>
<b>Fases do Processo de Implantação de UF</b>	<b>Componentes das Fases</b>
Docentes e Servidores	Concurso/Contratação Requisitos Mínimos
Discentes	Forma de Acesso Quantidade de Acesso
Instalações Físicas	Localização Prédios Equipamentos
Projeto Político-Pedagógico	População atendida Ideologia embutida Estrutura dos cursos
Cursos	Motivos de Escolhas Tipos de Cursos Turno dos Cursos Vocação Regional

Fonte: Elaborados pela autora (2012).

### 3.5 MÉTODO DE ANÁLISE

De posse das entrevistas gravadas e transcritas e dos questionários respondidos, realizou-se uma análise descritiva sobre as informações coletadas. É um processo complexo que exige um trabalho de redução, interpretação e organização de dados, além de detectar as percepções e ideologias subjacentes reveladas pelos dirigentes no decorrer da entrevista ou da resposta redigida.

Tais fatores já foram mapeados antecipadamente por meio do referencial documental e bibliográfico, de maneira a abranger o máximo possível os “fatores de influência” e também os “agentes intervenientes” no processo de implantação dessas Universidades Federais.

Segundo Malhotra (2001, p. 108), a pesquisa descritiva “tem como principal objetivo a descrição de algo”, um evento, um fenômeno ou um fato.

Para Vergara (2007, p. 47), “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. [...] pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.



Por fim, buscou-se analisar cada processo de implantação, da criação ou da transformação dessas universidades por meio de fatores *a priori*, durante a pesquisa documental e bibliográfica, sendo que os fatores *a posteriori*, ou seja, após a transcrição das entrevistas e de posse dos questionários, foram reorganizados a seguir a categorização e codificação dos dados.

Destaca-se, ainda, que na análise dos dados, foram utilizadas nomenclatura quando se refere a uma determinada universidade, evitando, desta forma, a divulgação do indivíduo que contribuiu com a pesquisa, preservando o anonimato dos participantes deste estudo. Para isso, foram utilizadas letras alfabéticas (A,B,C) como forma de codificação, sendo estas, distribuídas aleatoriamente entre as vinte universidades pesquisadas, ou seja, a distribuição foi feita sem a utilização de qualquer ordem entre as Universidades.

Em tese, o que se pretendeu, neste estudo, foi a confirmação e a existência de certa repetição no contexto, no que se refere a fatos e fenômenos (LAKATOS; MARCONI, 1992). Tal processo gera ocorrência do mesmo fenômeno em outras universidades, ou seja, o processo de criação ou transformação com suas fases são semelhantes em todas as universidades criadas no território brasileiro.



## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir deste capítulo são apresentados os resultados obtidos para esta pesquisa e, ao mesmo tempo, a formação de produção acadêmica em nível de pós-graduação.

Este projeto de pesquisa apresentou como eixo de investigação a área de Educação Superior, especificamente em três grandes abordagens: Políticas de Expansão da Educação Superior; Implantação de Universidades Federais; e Influências no Processo de Implantação.

Com o intuito de atender a proposta deste trabalho foram pesquisadas nove universidades criadas e onze universidades que foram transformadas após a implantação da LDB/96. Com objetivo de analisar como foi o processo de implantação e a elaboração das IES, essa investigação se deu através da pesquisa de documentos das Universidades bem como aplicação de entrevistas e questionários onde foram coletadas as informações necessárias para responder aos objetivos específicos.

Assim, o primeiro objetivo específico caracteriza as diretrizes e estruturas de cada Universidade Federal, onde foram realizadas diversas consultas nos sites institucionais, as quais estão apresentadas a seguir.

### 4.1 DIRETRIZES E ESTRUTURAS DE CADA UNIVERSIDADE

Em resposta ao primeiro objetivo, estão apresentados os dados históricos referentes à criação das nove Universidades Federais, que nasceram sem vínculo, e as onze universidades que foram transformadas de outra instituição já existente, sendo estas implantadas nas regiões de norte ao sul do Brasil, conforme demonstrado no mapa (figura 1).

Figura 1 - Mapa do Brasil por Região.



Fonte: Google maps (Adaptado pela autora, 2012).

A seguir apresenta-se um resumo das nove universidades que foram criadas a partir do programa de expansão da educação superior, conforme ordem cronológica de criação, sendo da mais antiga à atual.

#### 4.1.1 Universidade Federal de Tocantins - UFT – Palmas /TO

A Universidade Federal de Tocantins foi criada em 23 de outubro de 2000 tendo a finalidade de promover a educação superior pública incentivando a pesquisa e extensão com a missão de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento da pesquisa no contexto socioeconômico e cultural produzindo e disseminando o conhecimento para transformar o Estado num espaço para todos (UFT, 2012).

A UFT promove educação através dos cursos de graduação e licenciaturas, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e

compromisso social. Com mais de 10 mil alunos, a Universidade oferece 43 cursos de graduação nas áreas Ciências Social Aplicada, Humanas, Educação, Agrárias e Ciências Biológicas em 7 campi espalhados por todo o Estado com cursos presenciais e EAD, oito cursos de mestrado e um de doutorado permitindo a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior (UFT, 2012).

A UFT tem sede na cidade de Palmas, capital do Estado de Tocantins, seus campi localizam-se em Gurupi, Porto Nacional, Tocantinópolis, Palmas, Arrais, Araguaína e Miracema. O EAD da UFT é formado por 12 polos sendo ofertados três cursos de graduação, cinco de pós-graduação e oito na modalidade de extensão.

Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de vida de suas comunidades. As diversas formas de territorialidade no Tocantins estão sendo pesquisadas na UFT. Por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Nesses estudos, revelam-se também as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local (UFT, 2012).

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

Diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energia alternativa, socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas (UFT, 2012). Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio – e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

No período de criação da Universidade Federal, Tocantins tinha uma população de 1.157.098 habitantes, bastante heterogênea, que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural (TOCANTINS, 2011 apud SILVA, 2012). A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade do Estado,

oferecendo uma educação participativa e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

#### **4.1.2 Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF – Petrolina/PE**

A Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco é uma instituição de ensino superior criada nas últimas décadas com missão de desenvolvimento regional, tendo como espaço de influência e de atuação toda a região do semiárido nordestino. Tem como a missão desenvolver pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento direcionadas a comunidade (UNIVASF, 2012). Sua criação foi legitimada pela Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002 que lhe conferiu uma natureza fundacional, com sede na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

A UNIVASF foi criada com a finalidade de: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo; formar em diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura de conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na instituição (UNIVASF, 2012).

A UNIVASF oferece 21 cursos de graduação, 5 cursos de pós-graduação com cursos presenciais e a distância. Propõe-se inovadora sob o ponto de vista acadêmico e pedagógico por introduzir na sua concepção de criação, como atividade curricular obrigatória e percentual mínimo contemplação de cargas horárias nos cursos, os Núcleos Temáticos Multidisciplinares e as Disciplinas Eletivas, respectivamente 20% e 10%. Os Núcleos Temáticos Multidisciplinares abordaram a formação profissional dos cursos de graduação exercitando o envolvimento de professores e estudantes com as questões locais e regionais, ligadas aos mesmos. As disciplinas eletivas permitirão aos estudantes uma maior flexibilização da sua formação profissional, possibilitando que 10% da carga horária da sua formação sejam alcançadas livremente dentre todas as disciplinas dos demais cursos existentes na UNIVASF.

A UNIVASF possui 05 campi espalhados nas cidades de Juazeiro / BA, Petrolina – PE e São Raimundo Nonato – PI e oferece curso de Educação a Distância pela UAB na formação de bacharelado, licenciatura, e Pós-graduação ofertados em 05 polos (UNIVASF, 2012).

#### **4.1.3 Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD – Dourados/MS**

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD foi criada pela lei nº 11.153, em 29 de julho de 2005, com o objetivo de ministrar ensino superior gratuito e de qualidade, desenvolvendo pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. Surgiu do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS sendo uma entidade de natureza pública que tem a finalidade de facilitar o acesso de toda a comunidade aos seus serviços, sendo uma universidade do conhecimento e fomento a interdisciplinaridade (UFGD, 2012).

A UFGD oferece ensino visando ao atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, voltado para urbano e campo, promovendo a difusão do conhecimento; estudos quanto aos problemas socioeconômicos da comunidade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas; adotar políticas e programas públicos de investimentos em ensino, pesquisa e de formação de docentes e pesquisadores; cooperará com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras (UFGD, 2012).

A Universidade, desde a sua criação, integrou os cursos da UFMS, tendo 27 cursos de graduação, 8 especialização, 15 mestrados e 3 doutorados nas diversas áreas tendo um forte direcionamento de cursos voltados para atender ao mercado regional. Para implantação de novos cursos, foram feitos estudos na região e foi constatada a deficiência de mão de obra qualificada e de processos tecnológicos que permitissem um novo patamar econômico e social, sobretudo pensando no desenvolvimento industrial e agro industrial, com a perspectiva de atender a população que vem crescendo tanto na zona urbana quanto na zona rural (UFGD, 2012).

Sua infraestrutura física está dividida em 03 unidades concluídas e uma em construção, somando-se 04 unidades de ensino.

#### **4.1.4 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB –Cruz das Almas/BA**

A Universidade Federal Recôncavo da Bahia surgiu de um sonho com o objetivo de instituir uma universidade federal na Bahia, a partir da experiência da Escola de Agronomia. Localizada no Recôncavo, vem desde 1822, quando houve a primeira manifestação favorável durante reunião realizada pelo Senado da Câmara de Santo Amaro, em 14 de junho daquele ano. O reitor da UFBA, Naomar Monteiro de Almeida Filho, em 2002, reiniciou o processo propondo a criação da Universidade Federal do Recôncavo, numa reunião com a bancada de deputados federais e senadores baianos (UFRB, 2012)

Em 2005, o Reitor da UFBA, juntamente com o Diretor da Escola de Agronomia da UFBA, Paulo Gabriel Soledade Nacif, e o Prefeito de Cruz das Almas, Orlando Pereira Peixoto Filho, receberam 30 Prefeitos da região do Recôncavo e vizinhança para discussão e definição de ações visando à consolidação da conquista da UFRB. Em 29 de julho de 2005, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é criada através da Lei 11.151 por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com natureza jurídica de autarquia, teve sede e foro no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia (UFRB, 2012).

A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFRB, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foram definidas nos termos da Lei de sua criação e do seu Estatuto e das demais normas pertinentes. Até que fosse aprovado seu Estatuto, a UFRB seria regida pelo estatuto atual da UFBA, no que coubesse, e pela legislação federal. Passaram a integrar a UFRB, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis integrantes da Escola de Agronomia da UFBA. Os alunos regularmente matriculados nos cursos foram transferidos automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, para integrar o corpo discente da UFRB (UFRB, 2012).

A UFRB tem por competências disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias e na formação continuada nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao exercício de atividades profissionais e a participação no desenvolvimento da sociedade; contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da



criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica; educar para o desenvolvimento sustentável; implementar e cultivar os princípios éticos na consecução de seus objetivos; manter amplo e diversificado intercâmbio de conhecimentos com a sociedade (UFRB, 2012).

Atualmente, a UFRB possui 37 cursos de Graduação e 15 de Pós-Graduação e 04 campi em Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus (UFRB, 2012).

#### **4.1.5 Universidade Federal do ABC - UFABC –Santo André/SP**

A Universidade Federal do ABC (UFABC) foi fundada no intuito de explorar novas possibilidades, tanto na pesquisa quanto na educação. A ideia era construir um novo modelo de ensino superior com liberdade para explorar novos caminhos em todas as atividades acadêmicas. Essa liberdade permitiu ao comitê encarregado de propor a estrutura desta universidade, criar um plano acadêmico completamente novo, livre de amarras internas e de restrições externas. Essa oportunidade não significou fazer algo novo apenas por ser novo, mas encampar o extraordinário progresso da ciência e da tecnologia, alcançado ao longo do último século. O preceito que rege essa nova proposta é de que as universidades devem estar comprometidas com a evolução do espírito, em vez de suprir as necessidades materiais dos estudantes (UFABC, 2012). O compromisso principal com a sociedade é recuperar a apreciação pelo conhecimento científico e revelar a beleza inerente aos mistérios da natureza ocultos em um objeto matemático. A pretensão dessa iniciativa é demonstrar que conhecimento não deve ser vinculado apenas a demandas de mercados sazonais, mas, acima de tudo, à evolução e iluminação do espírito humano (UFABC, 2012).

A UFABC organiza seus cursos a partir de seis diretrizes principais: Estrutura da Matéria; Energia; Processos de Transformação; Comunicação e Informação; Representação e Simulação (Matemática); Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas. O novo método permite que os cursos fundamentais que compõem o conjunto sejam conduzidos por pessoas com diferentes formações. A proposta da Universidade foi abdicar do modelo de divisão departamental e abrir caminho para uma interlocução permanente entre os docentes e discentes, trabalhando de forma interdisciplinar. O objetivo é promover a formação integral do estudante, por meio da exposição ao estado atual da ciência e a temas de origem humanística e social. Esse modelo acadêmico permite a promoção de um intenso intercâmbio interdisciplinar, tanto no ensino como na pesquisa (UFABC, 2012).

A organização acadêmico-administrativa da UFABC constitui-se de centros que retratam as ações de descobrir, sistematizar e inventar. Os centros oferecem disciplinas fundamentais para a formação dos estudantes, particularmente aquelas de caráter obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências e Tecnologia. Eles abrigam o corpo docente da Universidade, totalmente formado por doutores. Essa titulação é uma das exigências dos processos seletivos para ingresso no quadro de professores da UFABC.

A organização acadêmica da UFABC baseia-se em três Centros: Centro de Ciências Naturais e Humanas; Centro de Matemática, Computação e Cognição e Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Os alunos matriculam-se na Universidade, não em um Centro específico. Uma vez admitido, o estudante precisa completar um mínimo de 190 créditos, divididos em três grandes grupos: disciplinas obrigatórias (47,4%); disciplinas de opção limitada (30%); e disciplinas de opção livre (22,6%).

Após concluir o número requerido de créditos, o aluno obtém o diploma de Bacharel em Ciência e Tecnologia, se habilitando a prosseguir os estudos rumo à Graduação em Engenharia, Ciências da Natureza, Matemática ou Ciência da Computação. As linhas prioritárias de investigação dão continuidade aos grandes temas que marcam o plano didático-pedagógico da UFABC. As diretrizes que norteiam os projetos são abertas para abrigar novas ideias e, ao mesmo tempo, suficientemente focadas para permitir que a universidade contribua para o avanço da ciência e da tecnologia. Os cursos Nanociências e Materiais Avançados (Mestrado e Doutorado), Química (Mestrado e Doutorado), Energia (Mestrado e Doutorado), Matemática Aplicada (Mestrado) Engenharia da Informação (Mestrado) foram submetidos e aprovados pela CAPES (UFABC, 2012).

Na extensão, a UFABC assume o compromisso de responder a demandas das indústrias para solucionar problemas desafiantes e amplos. Vale ressaltar que o papel da universidade não é assumir responsabilidades empresariais, mas investir em conhecimento aplicado. O propósito é orientar a cooperação industrial, preferencialmente alinhada às prioridades de pesquisa e opções de engenharias existentes nos programas de Graduação.

#### **4.1.6 Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA – Bagé/RS**

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) faz parte do programa de expansão das universidades federais no Brasil. Um acordo de Cooperação Técnica e financiado entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), prevê a ampliação do Ensino Superior na metade sul do estado do Rio Grande do Sul (UNIPAMPA, 2012).

A expansão da educação pública superior, com a criação da Universidade Federal do Pampa, além de concretizar um sonho de longa data de toda a população, permitirá que os jovens permaneçam em sua região de origem e adquiram formação e conhecimento necessários para impulsionar o crescimento de sua região. Com o momento da mão de obra qualificada, proporciona autoestima de seus habitantes, tendo, como consequência, o surgimento de novos habitantes, tendo os jovens progredindo para o desenvolvimento social, cultural e economicamente independente. A Universidade Federal do Pampa foi criada, com o apoio do governo federal, para diminuir o processo de estagnação econômica onde está inserida, pois a educação proporciona o desenvolvimento regional, almejando ser um agente da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Através da Lei 11.640, em 11/01/2008, foi instituída a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, com natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, com campus sede na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul (UNIPAMPA, 2012).

A Universidade Federal do Pampa tem como missão ser uma instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover uma educação superior de qualidade com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país.

Sua visão é constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país.

O perfil da Universidade Federal do Pampa como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o

desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (UNIPAMPA, 2012).

Possui 10 campi espalhados nas cidades de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaquí, Caçapava do Sul e Dom Pedrito (UNIPAMPA, 2012).

#### **4.1.7 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA – Foz do Iguçu/PR**

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) começou a ser estruturada, em 2007, pela Comissão de Implantação instituída pela SESU/MEC, por meio da Portaria nº 43, de 17 de janeiro de 2008, presidida por Hélió Trindade, professor titular de Ciência Política, ex-reitor da UFRGS e membro da Câmara de Educação Superior do CNE, e constituída por 13 membros, com a finalidade de propor a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional. À Comissão de Implantação foi atribuída a missão de “realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças visando atender os objetivos do Projeto de Lei”, contando “com o apoio de especialistas escolhidos por sua competência no âmbito latino-americano e internacional” e buscando “atuar em rede com as universidades brasileiras, em intercâmbio com as instituições universitárias dos demais países da América Latina e organismos de integração regional” (UNILA, 2012).

Foi concebida como uma universidade que enfrentaria grandes desafios, dentre os quais a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental. A UNILA propõe-se a: “ampliar o acesso à educação e ao conhecimento; ao fortalecimento das bases culturais, científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e ampliando a participação do País no mercado internacional, preservando os interesses nacionais; e à promoção dos seus valores, intensificando o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional” (UNILA, 2012).

A UNILA é uma universidade voltada para a América Latina e orientada pelo princípio da cooperação solidária. Para alcançar este objetivo, a UNILA mantém relações com instituições e organismos

representativos da comunidade internacional e latino-americanos, em especial, no âmbito social, político e acadêmico, valorizando os aspectos geopolíticos e estratégicos (UNILA, 2012).

Foi criada pela Lei nº 12.189/2010, sendo um órgão de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, situada na tríplice fronteira -Brasil, Argentina e Paraguai, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Sua missão institucional é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Os cursos oferecidos são em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do MERCOSUL, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. A UNILA foi instalada provisoriamente no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu, onde iniciou suas atividades acadêmicas ainda em 2010, no dia 16 de agosto. Na ocasião, a Universidade já tinha cerca de 200 alunos oriundos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, subdivididos em seis cursos de graduação (UNILA, 2012).

De acordo com o último censo, realizado na região, a população de Foz do Iguaçu é de aproximadamente 260 mil habitantes (IBGE, 2010). Apesar da existência de três fronteiras, a região assiste a um acelerado processo de integração econômica, cultural e demográfica, num fenômeno único na América Latina. As cidades limítrofes de Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) têm 350 mil e 80 mil habitantes, respectivamente. A população global da Região Trinacional é estimada em 700 mil habitantes, tanto na área urbana como na rural (UNILA, 2012).

#### **4.1.8 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB – Redenção/CE**

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma universidade pública federal brasileira, criada pela Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010, tendo como missão institucional formar profissionais para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. A UNILAB está inserida, portanto, no contexto

de internacionalização e integração da educação superior, em expansão no mundo (UNILAB, 2012).

Nesse propósito de integração e reconhecendo a importância de Portugal no processo de cooperação internacional e, principalmente, a excelência acadêmica da Universidade de Coimbra, historicamente destacada na educação superior no mundo, a UNILAB assinou, em 2010, o Acordo de Cooperação Geral com a Universidade de Coimbra (UC), visando estabelecer cooperação acadêmica, científica e cultural entre ambas as instituições. Localizada na capital cearense, a criação do campus em Redenção representou bem a proposta da UNILAB: integrar para desenvolver (UNILAB, 2012).

Esta integração realizou-se com o corpo docente e discente proveniente não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP- Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (UNILAB, 2012).

Outro ponto de fundamental importância é a questão da lusofonia. Cinco países da África foram colônias portuguesas e usam o português como língua oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Completam a lista dos oito países que compõem o contexto lusófono o Brasil, Portugal e Timor-Leste.

A lusofonia é ampliada quando são incluídas certas regiões descobertas pelos Portugueses onde, ainda hoje, têm um apego à língua e cultura portuguesas: Goa, Damão, Diu e Macau, assim como o Gabão, o Benim, o Sri Lanca (antigo Ceilão). Há que se destacarem, também, as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e dois espaços distintos, Galiza e Olivença, que podem, legitimamente, integrar o mundo lusófono (UNILAB, 2012).

A Lusofonia é uma proposta que tem como base comum a língua portuguesa. Mas, ela vai mais longe e se constitui em um espaço que inclui as questões sociais, econômicas e de estratégia geopolítica. A Lusofonia pode se constituir em um instrumento que seja capaz de dar maior projeção e visibilidade para os países que a integram (UNILAB, 2012).

Assim, a UNILAB deverá oferecer condições para que a oferta de ensino alcance o continente africano que é o segundo continente mais populoso do planeta e o terceiro continente mais extenso. Tem mais de 30 milhões de km<sup>2</sup>, cobrindo 20,3 % da área total da terra firme e mais de 800 milhões de habitantes em mais de 50 países, representando cerca de um sétimo da população do mundo.

A política de relações institucionais e internacionais da UNILAB parte do princípio de que o conhecimento em circulação na universidade, sem perder de vista a universalidade própria da ciência, deverá abrir espaço para o livre e amplo intercâmbio de conhecimento e cultura entre o Brasil e os países de expressão portuguesa, em especial africanos (UNILAB, 2012).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) realiza processos seletivos diferentes para estudantes brasileiros e estrangeiros. Para os cidadãos brasileiros, a única forma de acesso é através do SISU (Sistema de Seleção Unificada), do Ministério da Educação. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Já os candidatos estrangeiros são submetidos a uma avaliação do histórico escolar do Ensino Médio e prova de redação, realizadas nos próprios países de origem. Os interessados devem se inscrever nas Missões Diplomáticas brasileiras dos países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). O calendário de seleção é divulgado através de editais (UNILAB, 2012).

#### **4.1.9 Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS - Chapecó/SC**

Há muito tempo se pensava em criar uma universidade federal na Mesorregião Fronteira Mercosul. Os primeiros trabalhos para essa criação iniciou, em 2005, com a participação de entidades, ONGs, igrejas e movimentos, em 2007 após vários atos públicos realizados pelas cidades da região, vem a confirmação do ministro da Educação em criar a universidade (UFFS, 2012).

A partir deste momento, as atividades passaram a ter a integração do MEC, que criou a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional, seguido de reunião com o grupo de trabalho para a discussão de áreas de influência da universidade, a localização da sede e dos campi, estrutura física e orçamento.

Em 2009, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada sendo uma instituição de ensino superior pública. Criada pela lei nº 12.029, em 15 de setembro, a UFFS abrange os 396 municípios da Mesorregião Fronteira MERCOSUL, atendendo a três estados, sendo eles, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (UFFS, 2012).

A Universidade oferece 23 cursos de graduação ou licenciatura, 12 cursos de mestrado *lato sensu* e um de *strictu sensu*, a universidade

prevê ter 10 mil alunos nos primeiros cinco anos. As graduações oferecidas privilegiam as vocações da economia regional – visando ao desenvolvimento regional integrado (UFFS, 2012).

A UFFS surgiu com a missão de: assegurar o acesso à educação superior, à qualificação profissional e à inclusão social; desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que a compõem; promover o desenvolvimento regional integrado garantindo a permanência dos cidadãos graduados na região. A Universidade tem como característica um perfil voltado às necessidades da mesorregião, tendo com isso, um crescimento econômico regional (UFFS, 2012).

No âmbito da graduação, além das atividades de extensão e de pesquisa, que devem necessariamente estar em sintonia com orientações institucionais coletivamente construídas, o currículo deverá ser organizado em torno de um domínio comum; domínio conexo e, domínio específico. Tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência ampliar as oportunidades de acesso à comunidade (UFFS, 2012).

Desde a sua criação, a UFFS tem 05 campi – Chapecó (SC) sede da instituição, Realeza e Laranjeiras do Sul (PR) e Cerro Largo e Erechim (RS). Historicamente desassistida pelo poder público, especialmente com relação ao ensino superior, a mesorregião sonhava com uma universidade federal há décadas (UFFS, 2012).

#### **4.1.10 Resumo das Universidades Criadas**

Para demonstrar a preocupação que os representantes dessas instituições tiveram, durante o processo de criação em atender a demanda da região, a seguir, apresenta-se um breve resumo de cada Universidade, no quando 06, como: nome da instituição, ano de criação, Estado onde a Universidade atua as principais áreas de ensino e o número de campi.



Quadro 7 - Dados Resumidos dos Cursos oferecidos pelas novas Universidades

Universidades	Criação	Estado de Atuação	Principais Áreas	Campi
UFT – UF de Tocantins	2000	TO	Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação Agrária e Ciências Biológicas.	7
UNIVASF – UF do Vale do São Francisco	2005	BA, PE, PI	Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Ciências Agrária, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Engenharias.	5
UFGD – UF da Grande Dourados	2005	MS	Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ambiental, Ciências da Saúde, Ciências exatas e tecnológicas, Comunicação, Direito, Educação e Engenharias.	4
UFRB – UF do Recôncavo da Bahia	2005	BA	Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Humanas, Ciências da Saúde, Ciências exatas e tecnológicas, Comunicação, Artes, Letras, Museologia e Engenharias.	4
UFABC – UF do ABC	2006	SP	Estrutura da Matéria, Energia, Engenharias, Exatas, Humanidade e Ciências Sociais Aplicada, Ciências da Computação, Tecnológicas, Políticas, territorial e Relações Internacionais.	2
UNIPAMPA – UF do Pampa	2008	RS	Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Humanas, Ciências da Saúde, Ciências exatas, Ciência da Computação, Engenharias, Ciências Sociais, Políticas, Ciência Social Aplicada, Relações Internacionais e Geofísica.	10
UNILA – UF da Integração Latino Americana	2010	Brasil (PR), Argentina Paraguai	Antropologia, Ciência Social Aplicada, Ciência da Natureza, Política, Saúde, Engenharias, Relações Internacionais e Música.	1

UFFS – UF da Fronteira Sul	2010	RS, SC, PR	Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Natureza, Ciências da Computação, Ciências Sociais, Engenharias, Educação, Ciência Social Aplicada e Ciência da Saúde.	5
UNILAB – UF da Integração Internacional Lusófona Afro-Brasileira	2010	Brasil (CE, BA) e África	Ciências Agrárias, Ciências Social Aplicada, Humana, Engenharias, Ciência da Saúde e Letras.	3

Fonte: Dados primários (2013).

Para completar o resumo das universidades pesquisadas, a seguir descreve-se um breve resumo das universidades transformadas, que surgiram através das mudanças de instituições já existentes.

#### **4.1.11 Universidade Federal do Itajubá - UNIFEI – Itajubá/MG**

A Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI, era o antigo Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá – IEMI, fundado em 1913. O IEMI, desde o início destacou-se na formação de profissionais especializados em sistemas energéticos, notadamente em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Obteve reconhecimento pelo Governo Federal em 05 de janeiro de 1917, sendo renomeado como Instituto Eletrotécnico de Itajubá-IEI, em 1936. E entre muitas mudanças, o Instituto conseguiu se federalizar, em 30 de janeiro de 1956 (UNIFEI, 2013).

Com as políticas de expansão criadas após a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB, a instituição iniciou o processo de transformação em Universidade Especializada na área Tecnológica – UNIFEI. Com isso, ampliou e diversificou a demanda voltada para a regional, formando profissionais na área tecnológica. Esta meta iniciou-se, em 1998, com a expansão dos cursos de graduação, sendo aprovados, sete novos cursos ofertados em dois campi do estado mineiro (UNIFEI, 2013).

A concretização da transformação em Universidade deu-se em 24 de abril de 2002, através da aprovação da lei 10.435 (UNIFEI, 2013). Tendo suas bases consolidadas no ensino, formando profissionais que colocam “a mão na massa”, através de uma postura permanente de indagação e de pesquisa e extensão, formando cidadãos comprometidos

com a geração e disseminação de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento e qualidade de vida da sociedade local, regional e nacional (UNIFEI, 2013).

#### **4.1.12 Universidade Federal Rural do Amazonas – UFRA – Belém/PA**

A Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, é uma instituição de ensino superior que foi transformada da antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), através da Lei nº 10.611, em 23 de dezembro de 2002 (UFRA, 2013). A Universidade é sucessora de uma série de instituições: a Escola de Agronomia do Pará iniciou suas atividades em 1919, mas iniciou suas atividades em 1951, transformada em 1971 na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), a qual obteve vínculo com o Ministério da Educação tendo sua sede na cidade de Belém (UFRA, 2013).

A UFRA tem a missão de formar profissionais de nível superior, estimulando o desenvolvimento político-científico e socioambiental. Desenvolve atividades de investigação técnica científica através de pesquisa e extensão, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico, social e ambiental direcionados à população, principalmente, do meio rural da Amazônia, formando profissionais que atuarão em sua própria região (UFRA, 2013).

A UFRA possui mais quatro campi: Capitão Poço, Parauapebas, Paragominas e Capanema. Os campi oferecem cursos voltados, principalmente, nas áreas de Ciências Agrárias, como: Agronomia, Informática Agrária, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal e Engenharia de Pesca. Além desses cursos de graduação a UFRA oferece cursos de pós-graduação como mestrado em Agronomia, Ciência Florestal e Botânica Tropical e, doutorado em Ciências Agrárias.

Para incentivar a pesquisa e a extensão, a UFRA conta com programas de iniciação científica (PIBIC), programa de Educação Tutorial com vários grupos de pesquisas e atividades de extensão como: comercialização de produtos derivados do leite, prestando serviços de exames veterinários com baixo custo entre outros seguimentos favorecendo a sociedade (UFRA, 2013).

#### **4.1.13 - Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – São João del-Rei/MG**

A Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ teve sua origem com a fusão de três instituições de ensino superior, na década de 1980: Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e Faculdade de Engenharia Industrial. Após seis anos de fusão, instituiu-se a Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (Funrei) e a assinatura da Lei nº 7.555, de 18 de dezembro de 1986, pelo então Presidente José Sarney (UFSJ, 2013). E com a expansão do ensino superior no Brasil, foi aprovada a Lei 10.425, em 19 de abril de 2002, que transformou essa fundação em Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ, 2013).

A UFSJ conta com seis campi em São João del-Rei, dividindo os cursos por área de concentração voltados para a região, ofertando um total de 36 cursos de graduação nas áreas da engenharias, saúde, licenciaturas e ciências aplicadas. Além dos cursos de graduação, a Instituição oferece cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado “stricto sensu” e pós-graduação “lato sensu” (Especialização) em diversas áreas como Administração; MBA em Gestão Estratégica e de Pessoas; MBA em Gestão Pública e Residência em Área Profissional de Saúde (UFSJ, 2013).

A UFSJ busca o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão com qualidade, promovendo a integração internacional nas Américas, África e Europa, através de intercâmbios acadêmicos. Além do ensino presencial, a instituição atua na modalidade a distância (EAD), nas seguintes pós-graduações lato sensu: Educação Empreendedora; Práticas de Letramento e Alfabetização; Matemática; Mídias na Educação; Gestão Pública; Gestão em Saúde e Gestão Pública Municipal. Nessa modalidade, (EAD), a UFSJ oferece ainda os cursos de graduação em Administração Pública, Pedagogia, Matemática, entre vários cursos de extensão (UFSJ, 2013).

#### **4.1.14 Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - Campina Grande/PB**

A Universidade Federal de Campina Grande - UFCG foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pela Lei 10.419, de 09 de abril de 2002 (UFCG, 2013). É uma Instituição pública que se dedica ao ensino, pesquisa e extensão visando à formação de profissionais capazes de exercer o conhecimento teórico e

prático, disseminando esse conhecimento em padrões elevados de qualidade (UFMG, 2013).

Desde a sua criação, a UFMG possui uma estrutura multicampi sediada no estado da Paraíba. Atua com uma estrutura de 95 cursos de graduação que se dividem em quatro grandes áreas voltadas para a demanda local dos sete campi nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Sousa, Patos, Cuité, Sumé e Pombal (UFMG, 2013).

É considerada uma das mais importantes instituições federais de ensino superior das regiões Norte e Nordeste do Brasil com uma classificação de qualidade elevada, principalmente na avaliação do curso de Ciência da Computação, sendo referência para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, da educação, das artes e da cultura. Foi uma das primeiras universidades criadas no interior do nordeste (UFMG, 2013).

A UFMG procura formar pessoas capacitadas ao exercício da investigação, do magistério e demais campos do trabalho, desenvolver e difundir, na teoria e na prática, o conhecimento adquirido no ensino, pesquisa e extensão, transformando esse conhecimento em padrões elevados de qualidade (UFMG, 2013).

#### **4.1.15 Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – Uberlândia/MG**

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM foi instituída através de transformação da antiga Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, em 2005, através da Lei 11.152, de 29 de julho (UFTM, 2013). Dedicando-se ao ensino, reconhecida por diferentes indicadores nacionais, como o IGC 2008 (Índice Geral de Cursos), a Faculdade de Medicina do Triangulo Mineiro foi fundada, em 1953, como uma instituição privada, mas foi federalizada, em 1960, através da Lei N° 3.856 (UFTM, 2013).

Após este impulso de federalizar faculdade houve um longo processo para a transformação em Autarquia Federal. Isso só foi concretizado em junho de 1972 sendo uma conquista para a comunidade. Com a expansão na educação superior no país, houve então a aprovação da solicitação de transformar a Faculdade de Medicina em Universidade Federal do Triangulo Mineiro (UFTM, 2013).

A UFTM é reconhecida pela qualidade do ensino, que conquistou, ao longo de 57 anos de existência. Dedicase, também, às atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão, principalmente voltadas para as doenças comuns da região, como a doença de Chagas, a Esquistossomose e a Leishmaniose.

Neste contexto, a Instituição vem mantendo o compromisso com a qualidade na formação dos alunos e expandindo para novas áreas do conhecimento, sendo assim, aumentando a oferta do ensino que busca contribuir para a ciência e para o desenvolvimento da sociedade, com a missão de atuar, difundir e promover o conhecimento, na formação de profissionais que se preocupam com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico, aprimorando avanços na qualidade de vida da população (UFTM, 2013).

A UFTM está localizada no Estado de Minas Gerais, onde estão instituídos como campus, unidades, centros educacionais e complexos hospitalares espalhados por toda a cidade de Uberaba. Dentre seus principais cursos estão: graduação em medicina, enfermagem, nutrição, biomedicina, fisioterapia, as engenharias, as licenciaturas como: história, geografia, física, matemática, letras Inglês e espanhol entre outros. Ao todo são ofertados 24 cursos de graduação além de oferta dos cursos de pós-graduação “latos sensu” e “stricto sensu”, a UFTM oferece cursos de ensino técnico e tecnológicos direcionados para o desenvolvimento socioeconômico da região Mineira (UFTM, 2013).

#### **4.1.16 Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA – Mossoró/RN**

A Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, foi instituída, em 2005, pela Lei nº 11.155, através da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, criada em 18 de abril de 1967. Desde essa época, já havia um sonho de transformação da ESAM em Universidade (UFRSA, 2013).

A criação da UFRSA foi a constituição de um sonho, sendo uma Instituição Federal de Ensino Superior que visa ao desenvolvimento do espírito político, científico e socioambiental, através da pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e atividade de extensão estabelecendo uma relação de reciprocidade com a sociedade, garantindo a sustentabilidade da região visando à elevação do índice de desenvolvimento humano. Criada com a missão de produzir e expandir conhecimentos a UFRSA forma profissionais com visão crítica e reflexiva, voltada para atender a demanda da sociedade (UFRSA, 2013).

A UFRSA, assim como muitas outras universidades, aderiu ao programa de reestruturação e expansão da Educação Superior. Em função disto, criou a sede na cidade de Mossoró e três campi nas cidades de Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros. São ofertados 20 cursos de

graduação, pós-graduação em *Latus Sensu* e *Stricto Sensu*, Mestrado e Doutorado nas mais diversas áreas voltadas a demanda regional, o que vem promovendo o crescimento e desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a redução dos índices de pobreza e as desigualdade regionais, oportunizando o aperfeiçoamento ao povo das cidade de Mossoró (UFERSA, 2013).

#### **4.1.17 Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL –Alfenas/MG**

A Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL foi originalmente a Escola de Farmácia e Odontologia. Sua fundação data de 03 de abril de 1914, é reconhecida por Lei Estadual, em 1915, e foi transformada em Universidade Federal, em 2005.

O reconhecimento nacional, pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública consta no Art. 26 do Decreto 19.851 e, em 23 de março de 1932, quando foi aprovado o novo regulamento (UNIFAL, 2013). A Lei nº 3.854, de 18 de dezembro de 1960, determinou sua federalização e a transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se por meio do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972 (UNIFAL, 2013).

Essa transformação favoreceu a implantação de vários cursos da área da saúde, que, nesta época, atendia, também, à política governamental de suprimento das necessidades de trabalho especializado na área de saúde.

Dentre muitas mudanças ano após ano, finalmente, em 29 de julho de 2005, a Instituição foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), pela Lei 11.154, com a missão de produzir, sistematizar o saber científico, tecnológico e filosófico focando no desenvolvimento profissional reflexivo e crítico, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática e na defesa da qualidade de vida focada no crescimento do povo mineiro. A UNIFAL busca a ampliação no ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais tecnicamente competentes e aptos a compreenderem seu papel em um mundo de constante transformação (UNIFAL, 2013).

A UNIFAL foi constituída com três campi: Alfenas, Poço de Caldas e Varginha, além de oferecer graduação em Educação a Distância. Cada campus oferece cursos voltados para atender à demanda da região, sendo disponibilizados diversos cursos de graduação e mais de 13 cursos de pós-graduação entre mestrado e doutorado. Acreditando na evolução do desenvolvimento do ser humano, a instituição busca desenvolver novas formas de pensar, analisar, atuar, criticar e criar,

formando profissionais competentes capazes de atender as dificuldades advindas do meio social (UNIFAL, 2013).

#### **4.1.18 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – UFVJM – Diamantina/MG**

A UFVJM era a antiga Faculdade de Odontologia, fundada em 1953 pelo Presidente Juscelino Kubitschek sendo federalizada no ano de 1960. Mais tarde, a Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (Fafeod) transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid), em 04 de outubro de 2002. Com todas essas mudanças, ainda havia um grande desejo em transformá-la em Universidade Federal. O que se tornou realidade, nomeando-a como Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), através da Lei nº 11.173, de 06 de setembro de 2005 (UFVJM, 2013).

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, desde a sua criação, foi constituída com três campi, sendo o Campus I e o Campus JK localizados na cidade de Diamantina (MG), abrigando seis faculdades e 23 cursos de graduação; e o Campus Avançado do Mucuri, localizado na cidade de Teófilo Otoni (MG), que abriga três faculdades com nove cursos de graduação, em ambos os campus os cursos estão se ampliando para atender a demanda local (UFVJM, 2013).

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri foi criada com o intuito de desenvolver o conhecimento do ensino, pesquisa e extensão, priorizando sempre a prestação de serviços às comunidades dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri para o crescimento e o desenvolvimento das regiões ao seu redor (UFVJM, 2013).

#### **4.1.19 Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Curitiba/PR**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) surgiu através da transformação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR). Foi a primeira assim denominada no Brasil e, por isso, diferencia-se das outras universidades por ser uma instituição com formação técnica e tecnológica, além da graduação. Como a origem deste centro é a Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1909, a UTFPR trouxe em seu histórico de uma longa e expressiva trajetória direcionada a educação profissional. Dentre essa história, pode-se observar o grande avanço desta instituição, passando de escola



básica de aprendizagem para escola técnica, depois ainda centro federal de educação tecnológica e, agora, para Universidade (UTFPR, 2013).

A UTFPR conta com doze campi, espalhados pelo Estado do Paraná, tendo em sua missão o ensino de graduação, pós-graduação a pesquisa e a extensão. Oferece centenas de cursos superiores, bacharelados em tecnologia, engenharias e licenciaturas. Como também atende à necessidade de pessoas que desejam qualificação profissional de nível médio, a UTFPR oferta cursos técnicos em diversas áreas do mercado, totalizando seis cursos técnicos de nível médio integrado e seis cursos técnicos de nível médio subsequentes na modalidade a distância, com 33 polos distribuídos pelos estados do Paraná e de São Paulo (UTFPR, 2013).

Com a soma entre a educação de nível médio e superior a UTFPR oferece 101 cursos, com a abertura prevista de mais 8 cursos de graduação no segundo semestre de 2013. No início de 2014, a Universidade Tecnológica contará com 97 cursos de graduação. E, para atender a demanda do Estado do Paraná, a UTFPR pretende ampliar o número de campi com a oferta de cursos direcionados para atender a região onde estará instalada, contribuindo para o desenvolvimento da grande região paranaense (UTFPR, 2013).

#### **4.1.20 Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA – Porto Alegre/RS**

A UFCSPA surgiu da antiga Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre, que foi fundada em 1953. Entre muitas mudanças ocorridas em sua trajetória de funcionamento, destaca-se o reconhecimento e a federalização no ano de 1980, pela Lei nº 6.891, que passou a denominar-se Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA) (UFCSPA, 2013). Em 1987 foi enquadrada como Fundação Pública e, em 11 de janeiro de 2008, foi instituída como Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, por transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, pela Lei nº 11.641. Como era uma Universidade voltada para área da saúde, assim, continuou sendo, ofertando cursos voltados para a saúde. Em 1964, implantou a Residência Médica e, em 1968, implementou seu primeiro curso de pós-graduação lato sensu (UFCSPA, 2013).

A partir de 1988, iniciaram os cursos de pós-graduação stricto sensu, em nível de Mestrado, seguido, posteriormente, pelo Doutorado, entre outros cursos de graduação que também foram implementados,

como, por exemplo, os cursos de Nutrição, Biomedicina, Fonoaudiologia e Psicologia, além desses cursos citados, a expansão desta instituição programou-se para a implantação de mais três novos cursos: Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, o que acabou ocorrendo entre 2009 a 2010, não perdendo o foco na área saúde (UFCSPA, 2013).

A Universidade transformou-se com a missão de desenvolver e promover o conhecimento na área da saúde, dedicando-se a uma educação pública de qualidade, com a preocupação de formar profissionais competentes e responsáveis pelo desenvolvimento humano, tendo uma formação ampliada na pesquisa e extensão, fundamentando seu conhecimento nas disciplinas interdisciplinar para o desenvolvimento de atitudes e habilidades que possibilitam o crescimento profissional competente, promovendo o bem estar da população (UFCSPA, 2013).

#### **4.1.21 Universidade Federal de Integração da Amazônia - UFOPA**

O projeto inicial de criação e implantação de uma Universidade Federal no Oeste do Pará, tendo como sede a cidade de Santarém-PA, foi entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad, por ocasião da solenidade de celebração dos 50 anos da Universidade Federal do Pará, no dia 02 de julho de 2007. A proposta recebeu, de imediato, a adesão da comunidade científica nacional, por meio de duas de suas mais representativas entidades: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, em sua Reunião Anual, realizada em julho de 2007; e a Academia Brasileira de Ciências – ABC, em publicação intitulada “Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI - a necessidade de uma revolução científica e tecnológica”, na qual destaca, como um dos desafios urgentes, a criação de novas universidades públicas, atendendo às mesorregiões que possuem densidade populacional que justifiquem tal investimento (UFOPA, 2012).

Na Exposição de Motivos Interministerial n. 332/2007/MP/MEC, de 11/12/2007, encaminhada ao Exmo. Senhor Presidente de República, os Senhores Ministros do Planejamento e da Educação, Paulo Bernardo Silva e Fernando Haddad, respectivamente, manifestaram que: a expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do Governo Federal e foco do debate sobre a reforma universitária (UNIAM, 2009). O desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, transformando-se na UFOPA, sendo uma Universidade Pública,

localizada no Oeste do Estado. A UFOPA propõe-se atender à demanda de uma região com uma economia e cultura peculiares (UFOPA, 2012).

Considerando a localização geográfica da nova Universidade, tendo uma extensa faixa de fronteira dos municípios de sua abrangência, com os vizinhos Estados do Amapá, Amazonas e Mato Grosso, bem como a Guiana e o Suriname, foi estruturada, com o objetivo de promover a cooperação internacional transfronteiriça, com a construção de vínculos institucionais duradouros, em atividades de pesquisa, formação de profissionais, e extensão, em temas de interesse comuns entre Estados da Amazônia Brasileira, e dos países membros da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (UFOPA, 2012).

A UFOPA foi a primeira Universidade pública instalada com sede no interior da Amazônia, nasceu como uma instituição de médio porte, formada da junção das instalações, dos recursos humanos e materiais, bem como dos cursos de graduação e pós-graduação, já existentes na UFPA, na região oeste do Pará (que inclui o Campus Universitário de Santarém, e os Núcleos de Óbidos, Oriximiná e Itaituba) e da UFRA (Unidade Descentralizada do Tapajós).

Para responder às demandas e às vocações regionais, foram implantados, a partir de 2010, novos cursos de graduação e pós-graduação, cobrindo as diversas áreas do conhecimento, que, em seu conjunto, iriam agregar a oferta de mais de 1.600 novas vagas às 320 já ofertadas, anualmente, nos 08 cursos regulares de graduação existentes em Santarém (Engenharia Florestal, Sistema de Informação, Direito, e as Licenciaturas em Letras, Pedagogia, Física, Matemática e Biologia).

Por outro lado, é inquestionável a importância da pesquisa e da pós-graduação para o desenvolvimento regional. A pós-graduação tem um papel crucial na produção de recursos humanos altamente qualificados, e no avanço do conhecimento, por meio da formação de futuras gerações de profissionais, que, por sua vez, podem contribuir para o efetivo exercício da cidadania e da soberania na região. Foi, recentemente, aprovado pela CAPES o Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia, em nível de Mestrado, já iniciado no primeiro semestre de 2009, no Campus Universitário de Santarém (UFOPA, 2012).

A UFOPA propõe-se realizar estudos acerca da realidade de uma região compartilhada por oito países que tem características comuns, tais como: a questão da segurança nacional em uma região que possui um enorme vazio demográfico; o equilíbrio do desenvolvimento sustentável das populações tradicionais que residem no maior ecossistema florestal do mundo; as distâncias geográficas dos aglomerados populacionais que

convivem com um distanciamento dos centros político e econômico dos países, que dificulta ainda mais a ação política dos Estados; e os problemas ambientais, com destaque da questão do gerenciamento dos recursos hídricos, florestais e minerais. A Universidade procura desenvolver atividades numa vasta área, de mais de 500 mil km<sup>2</sup>, que envolve todos os municípios das mesorregiões do Baixo Amazonas e do sudoeste paraense, com uma população de cerca de um milhão de pessoas (UFOPA, 2012).

#### 4.1.22 Resumo das Universidades Transformadas

No processo de transformação destas Universidades, assim como na criação, os representantes procuraram expandir criando cursos voltados para atender a demanda regional, procurando agregar conhecimento para que a população pudesse desenvolver seu trabalho em sua própria região.

No quadro 7, apresenta-se o resumo de informações das instituições transformadas, tendo como base informações do quadro 06.

Quadro 8 - Dados Resumidos dos Cursos oferecidos pelas Universidades transformadas

Universidades	Transformação	Estado de Atuação	Principais Áreas	Campi
UNIFEI - Universidade Federal do Itajubá	2002	MG	Ciências da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Atmosferas, Engenharias e algumas licenciaturas.	2
UFRA - Universidade Federal Rural do Amazonas	2002	PA	Ciências Agrárias, Agronomia, Informática Agrária, Medicina Veterinária, Ciência Florestal e Botânica.	4
UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei	2002	MG	Engenharias, Ciência Aplicada, Áreas da Saúde, diversas Licenciaturas, Arquitetura e Urbanismo e Ciência da Computação.	6

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	2002	PB	Ciência Tecnológica e Computacional, Engenharias, Área da Saúde, Ciência Jurídica e Área Rural.	7
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2005	MG	Biomedicina, Ciências Biológica, Engenharias, Área da Saúde e licenciaturas.	4
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semiárido	2005	RN	Administração, Agronomia, Biotecnologia, Ciências da Computação, Direito, Ecologia, Engenharias, Licenciaturas, Medicina Veterinária e Zootecnia.	3
UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas	2005	MG	Administração, Ciências Biológicas, Sociais, Atuarias, Área da saúde, Licenciaturas, Engenharias e Biotecnologia.	3
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri	2005	MG	Ciências Agrárias, Ciências Biológica, Área da Saúde, Ciências Sociais e Exatas, Engenharias, Tecnologias e Licenciaturas.	3
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2005	PR	Biblioteca, Engenharias, Licenciaturas e Tecnologias.	12
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2006	RS	Nutrição Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Fisioterapia, Biomedicina e Fonoaudiologia.	1
UFOPA - UF do Oeste do Pará	2010	PA	Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Floresta e das Águas, Ciências da Computação e Tecnológica, Ciências Sociais, Engenharias, Educação, Ciência Social Aplicada e Direito.	6

Fonte: Dados primários (2013).

## 4.2 MAPEAMENTO DE PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PESQUISADAS

Para responder ao segundo objetivo, optou-se por demonstrar, somente, o processo de implantação da UFFS. Como em todas as universidades, criadas e transformadas, o processo de implantação é semelhante, e para evitar a descrição de informações repetidas, a pesquisadora elaborou um mapeamento, como exemplo, de uma universidade, representando todas as outras universidades estudadas.

A Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), nasceu em 2005, com a atuação de movimentos sociais envolvendo a comunidade acadêmica e outras instituições: como empresas, ONGs, sindicatos, cooperativas e liderança política e comunitária das Mesorregiões da fronteira do MERCOSUL surgindo de “fora para dentro”, com a ideia de ser uma Universidade interativa e solidária com a sociedade. Tal fator atuou decisivamente sobre a construção de sua identidade e para a definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão.

No ano seguinte, a proposta de criação da universidade com a união dos três estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) foi rejeitada. Então, criou-se uma comissão de trabalho para elaboração de um novo projeto, o qual se estendeu por meses.

O reforço com a ideia de uma universidade federal aconteceu, em agosto de 2007, com a participação de 15 cidades da região que fizeram atos públicos em prol da implantação da nova universidade. Em outubro, veio a confirmação do ministro da Educação em criar a UFFS.

Após este momento, o MEC criou a comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e participou da reunião com o grupo de trabalho para a discussão de áreas de influência da UFFS. Foram discutidas a localização da sede e dos campi, a estrutura física e a orçamentária. Após isso, foi criada também a Comissão de Projetos da Universidade Federal Fronteira Sul, formada por 11 integrantes do Movimento Pró-universidade e técnicos do MEC, além de representantes da Universidade de Federal Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina, que deram o apoio institucional necessário para a criação desta Universidade (UFFS, 2012).

Em 2007, políticos e representantes de movimentos sociais estiveram presentes no ato solene de criação da Universidade Fronteira Sul, instituída pelo Projeto de Lei 2.199-07 do deputado federal Claudio Vignatti.

Após o projeto de lei ser aprovado, criou-se a comissão de Implantação da UFFS empossada no início de 2009, tendo como presidente o professor Dilvo Ristoff. Com a lei criada, a Universidade já estava apta para receber os primeiros alunos. Mas, para isso, a UFFS precisava contratar os docentes e os servidores, como não havia tempo hábil para fazer concurso público, a nova universidade precisaria de uma instituição responsável para auxiliar nos primeiros procedimentos de gestão, que foi chamada de Tutora. Neste processo de implantação, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foi designada, pelo MEC, como Tutora da UFFS, tendo um papel importante, sendo responsável em acompanhar as atividades nos primeiros anos, incluindo a execução de concursos públicos para a contratação dos primeiros docentes e servidores, bem como a locação de infraestrutura para atender as primeiras turmas. Aos poucos, foram definidos os locais de instalação da UFFS e foi sendo constituído o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A decisão do uso do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como nota referencial para o ingresso na UFFS foi tomada em julho, atendendo, assim, a meta do PNE em democratizar o acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda, e, para ampliar a oportunidade destes estudantes permanecerem na instituição, foi disponibilizado, além o financiamento estudantil, a bolsa ProUni para que os estudantes sem condições financeiras consigam se manter dentro do campus.

Definidos a sede e os cinco campi da instituição, a comissão passou a estudar com mais profundidade os cursos a serem implantados, tendo como predominância os cursos de graduação em área de desenvolvimento, voltados para região de instalação da instituição, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento regional, conseqüentemente do país, sendo essa outra meta do PNE. Para ampliação das vagas, muitas das novas instituições preocuparam-se em elaborar um currículo interdisciplinar, ampliando a área de conhecimento dos estudantes.

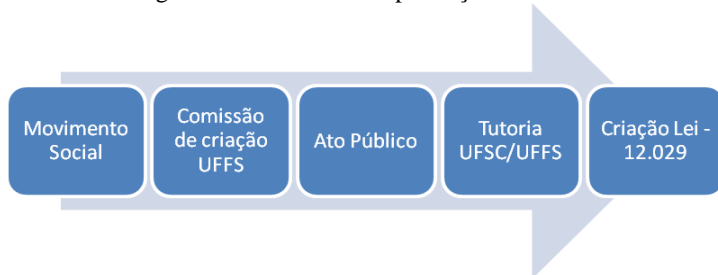
Em setembro de 2009 foi oficializada a criação da UFFS, com a Lei 12.029, sendo seu primeiro reitor o professor Dilvo Ristoff (UFFS, 2012). Na sequência foram publicados os editais do concurso público para a contratação de 165 professores, preferencialmente com título de doutorado, e, também, a abertura do concurso público para os técnico-administrativos. Neste mesmo processo, tiveram outras atividades administrativas de compra de móveis, equipamentos, livros e de tomada de preços para a construção dos primeiros pavilhões da UFFS. Com essas construções, as instituições conseguem ampliar consideravelmente

o número de cursos e de vagas ofertadas, possibilitado o alcance de mais uma meta do PNE.

De dezembro de 2009 a março de 2010 foram nomeados os diretores, coordenadores dos campi e pró-reitores e os primeiros servidores. Sendo nomeado como vice-reitor pro tempore, o professor Jaime Giolo (UFFS, 2012). A Cerimônia de abertura oficial da UFFS foi, em 29 de março de 2010, nos cinco campi um dia histórico para a Universidade. Neste dia, técnico-administrativos, professores e a equipe de dirigentes receberam os primeiros alunos da universidade (UFFS, 2012).

A figura 2 apresenta o mapeamento descrito anteriormente.

Figura 2 - Processo de Implantação da UFFS.



Fonte: Dados primários

#### 4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES INFLUENTES E AGENTES INTERVENIENTES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Neste terceiro objetivo, conforme demonstrado no quadro 04, estão apresentados os fatores influentes e agentes intervenientes que contribuíram para o processo de implantação (criação e transformação) das vinte Universidades Federais, englobando regiões do Norte ao Sul do Brasil.

Para responder as questões desta pesquisa, foram realizadas entrevistas ou enviado questionário eletrônico a um representante da instituição como: reitor, ex-reitor ou professor, que tenham participado das comissões de implantação das universidades. O questionário serviu como roteiro durante a realização das entrevistas, tendo como foco a identificação do processo de planejamento das novas Universidades, a equipe que formou a comissão e o planejamento, as diretrizes e estrutura-física dos campi, as influências durante o processo de



implantação, a elaboração da escolha dos cursos e, se teve apoio durante o processo de implantação.

Destaca-se, ainda, que na apresentação da análise dos dados, foram utilizadas nomenclaturas ao se referir a uma determinada universidade, evitando, desta forma, a divulgação do indivíduo que contribuiu com a pesquisa, preservando o anonimato dos participantes deste estudo. Para isso, foram utilizadas letras alfabéticas (A,B,C).como forma de codificação, sendo estas distribuídas aleatoriamente entre as vinte universidades pesquisadas.

Um dos aspectos relevantes encontrados no momento da entrevista diz respeito ao conceito de Vergara (2006, p. 121) sobre o revivido, afirma que a “pesquisa história oral é uma metodologia de pesquisa que visa ao estudo e ao registro de acontecimentos, história de vida, a reconstrução da trajetória de instituições, enfim, de temas históricos contemporâneos que permitam acessar pessoas que ainda estejam vivas”. Considera-se que a principal técnica de coleta de dados é realizada por meio de entrevista com depoimentos dos entrevistados. Isto se confirma na fala do entrevistado da Universidade “C”, “de estar gostando de reviver toda a história ao contá-la no momento da entrevista”.

Até o ano de 2000, existiam várias regiões onde havia a necessidade de criação de novas universidades federais. Com a aprovação do Projeto de Lei sobre a expansão da educação superior, o governo federal possibilitou o atendimento das áreas mais afastadas, ou seja, nos interiores do Brasil. Neste contexto pode-se considerar as universidades pesquisadas B, E, F, G, I, e J que foram criadas a partir desta expansão. E as Universidades A, C, D, H, L, M, N, O, P, Q, R, S, T e U que vinham de um sonho da ampliação almejando a autonomia universitária, desde a década passada, conseguindo realizá-lo após o projeto de lei ser aprovado.

Em todas as Universidades pesquisadas, notou-se uma similaridade no processo de implantação, ou seja, todas receberam o apoio e incentivo direto do governo federal. Esse apoio foi fundamental para iniciar o processo de transformação ou implantação com uma base sólida. Tiveram influência política de Agentes Regional, Estadual, Municipal, além do apoio de representantes das regiões onde foram implantadas, tais como: Órgãos Comerciais e a Comunidade. Essa influência foi de extrema importância para o andamento do processo de criação e planejamento das instituições.

Pode-se citar o caso da Universidade “I” que não existia intenção de ser criada, conforme aponta o entrevistado da instituição “houve uma

movimentação política muito forte da região. Com isso, foi possível a criação desta Universidade, desde que tivesse a integração de outros estados, com isso obtivemos o apoio do governo federal”.

Neste contexto, surge a Universidade “F”, criada para atender à demanda de ensino superior que era muito alta na região. Essa região não tinha universidade federal, forçando os estudantes a se deslocarem para as capitais próximas em busca da realização de seus sonhos. A universidade foi planejada por um grupo de professores de uma instituição particular que estava com problemas de gestão financeira. Primeiramente, eles queriam federalizar essa instituição, mas, como não foi possível, houve então a intenção de criação da universidade “F” que surgiu com vários campi, possibilitando o atendimento de toda a vasta região.

Da mesma forma aconteceu com as universidades H, L, M, N, O, P, Q, R, S, T e U, que, por solicitação do governo federal, as instituições menores deveriam se mobilizar para ampliação na oferta de vagas e cursos. Isso pode ser identificado claramente nas palavras escritas pelo membro da universidade “S”.

[...] se as faculdades federais isoladas não se mobilizassem, estas seriam incorporadas pela universidade federal mais próxima, passando a ser um apêndice daquela Instituição. Isso impulsionou na decisão e busca do apoio político para a transformação tão vislumbrada.

Em relação à influência do poder político sobre a criação e transformação dessas universidades, pode-se mencionar que houve uma interlocução (um canal de comunicação) entre os políticos da região, os professores interessados e a população, conforme coloca o entrevistado “C”:

[...] isso foi se fortalecendo cada vez mais e culminou com a entrada do governo federal pelo PT, governo estadual pelo PT e o governo municipal pelo PT, então esta tríade começou a fazer o planejamento para o ensino de uma forma diferente do que até então a gente estava tendo, até então as Universidades estavam numa ladeira que todos nós estávamos muito preocupados. Foi aí então que surgiu a possibilidade da criação da Universidade “G”.

Outros fatores identificados nesta pesquisa quanto ao processo de planejamento e criação, foram as universidades desmembradas de campus já existentes. A universidade “C e O” foram destaque neste formato, sendo o planejamento impulsionado pelos professores da época e pelo anseio da comunidade. O relato do entrevistado da universidade “C” deixa claro essa integração conforme depoimento a seguir:

Nós tivemos o apoio político e de toda a comunidade, sonhávamos com isso desde o início da década de 80, a região via isso como uma necessidade, então, grande parte das organizações sociais da região participavam desse processo de criação.

Através dessa pesquisa foi possível visualizar também os processos de criação de universidades com a integração de países vizinhos, as Universidades “G” e “J”, tiveram influências regionais e internacionais. Foi um processo um pouco diferenciado pelo fato de ter integrantes internacionais na comissão de implantação. O entrevistado “G” deixa isso claro em seu depoimento: “o que mais influenciou a decisão de criar uma universidade voltada para a integração foi o crescimento, amadurecimento da necessidade, de diálogo e cooperação entre vários países”.

A criação da Universidade “J” surgiu da mesma ideia de integração entre países com um projeto de cooperação que foi apresentado ao presidente, na época, o qual se entusiasmou com a proposta, aprovando esse projeto que demandava a integração entre oito países.

Um fator interveniente observado nas entrevistas, é que, em todos os processos de criação das novas universidades, foi designado uma tutora. Neste ponto, listam-se as Universidades A, C, D, F, G, I e J, que abrangem o apoio inicial administrativo e financeiro. A importância do papel da tutora no processo de implantação das universidades foi fundamental até que as novas universidades criadas pudessem funcionar de forma independente, o que não ocorreu com as outras universidades, pois já estavam em funcionamento.

Com relação ao conhecimento da população sobre o papel das universidades recém-criadas, algumas pessoas não tinham ideia do que esperar da instituição, já outros aproveitaram a oportunidade para o interesse comercial, conforme indica o entrevistado “I”, “os setores

viam a universidade como oportunidade de negócios, por exemplo, o setor imobiliário, restaurantes entre outros”. Complementando com a resposta do membro da instituição “S”, “a universidade é a instituição que movimenta o maior número de recursos para a economia da região, oferecendo inclusive trabalho, em grande escala, para mão de obra terceirizada da construção civil”.

Esses fatores intervenientes surgem praticamente em todas as universidades, sendo que a pesquisadora consegue identificar claramente durante a conversa com as Universidade C e F, as quais relatam que a universidade vem contribuindo para o desenvolvimento da região, resultando no crescimento comercial, no aumento nas vendas do comércio, aluguéis e venda de imóveis, bem como no crescimento populacional, pois os jovens tem a chance de permanecerem na cidade, diminuindo, assim, a evasão desses jovens para as metrópoles.

Somando-se aos fatores intervenientes anteriores, existem os interesses políticos, que contribuem para o atendimento das demandas da prefeitura, demonstrados na resposta do entrevistado “I”, “os poderes públicos também ficaram satisfeitos pelo retorno político, sem falar em impostos”. Também, fica evidente quando o entrevistado “F” aponta os fatores que beneficiam o desenvolvimento da região “transporte público, atividades culturais, obras, empregos, aumento da renda das pessoas que trabalham na Instituição entre outros”.

Foi identificado, nesta pesquisa, que as especificidades de cada região, muitas vezes, interferem no processo de planejamento e criação das Universidades, ou seja, pode-se dizer que os fatores de influência ficam condicionados ao apoio federal sem que suas demandas possam ser individualmente atendidas pelos municípios.

Com isso, percebe-se que os fatores intervenientes no processo de implantação são considerados eficazes para a criação e implantação das instituições, e os fatores influentes como os políticos regionais, estaduais e dos municípios são de extrema importância, mas o essencial foi o apoio do governo federal com o movimento da expansão das Universidades Federais Brasileiras. Foi com esse apoio que a criação das instituições federais tornou-se uma realidade.

Além dos fatores influentes e agentes intervenientes já apresentados, durante a análise, também foram identificados outros fatores importantes no momento da implantação destas instituições.

Percebeu-se que o processo de implantação, apesar de ter requisitos pré-estabelecidos pela legislação, exemplo: um terço do corpo docente com título de mestrado ou doutorado, um terço do corpo docente em regime de tempo integral, etc., cada Universidade seguiu seu

próprio processo específico, pois tiveram suas peculiaridades e problemas relacionados à região.

As comissões de implantação de forma geral foram constituídas por professores das instituições envolvidas, das instituições tutoras e por representantes do MEC. No caso das Instituições Internacionais, fizeram parte da comissão de implantação representantes dos órgãos internacionais dos países.

As universidades recém-criadas no momento da sua implantação não tinham espaço físico definido, sendo esse um dos maiores obstáculos dos gestores. Muitas delas, apesar da autorização de funcionamento, tiveram de alugar espaços provisórios até que fossem construídas as instalações definitivas. Para essas instalações, muitas tiveram o apoio de prefeituras e da união que doaram terrenos para as construções, e outras compraram os terrenos ou utilizaram instalações prontas do município. Todas tiveram o apoio financeiro do Governo Federal.

A universidade “G”, por exemplo, tinha sua sede em uma região afastada e com poucas edificações que pudessem atender à demanda inicial. Até conseguir o próprio prédio, passou por uma etapa bem difícil e demorada, pois o município não tinha um prédio adequado para receber os primeiros alunos. Neste caso o prefeito do município acabou cedendo um espaço, que era ocupado pela prefeitura, para essa nova Instituição.

Já, a Universidade “F”, encontrou dificuldade para a construção dos prédios definitivos, pois não havia, naquela localidade, empreiteira que atendesse sua necessidade. Mesmo as outras Universidades que não tiveram nenhuma das situações anteriores, encontraram, também, dificuldades com as edificações para atender a demanda inicial, por falta de estrutura própria ou como diz o entrevistado “B”, “a Universidade foi implantada com pouco planejamento, pois não havia prédios para atender aos alunos. Quando a Universidade iniciou suas atividades, teve que alugar prédios e salas da região para atenderem as primeiras turmas”. Isso foi verificado também nas Universidades “F, G, P” e “J”.

As universidades que foram transformadas, inicialmente, não tiveram esses problemas, pois já estavam em funcionamento. Mas, por causa as ampliações dos cursos, também precisaram projetar-se para a construção de estruturas maiores ou novas instalações para o atendimento dos novos alunos, até mesmo para a ampliação de novos campi.

Em relação à estrutura de pessoal, a contratação dos primeiros docentes nestas instituições aconteceu de duas formas: transferência ou

por concurso. Inicialmente, alguns docentes foram transferidos de uma instituição para outra, outros ingressaram por concurso público (concursos realizados pelas universidades tutoras, ainda vigentes e/ou por nova seleção). Atualmente, a maioria dos docentes é contratada por novos concursos públicos realizados pela própria instituição. Da mesma forma, foi a contratação em relação aos servidores técnico-administrativos. Uma questão importante a ser ressaltada neste estudo foi que essas novas universidades preocuparam-se em dar preferência à contratação de professores com doutorado.

Nessa pesquisa, observou-se que o processo de expansão desencadeado a partir do incentivo do Governo Federal foi importante para garantir um desenvolvimento local e regional com a instalação dessas novas universidades com características multicampi.

Percebe-se que o poder público exerce um grande domínio sobre as deliberações no âmbito municipal ou regional. Neste contexto, verificou-se que o processo de planejamento e criação das universidades B, E, I, H e J possibilitou o envolvimento e integração de outros estados. Tivemos também outras universidades que envolveram vários municípios da mesma região, como é o caso das Universidades A, C, D e F, atendendo, com isso, diversas regiões.

Além desse fato, tivemos um modelo de expansão diferencial e único que foi a transformação da universidade “T”, que criou a primeira universidade tecnológica do Brasil. Além desta inovação, tiveram outras expansões de instituições inovadoras como a criação de universidades com integração entre países, através de cooperação internacional.

A abrangência dessa expansão diferenciada demonstrou, neste estudo, um grande acesso ao ensino superior. As novas universidades apresentam um caráter inovador por terem currículos multidisciplinares diferentes das demais universidades criadas no país.

Os projetos pedagógicos de cada Universidade pesquisada foram elaborados pelas comissões de implantação e construídos num contexto de cursos sempre voltados para atender a demanda da região, inclusive as instituições transformadas as quais já tinham um projeto pedagógico, tiveram que alterar esse projeto adequando-o com as novas diretrizes.

As universidades B, E, F, H e R também se preocuparam em elaborar currículos interdisciplinares para que os alunos tivessem a possibilidade de formação em diversas áreas. Conforme conta o entrevistado da universidade “F”.

cada campus tem um núcleo temático e os novos cursos são diversificações desse núcleo indo ao

encontro do projeto pedagógico da região, por exemplo, o aluno se forma no bacharelado e depois faz os as disciplinas que faltam para completar uma nova área, essa inspiração surgiu do modelo da universidade “E”.

A forma de ingresso dos estudantes dá-se pela pontuação no ENEM e o cadastro do SISU. Apenas duas delas permanecem no antigo sistema de ingresso que é o vestibular. Além disso, existem outras formas de ingressos que são por cotas (negros, indígenas e alunos vindos de escolas públicas), definida pela Lei 12.711/2012 e, também, os diplomados ou reingressos (SISU, 2012).

Entretanto, nas universidades com integração entre países, a forma de ingresso é um pouco diferente: os estudantes estrangeiros, por exemplo, tem a seleção realizada no seu país de origem, pois o projeto inicial dessas universidades prevê que metade dos alunos e professores devem ser oriundos dos países latino americanos. Atualmente, tanto o quadro docente quanto o quadro discente é composto por estudantes e professores desses países.

Em relação às diretrizes de cada universidade pesquisada, constata-se que todas tem a preocupação em fomentar o ensino, pesquisa e extensão. Incidir nas premissas dessas novas instituições, procurando desenvolver formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando profissionais e cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado, capazes de transformar a sociedade no sentido de promover justiça e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais, sem falar que o desenvolvimento regional foi a condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na região.

Para finalizar este estudo, demonstra-se esquematicamente no quadro 9, os cinco primeiros objetivos desta pesquisa, onde foram classificadas as fontes primárias e secundárias que possibilitaram as análises do processo de implantação das universidades federais.

Quadro 9 - Caracterização da Fonte de Coleta de Dados

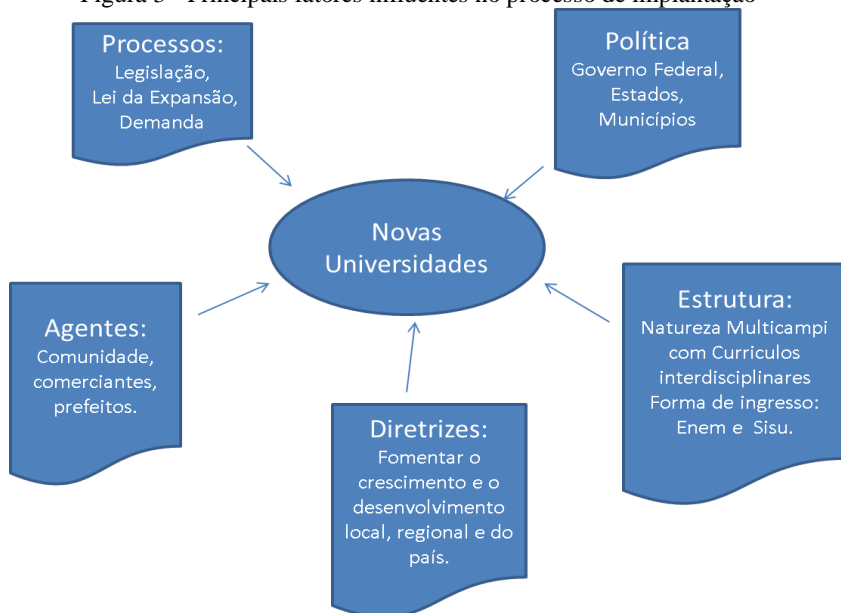
Objetivos Específicos	Fontes Secundárias		Fontes Primárias
	Qualitativos	Quantitativos	Qualitativos
a) Políticas	Sim	Sim	Sim
b) Diretrizes	Sim	-	Sim
c) Estrutura	Sim	-	Sim
d) Processos	Sim	--	Sim
e) Fatores/Agentes	Sim	Sim	Sim
f) Análise Geral	* Criadas com a missão de integração e desenvolvimento regional * Seu espaço de influencia e atuação prioriza a interiorização em várias regiões do Brasil. * Surgiram com a preocupação de atender estudantes oriundos das escolas públicas. * Currículos interdisciplinares com cursos voltados para formação e atuação do estudante em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. * Natureza multicampi.		

Fonte: Dados primários (2013).

Na figura 3, apresentam-se os principais fatores que contribuíram com a criação e implantação nas novas universidades federais.



Figura 3 - Principais fatores influentes no processo de implantação



Fonte: Dados primários (2013).

As universidades Federais, conforme traz a lei, são dotadas pela autonomia e autogestão tendo como finalidade o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, tais diretrizes são encontradas em todas as instituições apresentadas. As novas universidades foram criadas ou transformadas com a inclusão deste importante tripé, preocupadas em fomentar e aprofundar o conhecimento para que a população possa ultrapassar as barreiras, do tão difícil mercado de trabalho, aplicando esse aprendizado na sociedade, contribuindo com a evolução da região ou até mesmo do país.

Além de trazer oportunidade de crescimento e envolvimento da população na pesquisa e extensão, as universidades preocuparam-se em democratizar o acesso aos estudantes, aderindo à nova forma de ingresso, através do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), com isso, ampliou a oportunidade dos estudantes oriundos de escolas públicas ingressarem em uma instituição de ensino superior pública e de qualidade. Além do Enem essas instituições disponibilizam outras formas de ingresso através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O SISU é um sistema informatizado, em que as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para alunos que fizeram a prova do Enem. Nesta etapa, os estudantes devem se inscrever em duas opções de cursos das vagas ofertadas pela instituição participante e ao final o sistema selecionará o candidato com maior pontuação, de acordo com a nota do Enem e da Lei de Cotas. Serão selecionados os estudantes classificados dentro do número de vagas ofertadas pelo SISU, em cada curso (SISU, 2013). Deste modo, ampliam-se as oportunidades dos estudantes, procedente de escolas públicas, ingressarem em um curso de graduação.

Para manter estes estudantes de baixa renda dentro da instituição, as novas universidades oferecem bolsa ProUni, desta forma os estudantes recebem um incentivo financeiro conseguindo assim permanecer na instituição.

Considerando a Universidade uma instituição social, a expansão da educação superior surgiu para fundamentar essa premissa através de suas diversas metas, tornando essas instituições mais democráticas, voltadas para o atendimento da sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, na década de 90, vivia um momento histórico onde o Governo Federal estava empenhado em expandir a educação superior de norte a sul no país, proporcionando educação de qualidade a todos, focando, principalmente, nos jovens de classe menos favorável. Diante dessa necessidade, o governo tinha intenção de promover o desenvolvimento regional integrado, a permanência de cidadãos graduados no interior do Brasil, o cumprimento do compromisso social da universidade pública em estabelecer dispositivos de combate à desigualdade social e regional e a inclusão social. Surgiu, com isso, a necessidade de implantação de novas universidades que atendessem à demanda da população, permitindo o acesso à educação superior. Isso veio ao encontro do anseio das comunidades e, em conjunto com os políticos nacionais e internacionais que realizaram o sonho de criar novas instituições e novos campi de ensino superior público.

Neste estudo, foi apontado o aspecto quantitativo da expansão da educação superior o qual expõe a evolução das IES após a implantação da LDB/96. Verificou-se que houve um crescimento, ano após anos, em número de instituição, tanto a pública quanto a privada, sendo que as privadas continuaram crescendo até o ano de 2000. Em contrapartida, as faculdades públicas mantiveram-se em equilíbrio durante esse período, chegando a duplicar o número de IES em 10 anos. Consequentemente, ampliando em 85% as matrículas nas universidades federais no ano de 2010.

Também, observou-se que, no ano de 2008, houve a inclusão da educação a distância no ensino superior público no Brasil, representando um total de 14,6% de cursos na modalidade a distância, equivalente a 930.179 matrículas até o ano de 2010.

As regiões que mais cresceram em número de matrículas, no período de 2001 a 2010, foram as regiões Sudeste e Nordeste seguida do Norte, Sul e, por último, a região Centro Oeste. Caracterizando a expansão do ensino superior público pós-LDB desde sua interiorização até a sua internacionalização.

Com a implantação do Sistema Educacional baseado na Lei de Diretrizes da Base Nacional, em 1996, ocorreram inovações no sistema do ensino superior. Verificou-se que, em sintonia com o Plano Nacional de Educação, estabeleceu-se a expansão de oferta de vagas na educação superior.

As principais ações implementadas pelo Governo Federal para a expansão do ensino superior foram os programas Universidade para

Todos – PROUNI, o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Além desses programas, teve como meta a expansão das IFES, com a implantação de 20 novas universidades federais e a criação ou consolidação de diversos campi nas cinco regiões do Brasil. E essa expansão continua: somente no ano de 2013 já surgiram mais 4 novas universidades: A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA e a Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Ao se abordarem as diretrizes e estruturas de funcionamento das universidades pesquisadas, notamos semelhanças em vários aspectos como missão, cursos e estrutura. De modo geral, as universidades pesquisadas têm a missão de desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, no sentido de formar profissionais capazes de transformar a sociedade. Buscando aperfeiçoar os alunos em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento regional e do país, com estruturas multicampi e de integração regional e internacional e, também, com formação tecnológica.

No momento do planejamento destas universidades, a principal preocupação observada, neste estudo, foi minimizar a estagnação da região contribuindo desta forma para o crescimento regional e a ampliação econômica. Um dos fatores que contribuiu para essa ampliação foi a criação dos cursos. Além dos cursos básicos, previstos na legislação, seus representantes junto com a comunidade identificaram a carência de qualificação das regiões para a criação dos cursos os quais atendessem essa carência, impulsionando o crescimento e desenvolvimento da sociedade local. Isso fez com que os estudantes, em vez de saírem de suas regiões em busca de oportunidade e crescimento nas grandes metrópoles, permanecessem e crescessem em sua própria cidade.

No cenário da criação destas universidades, observou-se que os processos tiveram semelhanças no momento do planejamento: os movimentos sociais, a criação das comissões de implantação, o apoio regional, político e da sociedade, sendo visível que o apoio principal veio do Governo Federal, finalizando esse processo na criação da Lei de cada universidade federal.

Esse processo somente foi possível por causas dos fatores relevantes existentes como: a lei que favorece a expansão juntamente com o apoio do Governo Federal em impulsionar o país no crescente desenvolvimento educacional público de qualidade. Com esses

importantes fatores somando as necessidades das regiões por falta de instituições e por falta de vagas nas instituições existentes, iniciaram os trabalhos de planejamento e elaboração dos projetos de criação das novas universidades. Esses projetos foram sendo adequados e reestruturados, conforme a exigência do governo para que atendessem as metas do PNE. Além da criação dessas novas instituições por todo o Brasil, principalmente, nos interiores do país, abriram-se, também, 126 novos campi, segundo o relatório de gestão do MEC, abrangendo ainda mais os lugares distantes, contribuindo para que mais estudantes tivessem a oportunidade de entrar em uma universidade pública. (BRASIL, 2010b).

Na análise dos aspectos institucionais, foi possível visualizar que os novos modelos de educação percebidos nas universidades estudadas são inovadores, pois promovem a integração entre municípios, estados e países e buscam gerar subsídios para formulação de novas políticas públicas que propiciem uma expansão da educação superior nacional e internacional. Esses foram os agentes intervenientes imprescindíveis para o processo de implantação dessas novas universidades.

Tais resultados, originados por meio desta pesquisa, buscaram encontrar semelhanças e divergências no processo de planejamento e implantação das novas universidades. E, por consequência, evidenciar oportunidades de melhorias às instituições futuras, tanto quanto a realidade local e/ou regional e/ou nacional com vistas à sua transformação ou criação.

Este estudo traz uma análise da expansão da educação superior pública, com vinte Universidades Federais, demonstrando a importância dessa ampliação favorecendo os jovens, principalmente nas regiões mais afastadas de Norte ao Sul do Brasil. Esta política de expansão na educação superior não focou somente em Universidades Federais, mas também houve um grande crescimento de ampliação nos Institutos Federais por todo o Brasil. Isso possibilita um novo estudo detalhado sobre essa expansão, trazendo o conceito de cursos Técnico e Tecnológicos que são ofertados por esses Institutos. Outra proposta futura é a elaboração de um manual de implantação de universidades federais, o que facilitaria muito as equipes de comissão de implantação na criação da instituição, tendo um roteiro de como e quais os processos para essa criação.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR., Mário Veiga de. Novos desafios do ensino superior no Brasil. **Jornal do Brasil**, set. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/58546/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ANDIFES. **Discurso realizado pelo presidente da ANDIFES**. Brasília: ANDIFES, 2006.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. Trabalho de Conclusão de Disciplina (Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade) - Departamento de Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origins of the universities in Brazil. **Química Nova**, São Paulo, v. 30, n. 7, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010040422007000700050&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010040422007000700050&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 abr. 2013.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BARROS, César Mangolin de. **Ensino Superior e Sociedade Brasileira**: Análise Histórica e Sociológica dos determinantes da Expansão do Ensino Superior no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1198](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1198)>. Acesso em: 20 set. 2012.

BIAZZO, S. Approaches to business process analysis: a review. **Business Process Management Journal**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 99-112, 2000.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BRASIL. Anteprojeto de Lei. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e dá outras providências. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/reforma2\\_300505.pdf?flagnoticia=s=1&itemid=1861](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/reforma2_300505.pdf?flagnoticia=s=1&itemid=1861)>. Acesso em: 18 abr. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2420396/art-207-da-constituicao-federal-de-88>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL. Decreto 3.860, de 09 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. . **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 jul. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5622.pdf>> Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 maio 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL. Emenda Interministerial nº 00332/2007/MP/MEC. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/2007/332%20-%20MP%20MEC.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/2007/332%20-%20MP%20MEC.htm)>. Acesso em: 26 set. 2012.



BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 DEZ. 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 7 mar. 2009.

BRASIL. Lei n. 112.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **O plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Plano Nacional de Educação - PNE**. 2010a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107). Acesso em: 3 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Plano Nacional de Educação - PNE. Educação Superior**. 2010b. Disponível em: <[http://gestao2010.mec.gov.br/o\\_que\\_foifeito/educacao\\_superior.php](http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/educacao_superior.php)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Resolução CES nº 1, de 27 de janeiro de 1999. Dispõe sobre os cursos sequenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei 9.394/96. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, fev. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0199.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

BUARQUE, Cristovam. A universidade numa encruzilhada. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR +5, 2005, Paris. **Anais...** Paris: Unesco, 2003.

CALLEGARI, Cesar. Desafios para um novo Plano Nacional de Educação. **Revista O Professor**, São Paulo, ed. 17, ago./set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=235>>. Acesso em: 10 out. 2013.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO.  
Posicionamento Público.

**Instituir Comissão Especial é enfraquecer o PNE:**  
alerta ao processo de trâmite do Projeto de Lei de novo Plano Nacional de Educação  
(PL n° 8.035/2010). São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CASTRO, Marcelo L. O. de. A Educação Brasileira nos dez anos da LDB. **Textos para Discussão**, Brasília, n. 33, jun. 2007. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-33-a-educacao-brasileira-nos-dez-anos-da-ldb>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

CEZNE, Andrea N. O direito a educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental. **Educação**, Rio Grande do Sul, v. 31, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/a8.htm>>. Acesso em: 30 maio 2013.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003.

CHAVES, Vera L. J.; LIMA, Rosângela N.; MEDEIROS, Luciane M. **Reforma da educação superior brasileira – Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira**. 2012. Disponível em:

<[http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo\\_Vera\\_Luciene\\_e\\_Rosangela.pdf](http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. **A expansão do ensino superior**. 2009. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni13.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

DANTAS, Éder; JUNIOR, Luiz. **Na contracorrente**: a política do Governo Lula para a educação superior. [20--]. Disponível: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5581-Int.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

DAVENPORT, Thomas H. **Reengenharia de processos**: como inovar na empresa através da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 390p.

DÉLORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DINIZ, Maria Ieda Costa. **Expansão das universidades federais**: o sonho se torna realidade! Período de 2003 a 2006. Brasília: MEC, 2006.

DRUCKER, P. A nova sociedade das organizações. In: HOWARD, R. (Org.). **Aprendizado organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 1-7.

ELPO, Mirian E. H. C.. Avaliação da gestão universitária: velhos problemas e novas perspectivas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [S.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Mirian%20E.%20H.%20Collares%20Elpo%20-%20Avalia%E7%E3o%20da%20Gest%E3o%20Universit%E1r.doc>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. Curitiba: Editora UFPR - Educar, 2006.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**, Goiás, ano VII, n. 2, dez. 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Alfredo; MORAES, Karine. **A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para debate**. [20--]. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5848--int.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

HUNT, V. D. **Process mapping: how to reengineer your business process**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

IBGE. CENSO 2010. Notícias. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>. Acesso em: 14 nov. 2012.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo de educação superior 2010: resumo técnico**. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2012.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Resultados e tendências da educação superior no Brasil**. Brasília: INEP, 2010.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes**. 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1988.

LAGO, Gerdel Fernandes. Educação Superior no Brasil. **Brasil Escola**, 2013. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilestela.com/pedagogia/educacao-superior-no-brasil.htm>>. Acesso em: 18 de abr 2013.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1992.

LEAL, F. **Um diagnóstico do processo de atendimento a cliente em uma agência bancária através de mapeamento de processo e simulação computacional**. Dissertação (Mestrado em Eng. de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, MG, 2003.

LEÃO, Roberto F. de. 7% do PIB é insuficiente. **Brasil de Fato**, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5311>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCE, Maria-Beatriz. **Diversidade e diferenciação do público e do privado na educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/Luce.pdf>>.

LUCK, Heloisa. Qual a questão?. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.11-33, fev./jun., 2000.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, p. 108.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3 ed. rev. e atual. São Paulo (SP): Saraiva, 2008.

MELO, Pedro Antônio de; MELO, Michelle Bianchini de; NUNES, Rogério da Silva. A educação a distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. II, n. 24, p. 278-304, maio/ago. 2009.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia S.; **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do Governo Lula**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael. População e território: processos recentes de transformação urbana e metropolitana no Brasil. In: SEMINARIO INTERNACIONAL RII – RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 12., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2014. Disponível em: <<http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais/g4/populacao%20e%20territorio%20processos%20recentes%20de%20transformacao%20urbana%20e%20metropolitana%20no%20brasil.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

OLIVEIRA, Julio. Ensino superior. **Portal Brasil**, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

OLIVEN, Arabela Campos et al. **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: UNESCO, 2002.

PASSARINHO, Nathalia. Governo anuncia a criação de quatro novas universidades federais. **G1 Educação**, Brasília, ago. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/08/governo-anuncia-criacao-de-quatro-novas-universidades-federais.html>>. Acesso em: 26 set. 2013.

PDE - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.  
Brasília: MEC, 2008.

PNE - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

PNE - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011 - 2020. 2011. Disponível em: <http://www.pne.ufpr.br/wp-content/uploads/2011/05/PNE-vers%C3%A3o-de-impress%C3%A3o1.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS. **O Programa**. 2012. Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI/Oprograma.shtm>>. Acesso em: 7 abr. 2012

RAMALHO FILHO, Rodrigo. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais**. Brasília: [S.n.], 2009.

REICHARDT, C.; COOK, T. (Ed.). Beyond qualitative versus quantitative methods. In: \_\_\_\_\_. **Qualitative and quantitative methods in evaluation research**. London: Sage Publications 1979.

REUNI – PROGRAMA DE APOIO AO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. Brasília: [S.n.], 2007.

REUNI – PROGRAMA DE APOIO AO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. **O que é o REUNI?**. 2010. Disponível em: <[http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25&Itemid=28](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28)>. Acesso em: 7 abr. 2012.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RISTOFF, Dilvo I.; GIOLO, J. (Orgs.). **Educação superior brasileira 1991- 2004**. Brasília: INEP, 2006.

RODRIGUES, Júlia de Souza; LOIS, Cecilia Caballero. **A universidade do Brasil em reforma: uma análise da sistematização da legislação nacional – lei de reforma universitária de 1968 a partir da reforma da universidade do brasil de 1962**. 2012. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=916d3891a243c10f>. Acesso em: 08 nov. 2012.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de História. Passo Fundo: UPF, 2005.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 17 maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/100/110>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SANTOS, Cátia Matias dos. Acesso ao ensino superior no brasil: aspectos históricos e legais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL, 5., 2011, Sergipe. **Anais...** Sergipe: [S.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%201/PDF/Microsoft%20Word%20-%20ACESSO%20AO%20ENSINO%20SUPERIOR%20NO%20BRASIL-ASPECTOS%20HISToRICOS%20E%20LEGAIS.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

SANTOS, Luciano Costa. **Projeto e análise de processos de serviços: avaliação de técnicas e aplicação em uma biblioteca**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SENGE, P. Conduzindo Organizações voltadas para o aprendizado: o destemido, o poderoso e o invisível. In: HESSELBEIN, F.; GOLDSMITH, M.; BECKHARD, R. (Orgs.). **O líder do futuro**. São Paulo: Futura, 1996. p.121-5.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA FILHO; LOBO, Roberto Leal. Gestão universitária e seus Desafios. **Revista TREVISAN**, [S.l.], nov. 1998.



SILVA, Roberto Antero da. **Agropecuária de Araguaína-TO e novas centralidades**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade estadual do Ceará, Fortaleza – Ceará, 2012. Disponível em: <[http://www.uece.br/mag/dmdocuments/roberto\\_silva.pdf](http://www.uece.br/mag/dmdocuments/roberto_silva.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SIMIONI, Lilian Carla. Gratuita e de qualidade: conheça a história e os cursos da universidade federal da fronteira sul em seu primeiro ano de funcionamento. **Boletim Informativo UFFS**, Chapecó, n. 45, 2012. Disponível em: <[http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=90&Itemid=822](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=822)> Acesso em: 14 nov. 2012.

SISU – SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA. 2013. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/sisu>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SISU – SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA. **Conhecendo o SISU**. 2012. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#conhecendo>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

SLACK, N. et al. **Gerenciamento de operações e processos: princípios e práticas de impacto estratégico**. Porto Alegre. Bookman, 2008.

SOARES, Darlene Almada Oliveira. Os desafios das políticas públicas brasileiras para a educação a distância. 2007. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007. Disponível em: <[http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/GEC/MonoGrafia/mono\\_darlene\\_ersao\\_entregueabanca.pdf](http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/GEC/MonoGrafia/mono_darlene_ersao_entregueabanca.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2012.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco 2002.

SOLIMAN, F. Optimum level of process mapping and least cost business process re-engineering. **International Journal of Operations & Production Management**, [S.l.], v. 18, n. 9, p.810-816, out. 1998.

SOUZA, Paulo Nathanael P. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro: a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Pioneira, 2008.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela M. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília. UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2013.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tplPadrao/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assesoria/artigos/imprimir/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplPadrao/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assesoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

TEATINI, João Carlos. **Encontro da UAB apresenta balanço de 2011 e planejamentos para 2012**. Brasília: UAB, 2011. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=189:encontro-da-uab-apresenta-balanco-de-2011-e-planejamentos-para-2012&catid=1:noticia&Itemid=7](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=189:encontro-da-uab-apresenta-balanco-de-2011-e-planejamentos-para-2012&catid=1:noticia&Itemid=7)>. Acesso em: 19 dez. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

TURBINO, M. J. G. **Universidade, qualidade e avaliação**. Rio de Janeiro: Qualitymark/ Dunya Ed., 1997. p. 59.

UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. 2012. Disponível em: [http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9&Itemid=2](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=2)> Acesso em: 14 nov. 2012.

UFABC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. 2012. Disponível em: <<http://www.site.uft.edu.br/conheca-a-uft/dados-uft/historia.html>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. 2013. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/>>. Acesso em: 28 set. 2013.

UFCSA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE. 2013. Disponível em: <<http://www.ufcsa.edu.br/>>. Acesso em: 26 set. 2013.

UFERSA - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO. 2013. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/>>. Acesso em: 26 set. 2013.

UFFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. 2012. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br/>>. Acesso em 26 set. 2013.

UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. 2012. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/>>. Acesso em: 23 out. 2012.

UFOPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. 2012. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/>> Acesso em: 23 nov. 2012.

UFRA - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO AMAZONAS. 2013. Disponível em: <<http://www.portal.ufra.edu.br/>>. Acesso em: 28 set. 2013.

UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL RECÔNCAVO DA BAHIA. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

UFSJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. 2013. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/>>. Acesso em: 28 set. 2013.

UFMS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Notícias. **Inep divulga dados do Censo da Educação Superior.** 2012. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/pi/index.php?option=com\\_content&view=article&id=187:divulgacao-de-dados-censo&catid=1:latest-news&Itemid=58](http://w3.ufsm.br/pi/index.php?option=com_content&view=article&id=187:divulgacao-de-dados-censo&catid=1:latest-news&Itemid=58)>. Acesso em: 18 out. 2012.

UFT - UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS. 2012.  
Disponível em: <<http://www.site.uft.edu.br/conheca-a-uft/dados-uft/historia.html>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

UFTM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. 2013. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/>>. Acesso em: 26 set. 2013.

UFVJM - UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E DO MUCURI. Disponível em:  
<<http://www.ufvjm.edu.br/>> Acesso em: 26 set. 2013.

UNIAM - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO  
AMAZÔNICA. **Plano de estruturação**. Santarém: UNIAM, 2009.  
Disponível em:  
<[http://www3.ufpa.br/multicampi/images/documentos/Plano\\_UNIAM.pdf](http://www3.ufpa.br/multicampi/images/documentos/Plano_UNIAM.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2012.

UNIFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. 2013.  
Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/institucional/historico>>.  
Acesso em: 26 set. 2013.

UNILA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-  
AMERICANA. 2012. Disponível em:< <http://unila.edu.br/>>. Acesso em:  
22 out. 2012.

UNILAB - UNIERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. 2012. Disponível em:<  
<http://www.unilab.edu.br/>>. Acesso em: 22 out. 2012.

UNIFEI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ITAJUBÁ. 2013.  
Disponível em: <<http://unifei.edu.br/diversos/a-unifei>>. Acesso em: 28  
set. 2013.

UNIPAMPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. 2012.  
Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br/portal/>>. Acesso em: 24  
out. 2012.

UNIVASF - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO  
FRANCISCO. 201. Disponível em: <<http://www.univasf.edu.br/>>.  
Acesso em: 14 nov. 2012.

UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao>>. Acesso em: 26 set. 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 121.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 47.

VILLELA, Cristiane S. S., **Mapeamento de processos como ferramenta de reestruturação e aprendizado organizacional**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

WOLSKI, Denise Therezinha Rodrigues Marques. **O movimento das reformas curriculares da licenciatura em matemática na Universidade Federal do Paraná**: algumas referências ao conhecimento pedagógico do conteúdo. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2006.



**ANEXO A - Lista de Universidades Transformadas e Criadas após a LDB/1996**

<b>Universidade</b>	<b>Campus</b>	<b>Início</b>
<b>Transformação</b>		
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Uberlândia – MG	2005
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Mossoró – RN	2005
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas	Alfenas – MG	2005
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri	Diamantina – MG	2005
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Curitiba – PR	2005
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Porto Alegre – RS	2006
UNIFEI – Universidade Federal do Itajubá	Itajubá – MG	2002
UFRA - Universidade Federal Rural do Amazonas	Belém – PA	2002
UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei	São João Del Rei – MG	2002
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	Campina Grande - PB	2002
UFOPÀ – Universidade Federal do Oeste do Pará	Santarém – PA	2009
<b>Criação</b>		
UFT – Universidade Federal de Tocantins	Palmas – TO	2003
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco	Petrolina – PE	2005
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados	Dourados – MS	2005
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Cruz das Almas – BA	2005
UFABC – Universidade Federal do ABC	Santo André – SP	2006
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa	Bagé – RS	2008
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana	Foz do Iguaçu - PR	2010
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	Chapecó – SC	2010
UNILAB – Universidade Federal da Integração Internacional Lusófona Afro-Brasileira	Redenção – CE	2010





## ANEXO B – Categorias de Análise dos Fatores

<b>Categorias de Análise dos FATORES</b>	<b>Variáveis de Análise</b>
<b>Fatores Influentes</b>	<b>Agentes/Órgãos Intervenientes</b>
Políticos:	Agentes Políticos Regionais
	Agentes Políticos Municipais
	Agentes Políticos Estaduais
	Agentes Políticos Federais
Técnico-Burocráticos e Legais:	Agentes Legais (MP, Legislação)
	Agentes Avaliadores (INEP, CONAES)
	Agentes Executores (Comissão de Imp.)
	Agentes Reguladores de Cursos (CNE)
	Agentes Reg. do Governo (MPOG)
Demográfico-sociais:	Agentes da Comunidade (Ongs, Oscips)
	Agentes Comerciais (CDL, FIESC)
	Agentes Populares (não organizados)
Econômicos e Financeiros	Agentes de Controle de Financiamento
	Agentes de Controle de Orçamento
	Agentes de Controle dos Recursos

<b>Categorias de Análise do PROCESSO</b>	<b>Variável de Análise</b>
<b>Fases do Processo de Implantação de UF</b>	<b>Componentes das Fases</b>
Docentes e Servidores	Concurso/Contratação
	Requisitos Mínimos
	Cronograma
Discentes	Forma de Acesso
	Quantidade de Acesso
	Proporção de Candidatos
Instalações Físicas	Localização

	Prédios
	Equipamentos
Projeto Político-Pedagógico	População atendida
	Ideologia embutida
	Estrutura dos cursos
Cursos	Motivos de Escolhas
	Tipos de Cursos
	Turno dos Cursos
	Vocação Regional

## APÊNDICE A – Roteiro para Entrevista / Questionário Eletrônico

1. Como foi o processo do planejamento da Universidade?
  - a) Qual foi a equipe?
  - b) Quanto tempo levou a criação, comissão e planejamento?
2. Como surgiu a necessidade de criação da universidade? Quais as principais influências no processo da criação?
  - a) Dentre as influências citadas acima quais as que mais influenciaram no processo?
3. Qual é a região atendida pela universidade?
  - a) De onde veio o apoio para a criação da universidade? Como foi esse apoio?
  - b) Teve resistência na criação da universidade por parte de comunidade ou algum órgão?
4. Como foi feito o processo de implantação?
  - a) Como foi a escolha dos cursos?
5. Quais foram as dificuldades ou barreiras encontradas nesse processo de implantação?
6. Como a comunidade reagiu antes e após a implantação da universidade?
7. Após a universidade em funcionamento se pensa em ampliar os cursos? Como?
8. Qual a missão da universidade em relação ao ensino, pesquisa e extensão? Qual é o mais aplicada?